

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE DIREITO

2017

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM DIREITO DO IMMES**

Direção – Prof. PAULO RODRIGO ALVES BERNANRDO

Coordenação – Prof. JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR

Nucleo Docente Estruturante 2016

PROF. JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR – COORDENADOR DO CURSO.

PROF. EDSON THOMAS FERRONI

PROFA. LUCIANA HELENA CRNKOVIC

PROF. PEDRO LUCIANO COLENCI

PROFA. CAROLINA GALOTTI

APROVADO CONFORME ATA DO NDE DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Matão-SP

2017

SUMÁRIO

1 HISTÓRICO	04
1.1 Histórico da Mantenedora	04
1.2 Histórico da Mantida – Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior	05
2 JUSTIFICATIVA E MISSÃO	07
2.1 Justificativa do Curso	07
2.2 Missão do Curso	08
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO – PDI	09
3.1 Caracterização do Curso	09
3.2 Histórico do Curso de Direito	10
4 INSERÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO CURSO	11
5 CONCEPÇÃO DO CURSO	14
5.1 Articulação do Curso com o PDI	14
5.2 Objetivos do Curso	15
5.2.1 Geral	15
5.2.2 Específicos	16
5.3 Perfil do Egresso	16
5.4 Requisitos de Acesso	18
5.4.1 Habilidades e Competências	18
5.4.1.1 Habilidades de:	18
5.4.1.2 Competências para:	19
5.5 Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN	19
5.6 Metodologia de Ensino e Avaliação	20
5.7 Estratégias de Flexibilização Curricular	20
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
6.1 Matriz Curricular	22
6.2 Ementário e Bibliografia	27
6.3 Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional	90
6.4 Atividades Complementares;	91
6.5 Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino;	91
6.6 Trabalho de Conclusão de Curso;	92

6.7 Mecanismos de Nivelamento, Monitoria e Acompanhamento de Egressos;	92
6.8 Articulação entre o Ensino de Graduação e de Pós-graduação;	93
6.9 Resultados Disponíveis do ENADE e IDD e Ações Planejadas em função dos Resultados Obtidos;	94
6.10 Política de Extensão e Pesquisa	94
7 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	95
7.1 Coordenação do Curso	95
7.2 Colegiado de Curso	96
7.3 Núcleo Docente Estruturante	96
8 CORPO DOCENTE	97
8.1 Perfil Docente do Curso de Direito	97
8.2 Das Políticas e Capacitação	97
9 INFRAESTRUTURA	99
9.1 Biblioteca	99
9.1.1 Política Institucional para a biblioteca	99
9.1.2 Do acervo e da Política de atualização e expansão do acervo	100
9.2 Laboratório de Informática e Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	103
9.2.1 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	104
9.2.2 Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	105
9.2.3 Salas de aula	106
ANEXO I - Planos de ensino	107
ANEXO II – Atividades Complementares	293
ANEXO III – Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas	299
ANEXO IV – Trabalho de Conclusão de Curso	310
ANEXO V – Regulamento de Estágio Supervisionado	320

1 HISTÓRICO

1.1 Histórico da Mantenedora

A Associação Educacional Matonense, pessoa jurídica de Direto Privado, sem fins lucrativos, CNPJ 15.307.265/0001-04, (código da Mantenedora 15826), foi criada em março de 2012, com a finalidade de receber, via transferência de Manutença, da Associação Educacional de Jaú –AEJ, o Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES;

A transferência de Manutença se iniciou em 2013, em ainda não foi (processo n° 201358829).

A Mantenedora Cedente, Associação Educacional de Jaú – AEJ, foi criada em 2004, no município de Jaú, Estado de São Paulo, com o objetivo de manter cursos nos segmentos de Ensino Médio e Pré-Vestibular. Em julho de 2005, a fim de aumentar sua atuação na área de Educação, bem como sua participação no ensino em Jaú, a AEJ foi em busca de oferecer ensino superior de qualidade, não só para Jaú, mas para toda a região. Iniciou-se aí o processo de criação da Faculdade Jauense junto aos setores competentes do MEC.

A Mantenedora adquirente surge para manter e aperfeiçoar investimentos eminentes, para o desenvolvimento da Instituição, primando pela qualidade do ensino, em atendimento a missão da Instituição, que possui a ótica de contribuir para o desenvolvimento educacional, o bem estar e qualidade de vida de toda a sociedade, por meio da formação de profissionais competentes, éticos, empreendedores, promotores de mudanças e sustentabilidade, disseminando o conhecimento em um ambiente dinâmico de ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Histórico da Mantida - Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior

O Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES – foi criado a partir da proposta de oferecer ensino superior de qualidade aos cidadãos matonenses que, até então, ou se deslocavam até as cidades próximas para cursar o Ensino Superior, ou encerravam seus estudos em Matão ao concluírem o Ensino Médio. Por meio de pesquisas realizadas junto à comunidade local, verificou-se a necessidade de implantação de diversos cursos, dentre eles os Cursos de Administração e Direito, que atenderiam a demandas significativas da sociedade.

Assim, nasceu o IMMES, criado pela Lei Municipal nº. 2.584, de 23 de abril de 1997, autorizado a funcionar através do Parecer 428/98 do CEE, publicado no DOE de 01 de agosto de 1998.

O Parecer 429/98 autorizou o funcionamento do curso de Administração com Habilitação em Marketing, com duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, oferecendo 50 vagas no período noturno e Sistema Curricular Serial. A primeira turma do curso de Administração iniciou suas atividades em 01.03.1999. O Parecer 364/2000, publicado no DOE de 02.11.2000, autorizou o funcionamento do curso de Direito, com duração mínima de 5 anos e máxima de 7 anos e Sistema Curricular Serial. A primeira turma do curso de Direito iniciou suas atividades no dia 01.02.2000.

Porém, a ambição do IMMES não era apenas atender a solicitação de tantos anos da população de Matão, mas sim, se constituir em um centro de excelência e referência para a região.

O IMMES, desde sua fundação, busca consolidar-se como instituição capaz de implementar processos democráticos de decisão e capaz de buscar instrumentos sistemáticos para lidar, de forma qualificada com suas decisões diárias e com a análise, proposição, acompanhamento e avaliação de suas ações. Nessa perspectiva, gerir a Faculdade de forma planejada, participativa e sustentável, tem sido um dos eixos principais de atuação.

O curso de Administração teve a renovação do reconhecimento, sem a habilitação em marketing, conforme processo e-MEC N° 201005193 no ano de 2010 e novamente com processo de renovação de reconhecimento conforme processo e-MEC N° 201706970. O curso de Direito teve a renovação do reconhecimento conforme processo e-MEC N° 201005179 no ano de 2010 e novamente com processo de renovação de reconhecimento conforme processo e-MEC N° 201402836. Conforme a Portaria do Ministério da Educação N° 1766 de 20 de Dezembro de 2011, o Instituto Matonense de Ensino Superior – IMMES obteve seu credenciamento, conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES 336/2011 e do processo e-MEC N° 201004453, quando da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2010-2014, sendo devidamente recomendado e aprovado. A conclusão desse processo foi um grande passo na continuidade das atividades do IMMES e das políticas de crescimento dessa instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 foi construído sob a ótica da constituição de instrumentos orientadores e configuradores das decisões e ações institucionais em um horizonte amplo e de gestão consciente.

É certo que propostas de atuação não são transformadas em realidade de forma imediata, mas devem ser cuidadosa e gradativamente construídas e compartilhadas. Parte-se, assim, do princípio de que somente pessoas coletivamente organizadas podem definir o que e como fazer.

Toda proposta deve vir acompanhada por uma análise política, crítica e situacional. Não há como justificá-la sem uma interpretação do quadro em que se vive e no qual se atuará.

A Faculdade precisa dialogar de modo integralizado com a sociedade, buscando torná-la protagonista da sua própria dinâmica. Todavia, ainda que o ambiente externo seja orientador das políticas e práticas educacionais, não se pode definir a tarefa da educação sob as influências postuladas pelo mercado. O IMMES sempre considerou que a tarefa das instituições educacionais, mais do que estar afinada às solicitações da conjuntura em que vive, formando profissionais que respondam às demandas locais e globais, tem o papel ímpar de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos das determinações contextuais.

O grande desafio do IMMES é, portanto, saber selecionar, dentre as exigências impostas pelo mercado, as que anunciam um futuro de conhecimento, igualdade e emancipação, refletindo, assim, as tendências mais promissoras da época, sem deixar de considerar questões ambientais e sociais, vitais para a sobrevivência humana.

É, portanto, diante desta convicção - a de que atuamos numa instituição democrática - que os projetos do IMMES são estruturados coletivamente, sempre sintonizados com as demandas do contexto econômico, tecnológico, político, social e cultural, tanto local como global. Ainda, tal tarefa ultrapassa as determinações contextuais, pois que, também essas são continuamente submetidas a discussões – alvo da redação e da filosofia a ser empregada neste documento, procurando constituir diagnósticos sobre o IMMES e delinear seu plano de gestão para o período 2015-2019.

2 JUSTIFICATIVA E MISSÃO

2.1 Justificativa do Curso

O projeto pedagógico do curso de DIREITO resulta do compromisso do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - (IMMES) com a construção de um profissional humanista a partir do reconhecimento das necessidades sociais dos indivíduos, seja em nível de reflexão e compreensão da realidade, seja em nível de efetiva intervenção e transformação.

Consiste em oferecer formação em nível superior a um segmento da população que busca e necessita encontrar formas adequadas para a realização pessoal e coletiva, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Matão e região.

Delineando objetivos, metodologias e sistemas de avaliações, posiciona-se no caminho da formação de cidadãos e profissionais que possam, também contribuir com o desenvolvimento da região onde se localiza, com capacidade de análise e domínio dos conceitos e terminologias, promotores da justiça e do desenvolvimento da cidadania, aliado ao comprometimento com as questões ambientais, numa perspectiva de sustentabilidade.

Sem preterir a formação de quadros profissionais que respondam às necessidades de uma economia dinâmica e em constante transformação, em um país que precisa vencer os ingentes desafios existentes, o Curso de Direito do IMMES completa sua filosofia de trabalho acadêmico com plena adesão do incentivo à pesquisa científica e à extensão.

Salienta-se, importante, que todo o trabalho proclamado é permeado pelos compromissos éticos na formação de profissionais e cidadãos que atenderão às necessidades e vocações regionais, firmando-se como destacado polo Tecnológico da Informação.

Por conclusão, resta visualizar o mercado de trabalho e admitir a nítida falta de profissionais, não somente no campo do Direito como em todas as áreas profissionais, tanto no Brasil, país emergente, quanto na região, tida como a central do Estado de São Paulo.

2.2 Missão

A Missão do curso de Direito do IMMES é contribuir para o desenvolvimento educacional, o bem-estar e qualidade de vida de toda a sociedade, por meio da formação de profissionais competentes, éticos, empreendedores, promotores de mudanças e sustentabilidade, disseminando o conhecimento em um ambiente dinâmico de ensino, pesquisa e extensão.

Em decorrência da interpretação da Missão, o curso de Direito do IMMES entende que:

- O desenvolvimento educacional compreende a conscientização e educação ambiental de forma transversal, o estudo das questões étnico-raciais, em articulação com os demais níveis de ensino;
- O bem-estar e qualidade de vida de toda a sociedade implica necessariamente em promover a igualdade e o respeito pela cidadania e direitos humanos;
- Formação profissional adequada às diretrizes nacionais curriculares do curso e atendendo as necessidades regionais conforme a inserção econômica e social;
- O curso de Direito do IMMES entende que a sustentabilidade é fundamentada na harmonização dos elementos sociais, econômicos e ambientais;
- Os objetivos de ensino, pesquisa e extensão estão alinhados com o perfil do egresso do curso de Direito e auxiliam na formação e aperfeiçoamento dos alunos;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo;
- Contribuir, na área do Direito para a preservação e expansão do patrimônio cultural e ambiental do país;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua concretização.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO - PDI

3.1 Caracterização do curso

Nome do Curso:	Direito
Modalidade:	Bacharelado
Endereço de Funcionamento:	Av. Tiradentes, 629, Matão/SP
Número de vagas anuais:	Matutino 50 - noturno – 50
Aulas Teóricas:	4000 horas
Aulas Práticas:	620 horas
Turno de funcionamento:	Noturno
Regime de matrícula:	Semestral
Carga horária do curso:	4620 horas-aula
Período de Integralização:	5 anos (mínimo) - 7 anos (máximo)
Duração do curso:	10 (dez) semestres
Início do curso:	2 de novembro de 2000
Atos legais:	Parecer 364/2000, publicado no DOE de 02.11.2000
Renovação de reconhecimento	Processo e-MEC N° 201005179 no ano de 2010.
Renovação de reconhecimento	Processo e-MEC N° 201402836

3.2. Histórico do Curso de Direito

Até o ano de 1828, os que se dispusessem ao estudo do Direito deveriam fazê-lo na Europa, sendo que a Universidade de Coimbra, em Portugal, era a mais requisitada.

A tentativa da fundação de uma faculdade de Direito no Brasil, se deu inicialmente, por meio da Igreja sob os dogmas franciscanos, posteriormente, substitutos dos jesuítas: idealizavam uma universidade no Rio de Janeiro nos moldes daquela em Coimbra.

Os preparativos levaram ao reconhecimento da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, no ano de 1825, mas não prosperou, vez que o Ministro do Império José Feliciano Fernandes Pinheiro, o “Visconde de São Leopoldo”, convenceu o imperador a assinar a carta de lei de 11 de agosto de 1827, criando dois cursos jurídicos no país, um em São Paulo e outro em Olinda, este último transferido para Recife 26 anos depois.

Em São Paulo, no Convento São Francisco, no dia primeiro de outubro de 1828 foi ministrada a aula inaugural pelo Conselheiro Brotero: esta é a “São Francisco”, ainda no Largo São Francisco em São Paulo, cujo centro acadêmico “XI de Agosto”, foi fundado em 1903.

Em Olinda, no Mosteiro de São Bento, no dia quinze de maio de 1928, foi instalada a Academia de Direito, nome que recebia na época por estar muito ligada à literatura e o curso denominava-se “Curso de Letras Jurídicas”.

Deste então, até nossos dias, a sociedade brasileira passou por mudanças consideráveis. Cresceu, evoluiu tecnologicamente, as normas de conduta foram adaptadas aos novos momentos econômicos e a população desta nação exigiu a possibilidade de buscar no campo das ciências, entre elas a jurídica, o conhecimento.

Nesta contextualização, a origem do curso de Direito do IMMES necessita ser compreendida como parte da trajetória, dos objetivos e da missão da instituição frente a realidade regional.

O Parecer 364/2000, publicado no DOE de 02.11.2000, autorizou o funcionamento do curso de Direito, com duração mínima de 5 anos e máxima de 7 anos, com Regime de Matrícula anual e Sistema Curricular Serial. A primeira turma do curso de Direito iniciou suas atividades no dia 01.02.2000, portanto no limiar do presente século: período da História Humana onde se notam profundas mudanças nos valores tidos como basilares da sociedade.

Posteriormente, no ano de 2010, o curso de Direito do IMMES obteve a renovação de seu reconhecimento, por meio do processo e-MEC N° 201005179 . Já no ano de 2014, passou por nova visita de renovação de reconhecimento conforme o processo e-MEC N° 201402836.

Pode-se aferir um novo modelo econômico, político e social no mundo globalizado, cuja raízes são postas frente a uma globalização tecnológica. Novos tempos, novos conceitos e a necessidade de uma faculdade de Direito que acompanhe, ou proporcione aos seus alunos, acompanhar o caminhar de um momento tecnológico de profundas modificações, especialmente no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, frente aos novos valores e condutas jurídicas de análise e valoração dos fatos.

É nesse limiar que nasceu e segue enverando-se o Curso de Direito do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior na cidade de Matão-SP - IMMES.

4. INSERÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO CURSO

Na região entre as nascentes do rio Itaqueri, afluente do Jacaré-Guaçu e ribeirão Dobrado, afluente do rio dos Porcos, em terras de José Inocêncio da Costa, começaram a chegar colonizadores vindos de Municípios vizinhos, formando o Arraial do Senhor Bom Jesus das Palmeiras, a partir de 1880.

Em 1892, reuniram-se os moradores da região, sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca de Araraquara, decidindo-se constituir uma comissão, autorizada a angariar fundos para aquisição de uma área e a convidar pessoas interessadas em construir casas nos lotes a serem concedidos. Essa comissão, levantando recursos, adquiriu de José Inocêncio da Costa, antigo morador, dez alqueires de terras, doando-as ao patrimônio, onde entre 1893 e 1894, foi erguida uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus das Palmeiras, nome que se estendeu à vila.

Com o fluxo de interessados e a construção de casas residenciais, de comércio e indústria, o povoado acabou por ganhar a condição de Distrito de Paz, em 1897, Distrito criado com a denominação de Matão, pela lei estadual n° 499, de 07-05-1897, em decorrências da exuberância de matas que existiam no local e subordinado ao município de Araraquara. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Matão, pela lei estadual n° 567, de 27-08-1898, desmembrado do município de Araraquara.

Matão é um município com 82.307 habitantes vivendo numa área de 524 km², segundo o Censo de 2016. Apesar do pequeno porte, é um dos mais importantes municípios de sua Região, no interior do Estado de São Paulo, conforme os dados da Tabela abaixo:

Tabela de dados dos municípios da região de Matão/SP

Município	Matão	Dobra da	Gavião Peixoto	Araraqu ara	São Carlos
Número de empresas atuantes 2015	2.802	184	167	9.338	11.275
Salário médio mensal 2015	2,8	2,2	5,6	2,8	3,4
Matrícula - Ensino médio - 2015	3.377	275	163	8.613	9.659
PIB per capita 2014	40.326,02	9.160,67	24.304,31	35.555,44	40.994,71
IDHM 2010	0,773	0,718	0,719	0,815	0,805
População estimada 2017	82.307	8.744	4.739	230.770	246.088

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Municípios próximos de Matão; PIB - produto interno bruto dos municípios – 2014; IDHM - índice de desenvolvimento humano municipal – 2010.

Seu desempenho deve-se à existência de indústrias de pequeno, médio e grande porte no setor metal-mecânico e agroindustrial. A maior parte dessas empresas está ligada ao agronegócio, que teve grande crescimento a partir da década de setenta, do século passado. Vale destacar que a Região de Araraquara, em geral, e a cidade de Matão, em particular, foram favorecidas sobremaneira por esse processo de modernização agrícola. Nelas se instalaram grandes empresas de implementos agrícolas do país e algumas das maiores empresas mundiais de sucos cítricos,

entre elas, Citrosuco em Matão, e Cutrale em Araraquara. Além disso, o município e a região estão associados às duas mais importantes culturas agrícolas do Estado de São Paulo e do Brasil, a canaveieira e a citrícola. O setor sucroalcooleiro é representativo devido à presença de usinas na região. Um forte sinalizador do crescimento sustentável desse agronegócio é a consolidação dos automóveis bicompostíveis, a preocupação com a preservação ambiental e o crescimento mundial da adição do etanol à gasolina, em função das consideradas variações na cotação internacional do petróleo e de sua alta dependência mundial.

Quanto às bases do crescimento econômico, na Região Central do Estado de São Paulo existe um emergente potencial de crescimento econômico gerado por sua infraestrutura. No que se refere ao transporte e acesso as rodovias, a Brigadeiro Faria Lima, que corta o município, e interligar-se às Rodovias Washington Luís, Anhanguera e dos Bandeirantes, faz parte do mais moderno e seguro complexo rodoviário do Estado e do país. A Hidrovia Tietê-Paraná, que dista 80 km de Araraquara, pertence a um importante complexo multimodal (rodovias, ferrovias e hidrovias), e o município de Araraquara possui um dos principais complexos ferroviários do Estado de São Paulo. Através desta infraestrutura de transportes e logística, o interior do Brasil (Goiás, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) se interliga aos centros industriais do Sudeste, ao Mercosul e aos principais portos e aeroportos de exportação para o mercado externo.

Nesse contexto fica evidente o potencial de crescimento sustentável de Matão e região, mas, que somente será concretizado se houver oferta de profissionais suficiente para atender a esse mercado emergente. O contexto é ainda suficiente para demonstrar o potencial de desenvolvimento e crescimento, no que se refere às Instituições de Ensino Superior. Assim, são protagonista e coadjuvante, impreterivelmente, o ensino, a pesquisa e a extensão, a que o IMMES se propõe a oferecer com sua filosofia, missão, objetivos e metas, não somente no ensino dos cursos de Administração e Direito, mas na futura ampliação e diversificação de suas atividades em outras áreas de conhecimento, incluindo a continuidade de estudos por meio da oferta futura de pós-graduação.

É, ainda, importante registrar o considerável número de alunos que saem de Matão para estudar em cidades vizinhas (por volta de 2.500 alunos). Com a aprovação de novos cursos, pretende-se não apenas atender à demanda local, mas atrair estudantes de cidades vizinhas. A abertura de novos cursos beneficiaria além do estudante matonense, toda a economia local uma vez que com os alunos estudando em Matão, proporcionaria uma maior qualificação da mão-de-obra e manteria esse público na cidade, consumindo produtos e serviços.

Nesse contexto, o curso de Direito se justifica ao atender as necessidades de cada região e este projeto concretiza um modelo de ensino-aprendizagem que possibilita e potencializa o desenvolvimento de um aluno ativo, centrado como sujeito da aprendizagem, crítico e participativo na construção de conhecimentos fundamentais para a sua formação, envolvendo-se com eixos de competências, formação de atitudes, habilidades e conduta profissional, com postura reflexiva e visão crítica, voltada ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1 Articulação do Curso com o PDI

Em conforme com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES, o curso de Direito adota como princípios estruturantes:

- A formação profissional adequada às diretrizes nacionais curriculares do curso de Direito, atendendo as necessidades regionais com base na inserção econômica, tecnológica, política, social e cultural, oferecendo as habilidades e competências requeridas para o profissional;

- O desenvolvimento educacional do egresso, compreendendo uma formação geral, axiológica e humanística, com conscientização e educação ambiental, capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologias jurídicas, com capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos, compreendendo o estudo das questões étnico-raciais, o bem-estar e qualidade de vida da sociedade, a promoção da igualdade e o respeito pela cidadania e direitos humanos;

- A formação de profissionais competentes, éticos, empreendedores e promotores de mudança;

- A capacidade de desenvolver a profissão de forma sustentável, pela harmonização dos elementos sociais, econômicos e ambientais;

- A aplicação dos objetivos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a auxiliar na formação e aperfeiçoamento profissional;
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar individualmente e em equipe, tendo espírito de liderança e capacidade de se adaptar às mudanças.
- Desenvolver os conteúdos de modo a garantir a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, para uma abordagem do estudo sob diversos olhares e perspectivas;
- Desenvolver conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, de modo a alcançar uma integração horizontal e vertical entre as diferentes áreas de estudos.

Nesse contexto, a reestruturação do Projeto Pedagógico do curso de Direito foi embasado no PDI que visa os princípios comuns de qualidade de ensino, formação humana pessoal e conceitual, com respeito às diferenças e formação profissional adequada à atuação no mundo globalizado. Dessa maneira, aborda conceitos de forma prática buscando aplicá-los na solução de problemas da região em que se insere.

5.2. Objetivos do Curso

5.2.1 Geral

O curso de graduação em Direito do IMMES tem por objetivo geral formar profissionais capazes de refletir a ciência do direito, atrelados aos valores e aos fatos sociais fundamentais ao equilíbrio e ao desenvolvimento da sociedade, do Direito e da Justiça, e assegurar sólida formação humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos, e de terminologias jurídicas, adequada argumentação, interpretação e valorização dos instrumentos jurídicos e sociais, aliado a uma postura reflexiva e crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

5.2.2 Específicos

O curso tem por objetivos específicos:

- a) formar o profissional para atuar na sociedade, com responsabilidade social, justiça e ética, habilitado para a atuação no trabalho em equipe multidisciplinar;
- b) capacitar o aluno com condições de manipular, de maneira adequada e efetiva, as ferramentas para o desenvolvimento e para a difusão de novos conhecimentos técnicos e científicos na área do Direito;
- c) desenvolver a capacidade de raciocínio e de juízo de valor para a tomada de decisões, evidenciando a crítica e o poder de iniciativa com autonomia;
- d) integrar teoria a prática, por meio de processos investigativos, levando o graduando a ter convívio com as práticas contemporâneas, proporcionando visão dos problemas atrelados a realidade nacional e de sua relação com o mundo globalizado;
- e) fomentar a pesquisa científica voltada à sociedade, por intermédio de atividades complementares e de trabalho de conclusão de curso;
- f) dotar o profissional de conhecimentos para uma eficiente defesa dos direitos dos indivíduos, dos grupos e da sociedade, promotores da defesa do meio ambiente, dos grupos étnico-raciais e fragilizados;
- g) habilitar o profissional de capacidade para atuar com flexibilidade e adaptação frente aos desafios impostos, desenvolvendo a capacidade de iniciativa frente às demandas da atividade profissional.

5.3. Perfil do Egresso

O profissional que o curso de Direito do IMMES pretende formar, deve estar consciente de sua atuação no campo do Direito e de sua responsabilidade ético-profissional na promoção dos interesses de seus constituintes, prestando todo amparo jurisdicional aos que representam e que estão protegidos por garantias individuais e coletivas, asseguradas no estado democrático de direito, plasmado na Constituição Federal da República Brasileira.

Deve, ainda o bacharel egresso do curso de Direito do IMMES, ter consciência do papel relevante de sua plena e irremovível atuação em favor da validade do direito e dos instrumentos

que asseguram a eficácia universal, tais como expressados nos direitos humanos fundamentais e no meio ambiente.

O egresso terá formação geral, **humanista e axiológica**, aliada à capacidade de interpretação, de domínio de tecnologias e métodos, da terminologia jurídica, de adequada argumentação e persuasão, de compreensão e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, **aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica** que fomente a capacidade e a aptidão para uma aprendizagem **autônoma** e dinâmica.

Além disso, deverá ter desenvolvida a capacidade de trabalhar em grupo e individualmente, bem como estar apto a se amoldar às constantes alterações da dinâmica social, da conjuntura econômica e da atualidade jurídica, tendo espírito de liderança e de trabalho em equipes multidisciplinares, com consciência da necessidade de contínua atualização profissional e capacidade de resolver problemas concretos, modelando situações reais, levando em conta aspectos humanísticos, sociais, éticos e ambientais.

Para tanto, o perfil profissional almejado pelo curso de Direito do IMMES dominará as rotinas ligadas as atividades jurídicas de Direito público e privado e as suas realidades locais e regionais.

O egresso do IMMES tem como característica profissional a interdisciplinariedade na análise do Direito, adquirida por meio das disciplinas fundamentais, do senso ético para o futuro exercício profissional, da capacidade de produção crítica e da visão atualizada dos problemas atrelados à realidade nacional e de sua relação com o processo globalizado, de forma integrada e correlacionada.

Finalmente, pretende o curso de Direito do IMMES empreender nova concepção epistemológica, passando do mero positivismo aplicado para o pós positivismo, sem abandono obviamente da técnica jurídica, enveredando-se pelo método lógico-formal e para uma visão holística do Direito, de sorte que o egresso tenha capacidade de análise e compreensão dos fatos sociais e culturais atinentes ao mundo fenomênico.

Assim, o conhecimento, quando construído tem melhor resultado do que quando apenas concedido. O aluno não é um mero receptáculo passivo do conhecimento pré-estabelecido. Ele é mais que isso: é um agente intelectual, **capaz de desenvolver habilidades que lhe permita aprender a compreender.**

5.4. Requisitos de Acesso

O ingresso no curso de direito do IMMES é realizado mediante processo seletivo, observada a legislação vigente e tem por finalidade a avaliação e classificação dos candidatos para a realização dos estudos em nível superior.

5.4.1 Habilidades e competências

5.4.1.1 Habilidades de:

- a) equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com demandas individuais e coletivas;
- b) identificar procedimentos judiciais e extrajudiciais e prevenir conflitos individuais e coletivos;
- c) interpretar e aplicar de forma criativa o direito;
- d) elaborar soluções criativas para os problemas comuns aos protagonistas sociais, bem como àqueles que, muitas vezes, a legislação não oferece respostas;
- e) ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- f) interpretar e aplicar o direito;
- g) pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do direito;
- h) utilizar corretamente a terminologia jurídica ou da ciência do direito;
- i) utilizar o raciocínio jurídico, a argumentação e a persuasão;
- j) ter flexibilidade e velocidade para conviver e atuar com as diversificadas situações de mudanças;
- l) dominar tecnologias e métodos para a permanente compreensão e aplicação do direito;
- m) trabalhar em equipe.

5.4.1.2 Competências para:

- a) uma conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;

- b) a permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais;
- c) o compromisso com a interpretação inovadora do direito, que concretize as conquistas constitucionais da sociedade, em especial contribuindo para a efetivação dos direitos fundamentais, enfatizando as garantias constitucionais, e
- d) atuar nos vários ramos do direito, com capacidade de negociação, cooperação e vivência da solidariedade, representando uma tomada de atitude individual que se reflete na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

5.5. Coerência do Currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN

A partir da leitura dos princípios definidos pelo Conselho Nacional de Educação se depreende que as diretrizes curriculares nacionais fundamentam-se na ideia de flexibilidade, de criação de diferentes formações para cada área do conhecimento, de maior autonomia das instituições na definição das suas propostas curriculares, de definição das competências e habilidades que se desejam desenvolver, de valorização da autonomia do estudante na construção do conhecimento e, por fim, do entendimento de que a graduação constitui-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente.

Neste contexto, a matriz curricular conduz a uma formação profissional coerente com as novas concepções, reorganizando uma política para o curso, no sentido de dar um novo significado a esta realidade, caracterizada pela flexibilidade, pela formação de profissionais modernos e com competência diferenciada.

5.6. Metodologia de Ensino e Avaliação

O curso pretende alcançar seus objetivos educacionais por meio de aulas teóricas e práticas aliadas à estudos de casos, sendo complementadas, por meio de visitas técnicas, seminários, projetos interdisciplinares, trabalho de curso e estágio supervisionado.

Dessa forma, o contexto do curso é voltado para um processo de ensino/aprendizagem ancorado em uma base epistemológica de origem prática.

As atividades avaliativas possibilitam observar a prática da criatividade, o questionamento e a reflexão. A avaliação do aproveitamento do aluno é contínua, mediante verificação de competência e de aprendizagem teórico e prática de conhecimentos, em atividades de classe e extra-classe. Assim, a avaliação, entendida como um processo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, deve subsidiar as ações de orientação ao aluno, visando à melhoria de seu desempenho e a certificação de estudos.

5.7. Estratégias de Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular se impõe, face as exigências das rápidas transformações sócio econômica, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior.

A proposta de flexibilização curricular está sintonizada com o contexto de busca pelo novo, caracterizando-se como expressão de um projeto pedagógico sempre em construção e que considera o global e o local.

Pretende-se que o currículo do curso de Direito evite limitar as possibilidades de ação e de adequação às peculiaridades, realidades e os contextos de Matão. Destacam-se, nesses aspectos, as seguintes ações:

a) a composição do currículo enquanto resultado da discussão coletiva do projeto pedagógico que viabiliza uma formação mais generalista, aproveitando possibilidades e espaços de aprendizado;

b) as disciplinas, as atividades complementares e os estágios supervisionados contribuem para viabilizar a flexibilização curricular, com destaque para palestras, encontros, oficinas, reprodução de casos reais e simulados e seminários, organizados por profissionais convidados e especialistas da área e a realização de eventos em conjunto com a sociedade;

c) as ações pedagógicas ao longo do curso permitem a interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso contempla, em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, conteúdos que alicerçam eixos interligados de formação fundamental, profissional e prática, nos preceitos do Art. 5º das Diretrizes Curriculares: EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL, que tem por objetivo integrar o Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia; EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares. A partir da Portaria 1886/94 do MEC, em grande parte assumida pela Resolução 9/2004, que regulamenta o Ensino Jurídico, foi dada uma importância maior ao eixo de formação fundamental visando a uma formação mais crítica, coerentemente com o perfil desejado para o bacharel em Direito.

Não obstante, pauta-se por atender a legislação vigente, no tocante aos Cursos de Direito.

Atende, além do que dispõe o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005 com relação a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), também os dispostos na Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 com referência à Educação das Relações Étnico Raciais, nas Resoluções CNE/CP nº 1 de 30/05/2012, relativa à Educação em Direitos Humanos, e no CNE/CP nº 2 de 15/06/2012, relativa à Educação Ambiental. Observa-se que o tema obrigatório instituído pela Lei nº 11.645

de 10/03/2008, Parecer CNE/CP nº 01 de 17/06/2004, Lei nº 10.639 de 09/01/2003 e Parecer CNE/CP nº 03 de 2004 é tratado de forma transversal em disciplinas e institucionalmente pelo IMMES, que proporciona convênios e Cursos de Extensão atinentes ao Estudo das Questões Étnico-raciais e de afrodescendentes. O Curso cumpre as Resoluções CNE/CP nº 1 de 30/05/2012, com disciplina relativa aos Direitos Humanos, e CNE/CP nº 2 de 15/06/2012, relativo a disciplinas sobre as Questões Ambientais.

6.1. Matriz curricular

SEMESTRE	DISCIPLINAS	C.H.		CRÉDITO
		T	P	
1º SEMESTRE	Ciência Política/Teoria Geral do Estado	80	0	4
	Direito Civil: introdução e pessoas	80	0	4
	Direito Penal: da aplicação da lei penal e teoria do crime	80	0	4
	Língua Portuguesa	40	0	2
	História e Introdução ao Direito	40	0	2
	Metodologia do Trabalho Científico	40	0	2
	Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Raciais	40	0	2
2º SEMESTRE	Direito Civil: bens e negócios jurídicos	80	0	4
	Direito Penal: da sanção penal	80	0	4
	Economia	40	0	2
	Filosofia Geral e Jurídica	40	0	2
	Hermenêutica Jurídica	40	0	2
	Linguagem Jurídica	40	0	2
	Sociologia Jurídica	40	0	2
	Direito Internacional Privado	40	0	2
Atividades Complementares I		50		

3º SEMESTRE	Direito Civil: obrigações	80	0	4
	Direito Constitucional: Constituição e Direitos Humanos	80	0	4
	Direito Empresarial: teoria da empresa	40	0	2
	Direito Internacional Público	40	0	2
	Direito Penal: crimes contra a pessoa	40	0	2
	Direito Processual Civil: teoria geral do processo	80	0	4
	Psicologia Geral e Jurídica	40	0	2
4º SEMESTRE	Direito Civil: teoria geral dos contratos	40	0	2
	Direito Constitucional: organização político-administrativa	80	0	4
	Direito Empresarial: sociedades em espécie	40	0	2
	Direito Penal: crimes contra o patrimônio	40	0	2
	Direito Processual Penal: teoria geral do processo	40	0	2
	Direito Processual Civil: Procedimento Comum e Extinção do Processo	80	0	4
	Direito do Trabalho Individual	80	0	4
	Atividades Complementares II		50	
5º SEMESTRE	Direito Civil: contratos em espécie	80	0	4
	Direito Empresarial: títulos de crédito	40	0	2
	Direito do Trabalho Coletivo	80	0	4
	Direito Constitucional: controle de constitucionalidade	40	0	2
	Direito Penal: crimes contra a Dignidade Sexual	40	0	2
	Direito Processual Civil: Instrumentalidade do Processo	80	0	4

	Direito Processual Penal: jurisdição e competência	40	0	2
	Estágio Supervisionado I	0	80	
6º SEMESTRE	Direito Administrativo	80	0	4
	Direito Civil: responsabilidade civil	80	0	4
	Direito Empresarial: falência e recuperação	40	0	2
	Direito Penal: dos crimes contra a fé pública e contra a administração pública	40	0	2
	Direito Previdenciário/Infortunistica: custeio	40	0	2
	Direito Processual Civil: Recursos	80	0	4
	Direito Processual Penal: instrumentalidade do processo penal	40	0	2
	Atividades Complementares III	0	50	
	Estágio Supervisionado II	0	80	
7º SEMESTRE	Direito Previdenciário/Infortunistica: benefício	40	0	2
	Direito Civil: posse e propriedade	80	0	4
	Direito Penal: legislação extravagante e criminologia	80	0	4
	Direito Processual Civil: Do Cumprimento de Sentença e do Processo de Execução	80	0	4
	Direito Processual Penal: da prisão e da liberdade	40	0	2
	Prática Forense: Civil	0	80	4
	Estágio Supervisionado III	0	60	

8º SEMESTRE	Direito Civil: direitos reais sobre coisas alheias	80	0	4
	Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais	80	0	4
	Direito Processual Penal: procedimentos e recursos	80	0	4
	Direito Tributário: sistema constitucional tributário	40	0	2
	Metodologia da Pesquisa Jurídica	40	0	2
	Prática Forense: Penal	0	80	4
	Atividades Complementares IV	0	50	
	Estágio Supervisionado IV	0	60	
9º SEMESTRE	Direito Civil: direito das famílias	80	0	4
	Direito do Consumidor	80	0	4
	Direito Processual do Trabalho	80	0	4
	Direito Tributário: formação	40	0	2
	Direito Processual Civil: Do Processo Coletivo e dos Meios Alternativos de Resolução dos Conflitos I	40	0	2
	Ética Geral e Profissional	40	0	2
	Biodireito	40	0	2
	Estágio Supervisionado V	0	60	
	Trabalho de Conclusão de Curso (NPJ *)	0	20	
10º SEMESTRE	Direito Ambiental e Educação Ambiental	40	0	2
	Direito Civil: Sucessões	80	0	4
	Estudos interdisciplinares	40	0	2
	Medicina Legal	40	0	2
	Prática Forense: Trabalho	0	40	2
	Prática Forense: Tributário	0	40	2

	Direito Processual Civil: Do Processo Coletivo e dos Meios Alternativos de Resolução dos Conflitos II	40	0	2
	Direito Agrário	40	0	2
	Disciplina optativa (Libras/Dir. Eleitoral)	40	0	2
	Estágio Supervisionado VI	0	60	

(*) NPJ – Núcleo de Prática Jurídica

Matriz Curricular	
Total de Conteúdos Acadêmico-Científicos	4000 h/a
Estágio Supervisionado	400 h/a
Atividades complementares.....	200 h/a
Trabalho Conclusão de Curso.....	20 h/a
Carga Horária Total do Curso em horas aula	4620 h/a
Carga Horária Total do Curso em horas relógio	3850 h

CURSO DE DIREITO

MODALIDADE: Bacharelado Presencial

SITUAÇÃO LEGAL: Autorizado

INTEGRALIZAÇÃO: Mínima: 05 anos Média: 05 anos Máxima: 7 anos

CARGA HORÁRIA : Conteúdos acadêmicos: 4000

Estágio supervisionado: 400

Atividades complementares: 200

Trabalho Conclusão de Curso 20

6.2 Ementário e Bibliografia

1º SEMESTRE

DISCIPLINA: HISTÓRIA E INTRODUÇÃO AO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

História do Direito: o direito dos povos. Direito antigo: Atenas e Roma. Os direitos nacionais modernos: sistema Civil Law e sistema Common Law. A república e o direito. O Direito dos tempos modernos. O Direito como ciência. Definição sobre o Direito e origem do vocábulo. Direito natural, direito positivo, direito subjetivo e direito objetivo. Direito e moral. Educação Ambiental. Fontes do direito - não- estatais. Fontes do direito – estatais. O direito como norma. Distinção de norma moral e norma jurídica. Aspectos essenciais da validade. Validade fática ou eficácia. Justiça como fundamento da norma jurídica. As novas tendências: a solução dos conflitos pela intermediação e os vários processos de arbitragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao Direito**. Lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional. 12º ed. São Paulo. Saraiva, 2011.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

POLETTI, Ronaldo. **Introdução ao Direito**. 4º. Ed. São Paulo. Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaio**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - INTRODUÇÃO E PESSOAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Introdução ao direito civil. Conceitos do Direito Romano. Lei de introdução ao código civil. Das pessoas: naturais e jurídicas. Conceito de Pessoa no Direito Romano: o escravo e a personalidade. Personalidade das pessoas Jurídicas e Naturais. Capacidade Civil. Noções de Tutela e Curatela. Ausência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.
WALD, Arnold. **Direito Civil I- Introdução e Parte Geral.** 13º ed. São Paulo: Saraiva, 2011, vol. 1.
LÔBO, Paulo. **Direito civil. Parte geral.** 1. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil. Parte geral.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.
REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaio.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Parte Geral.** 8. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.
KONRAD, Mário Alberto; Sandra Ligian Nerling. **Roteiros Jurídicos - Direito Civil 1 - Parte Geral, Obrigações E Contratos.** 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Vol. I.
CASSETTARI, Crhistiano. **Elementos de Direito Civil.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Introdução à sociologia e antropologia: Conceito. Histórico. Abordagem de Augusto Comte. Emile Durkheim. Max Weber. Karl Marx. Cultura e sociedade. História e Cultura

Afro-brasileira e Africana. Sociedades Indígenas. Controle social. Mudança social. Ideologia e direito. Sociedade contemporânea: Socialização. Estratificação social. Desigualdades sociais. Diversidade cultural. Violência urbana. Mundo do trabalho. Padrões familiares atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e Antropologia - Reflexões Sobre a Origem do Direito a Partir de Kelsen e Nietzsche. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOVA, Sebastião Vila. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica. Introdução à lógica jurídica, instituições do direito, evolução e controle social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAMOS, Flamarion; MELO, Rurion; FRATESCHI, Iara (coord. Cadeira). Manual de filosofia política. 2. ed. Saraiva, 2015.

CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee Gart. Sociologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAZ, Anderson Rosa. **Introdução ao direito – prefácio de Flávia Piovesan**. São Paulo: Juruá, 2007.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito**. 1º ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

DIAS, R. Fundamentos de sociologia geral. 3ª ed. São Paulo: Alínea. 2006.

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA/TEORIA GERAL DO ESTADO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Da Sociedade. Do Estado. Das Formas de Estado. Dos Regimes de Governo e as Ideologias. Das Formas de Governo. Dos sistemas partidários eleitorais. Do estado constitucional. Da revolução e do golpe de estado. Dos mecanismos de defesa do estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed., 9 tiragem. São Paulo: Malheiros, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. As formas de governo. A federação. A divisão dos poderes. Tradução: Pedro Vieira Mota. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaios**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MANDUCO, Alessandro. **Ciência Política – Coleção os 10+ Vol. 18**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTRO, Marcus Faro de. **Normas jurídicas e mudança social - interações entre o direito, a filosofia, a política e a economia** - série produção científica – ddj. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Característica do conhecimento científico. Origem da metodologia científica. Níveis e tipos de conhecimento: o conhecimento vulgar; o conhecimento filosófico; o conhecimento científico e o conhecimento religioso. A importância sobre a reflexão sobre o conhecimento. Técnicas do Trabalho Científico Acadêmico. O aspecto formal do trabalho científico. Numeração progressiva das seções. Estrutura do trabalho científico. Citações. Elaboração das Referências Bibliográficas. Sistema numérico. Sistema Numérico. Sistema autor-data – conceito e particularidades. As citações até três linhas e mais de três linhas. As referências no sistema autor-data. Diretrizes para a planificação e execução de trabalhos científicos. Os recursos pedagógicos da apresentação do trabalho científico: elementos de uma boa apresentação – os primeiros passos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de metodologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N.A. S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Makron, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem & comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E TEORIA DO CRIME

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Introdução do direito penal. Teoria geral do direito penal. Relações do direito penal. Breve histórico do direito penal. Princípio da legalidade. Lei penal. Da aplicação da lei penal. Conceitos de crime. O fato típico. Sujeitos do crime. Classificação dos crimes. Do Erro de tipo e erro de proibição. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Do concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal. Parte geral**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Curso de direito penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal. Parte geral**. Arts. 1º a 120 do CP. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Texto e textualidade. Coesão textual. Coerência textual. Gênero do Discurso. Resenha crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa - noções básicas para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2007.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência: linguagem & comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de textos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, L. **Comunicação na empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Introdução e contextualização. Como nasceu a filosofia. Do que falam os filósofos. Períodos da história da filosofia. Filosofia oriental e Filosofia greco-romana. Filosofia do direito. Finalidade da lei. Pena de morte. Questões étnico-raciais e a construção da ideologia racista. Liberdade. Justiça. Intuição como consciência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

NUNES, Rizzatto. **Manual de Filosofia do Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Vol. 1.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RAMOS, Flamarion Caldeira *et al.* **Manual de Filosofia Política**. 1º ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: Ensinar e Aprender**. 2º ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia. História e Grandes Temas**. Volume Único. 17º ed. São Paulo. Saraiva, 2013

DISCIPLINA: LINGUAGEM JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Linguagem jurídica e língua portuguesa. O “juridiquês”, os brocardos jurídicos e as locuções latinas mais utilizadas. O sentido das palavras na linguagem jurídica. Usos da linguagem jurídica e suas dificuldades. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e

latinismos na linguagem jurídica. Leitura, análise e interpretação de textos, discussão e debate sobre temas ligados à área jurídica. Argumentação jurídica. Coerência e coesão textual nas pelas judiciais e administrativas. Tipos de argumento. A oratória e a sua importância para o direito. Como preparar um discurso. Apresentação de discurso com tema ligado à área jurídica A linguagem forense na redação das peças jurídicas: aspectos estruturais e jurídicos. A petição inicial: aspectos estruturais e lingüísticos. A contestação: aspectos estruturais e lingüísticos. A sentença: aspectos estruturais e lingüísticos. Particularidades da linguagem nas peças jurídicas. Peças de expediente forense: aspectos estruturais e lingüísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SARAIVA, Vicente de Paulo. **A técnica da redação jurídica ou a arte de convencer**. 4. ed. Brasília: Consulex, 2006.
XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no direito**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
SABBAG, Eduardo. **Manual de Português Jurídico**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem Jurídica**. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2009.
MARCONDES, Marlene Paula; NADOLSKIS, Ferhendricas. **Comunicação Jurídica**. 4º edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Hermenêutica jurídica: origem e conceito. Interpretação das normas jurídicas. Técnicas

interpretativas. Efeitos da interpretação. A Integração e o problema das lacunas. Meios supletivos das lacunas: analogia e costume. Princípios gerais de direito e equidade. A boa-fé objetiva como paradigma de conduta na sociedade contemporânea. Direito como faculdade: direito subjetivo e direito objetivo. Relação jurídica e personalidade. Os sujeitos da relação jurídica. O objeto da relação jurídica. A classificação fundada no objeto da relação jurídica. Relação jurídica simples e complexa. O nascimento da relação jurídica. As relações jurídicas nas responsabilidades civil, criminal e administrativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IAMUNDO, Eduardo. *Hermenêutica e Hermenêutica Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2017..
DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Introdução ao estudo do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
REALE, Miguel. **Fontes e Modelos do Direito. Para um novo Paradigma Hermenêutico**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
COELHO, Inocêncio Mártires. **Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
SOARES, Ricardo Maurício Freire Soares. **Hermenêutica Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – BENS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Dos bens. Dos fatos jurídicos. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Parte Geral.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

WALD, Arnoldo. **Direito civil: introdução e parte geral.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil. Parte geral.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LÔBO, Paulo. **Direito civil. Parte geral.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

KONRAD, Mário Alberto; Sandra Ligian Nerling. **Roteiros Jurídicos - Direito Civil 1 - Parte Geral, Obrigações E Contratos.** 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Vol. I.

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Sociologia jurídica: Conceito; objeto de estudo; Gênese do direito. Função social. Conceito sociológico. Eficácia das norma jurídicas e efeitos sociais. Importância das ciências sociais. Fontes do direito. Costumes. A sociologia nos vários ramos do direito. Autonomia da sociologia jurídica. Administração da justiça. Acesso à justiça. Mudança social e o direito; Anomia e opinião pública. Relações étnico-raciais: preconceito e discriminação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica (você conhece?).** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHA, José Manuel de Sacadura. Sociologia geral e jurídica. 4. ed. Forense, 2015
SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica. Introdução a uma leitura externa do direito 7. ed. Revista dos Tribunais, 2017.

OLIVEIRA, Dalton. **Sociologia Jurídica. Coleção os 10+, vol. 21.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPAGNOL, Antônio Sérgio. **Coleção Direito Vivo – Sociologia Jurídica.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Introdução à economia. Evolução do pensamento econômico. Demanda. Oferta e equilíbrio de mercado. Elasticidade. Teoria da produção. Teoria dos custos. Estruturas de mercado. Introdução à macroeconomia. Contabilidade social. Moeda e bancos. Setor externo. Inflação. Setor público. Crescimento e desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito financeiro e econômico. Coleção estudos direcionados.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio. TONETO JÚNIOR, Rudnei. GREMAUD, Amaury P. **Economia brasileira contemporânea.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECONOMIA brasileira contemporânea - giambiagi, fabio - ed. elsevier - 2016

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 2002.

LACERDA, Antônio Correa de. **Economia Brasileira**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed., 9 tiragem. São Paulo: Malheiros, 2000.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DA SANÇÃO PENAL

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA:

Das penas em geral. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direito. Multa. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal. Parte geral**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Curso de direito penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal. Parte geral**. Arts. 1º a 120 do CP. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IAMUNDO, Eduardo. **Heremênutica e Heremênutica Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Introdução ao direito internacional privado. Das soluções práticas de controvérsias internacionais, da hierarquia entre os tratados e as leis internas. Homologação de sentenças estrangeiras. Direitos Humanos e Tratados Internacionais. Noções sobre direito internacional. Aspectos jurídicos sobre direito internacional privado. O direito internacional privado e a lei de introdução ao código civil. Os elementos de conexão. Contratos. As questões e educação ambiental na sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado - 5ª Ed. 2016. Atlas.
RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado – teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
JAEGER JUNIOR, Augusto / Del ' Olmo, Florisbal de Souza. Curso de Direito Internacional Privado - 12ª Ed. 2017. Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Curso de direito internacional privado - Del'olmo, Florisbal de Souza - Ed. Forense - 12º/2017
PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.
GOMES, Fábio Luiz. **Direito Internacional – Perspectivas Contemporâneas**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TEIXEIRA, Carla Noura. **Coleção Direito Vivo – Direito Internacional**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
GUERRA, Sidnei. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Psicologia e psicologia jurídica: histórico, conceito e definições. Interface Psicologia,

psiquiatria e direito. Áreas de atuação da psicologia jurídica. Causas do comportamento criminoso – A avaliação psicológica forense. Perícia: o psicólogo como perito e o psicólogo como assistente técnico. Documentos psicológicos forenses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.

DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. Tradução Lenke Perez. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

SERAFIN, Antonio de Pádua ET AL. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora, 2003 e 2006. Vol. I e II.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Fiorelli, Jose Osmir / Mangini, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica - 8ª Ed.** 2017. Atlas.

PINHEIRO, Carla. Coleção Direito Vivo – **Psicologia Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SPECTOR, PAUL E. **Psicologia nas organizações**. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – OBRIGAÇÕES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral das obrigações**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Teoria geral das obrigações**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

WALD, Arnold. **Direito das obrigações e teoria geral dos contratos**. 18.ed. São Paulo:

Saraiva, V.2

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito civil. Obrigações e responsabilidade civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil. Direito das obrigações.** 2ª parte. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Obrigações.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações.** 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 HORAS

EMENTA:

Teoria geral do processo. Direito material e direito processual. Fontes das normas processuais; Jurisdição e ação. Estrutura do poder judiciário. Funções essenciais à justiça – o Juiz, o Ministério Público e o Advogado. Da ação – processo e procedimento. Sujeitos do processo. Capacidade: Processual e postulatória. Intervenção de terceiros, conceito, modalidades, processamento. Da competência e dos critérios de fixação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil.** 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, J.E. teoria geral do processo - ed. forense – 2017

ZAVASCKI, Teori Albino. processo coletivo - tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos - ed. rt – 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. teoria geral do processo. ed. saraiva - 2017

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo - Vol. 1 - Teoria Geral do Processo**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REALE, Miguel. Fontes e Modelos do Direito. Para um novo Paradigma Hermenêutico. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 1994.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Crimes contra a pessoa: contra a vida; lesões corporais; periclitacão da vida e da saúde; rixa; crimes contra a honra; e crimes contra a liberdade individual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de. **Direito penal aplicado: parte especial e código penal**. 2.ed. São Paulo: Saraiva

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL – CONSTITUIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Origem da constituição. Classificação das constituições. Poder constituinte. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação e princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Educação Ambiental. Direitos políticos. Nacionalidade. O processo de constituição dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como projeto de sociedade. Os princípios norteadores dos Direitos Humanos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OS 10+ V.01 - Direito Constitucional

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição - Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 7ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – TEORIA DA EMPRESA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Introdução ao Direito Empresarial. A autonomia do Direito Empresarial: o novo Direito de Empresa. Conceito, origem e teorias. A existência e a regularidade da atividade empresarial. A capacidade do empresário. Os elementos do exercício e da identificação da empresa e os seus atributos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

ROCHA, Gustavo Ribeiro / ROCHA FILHO, José Maria. **Curso de Direito Comercial - Teoria Geral da Empresa e Direito Societário - 2ª Ed.** 2015. D' Plácido.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial. Direito de empresa**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito empresarial. Estudo unificado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Introdução; Desenvolvimento histórico do direito internacional público [DIP]; A sociedade internacional; Fontes do direito internacional público; O conflito entre o direito internacional e o direito interno; Pessoas e sujeitos internacionais; O princípio “pacta sunt servanda”; O princípio “rebus sic stantibus”; Teoria dos tratados internacionais. Direitos Humanos nas relações Internacionais. O meio ambiente nas relações jurídicas internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de direito internacional público**. 3. ed. São Paulo:

Saraiva, 2009. SILVA, G. E. do Nascimento T.; ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DALLARI, Pedro B. A. Constituição e tratados internacionais . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos . 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2013. GOMES, Fábio Luiz. Direito Internacional – Perspectivas Contemporâneas . 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010. TEIXEIRA, Carla Noura. Coleção Direito Vivo – Direito Internacional . 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013. GUERRA, Sidnei. Direito Internacional dos Direitos Humanos . 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA: Noção geral. Formação. Classificação. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato. Vício redibitório. Evicção. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Extinção do contrato.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Contratos e atos unilaterais . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3. WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil.**

Contratos: teoria geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Vol. 4. Tomo I.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Mário Luiz. **Problemas de Direito Intertemporal no Código Civil.** 1ªed.

São Paulo: Saraiva, 2014.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Sariva, 2007.

CUNHA, Leonardo Carneiro. **Direito intertemporal e o novo código de processo civil - ed. forense - 2016**

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – DO PROCEDIMENTO COMUM E EXTINÇÃO DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Do processo e do procedimento ordinário. Da petição Inicial: requisitos, pedido, causa de pedir, valor da causa – critérios. Da formação do processo. Da distribuição e do registro. Dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais, das nulidades. Dos prazos processuais. Da resposta do réu. Da Tutela Provisória. Da suspensão do processo. Do julgamento conforme o estado do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo no novo processo civil.** 4ª ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de .** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. Processo de conhecimento convencional e eletrônico.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo I.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil.** 13. ed. São Paulo:

Saraiva, 2009. Vol. 1.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência do Código Civil de 2002 na Legislação Processual. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Dos crimes contra o patrimônio: furto; roubo e extorsão; usurpação; dano; apropriação indébita; estelionato e outras fraudes; receptação; e disposições gerais. Crimes contra a propriedade Imaterial: violação de direito autoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL – ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Federalismo. Espécies. Separação dos poderes. Poder executivo, legislativo e judiciário. Processo legislativo. Poder judiciário. Políticas e ações em educação ambiental

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição. Fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaios**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – SOCIEDADES EM ESPÉCIE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Direito societário. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Sociedade comum. Sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Liquidação da

sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. Do estabelecimento. Institutos complementares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Direito Empresarial II**. 2.ed., Ed. São Paulo: RT, 2009.

CAMPINHO, Sérgio. Curso de Direito Comercial: sociedade anônima. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Alexandre Couto. Direito Societário - Estudos Sobre a Lei de Sociedades Por Ações. Saraiva.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: Direito de empresa**. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Noções gerais. Procedimentos. Conceito e autonomia. Finalidade e relações com outros ramos. Princípios. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Fontes do processo penal. Sujeitos da relação processual. Das citações e intimações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**. 8ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CAPEZ, Fernando. O direito penal e processual penal na visão dos tribunais . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal . 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.
JESUS, Damásio de. Código de Processo Penal anotado . 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.
NETO, Ameleto Masini. Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8 . 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO INDIVIDUAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Introdução. Natureza. Princípios. Fontes. Evolução do direito do trabalho. Evolução constitucional dos direitos sociais. Relação de trabalho. Contrato de trabalho. Remuneração e salário. Estabilidade. Duração do trabalho. Descansos remunerados. Extinção do contrato de trabalho. Segurança e medicina do Trabalho.
--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho . 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual de direito e processo do trabalho . 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho . 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Curso de Iniciação Ao Direito do Trabalho. Elsevier - Campus.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho - Teoria Geral do Direito do Trabalho**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROMAR, Carla Tereza Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO COLETIVO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Da Terceirização. Do FGTS. Das Normas especiais do Trabalho. Do Trabalho Infantil. Da Organização sindical. Da Greve. Da Organização judiciária do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Maria Inês Moura Alves S. A. da. **Direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HINZ, Henrique Macedo. **Direito individual do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho - Teoria Geral do Direito do Trabalho**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROMAR, Carla Tereza Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal IV – Parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado**. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**.

1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – CONTRATOS EM ESPÉCIE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Das várias espécies de contrato. Da compra e venda. Das cláusulas especiais à compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Da locação de coisas e imóveis. Do empréstimo. Do comodato. Do mútuo. Da empreitada. Do mandato. Do transporte. Do seguro. Do depósito. Da prestação de serviço. Dos contratos especiais. Dos contratos bancários. Do arrendamento mercantil ou “LEASING”. Da franquia ou “FRANCHISING”. Da faturização ou “FACTORING”. Da comercialização de programa de computador (“SOFTWARE”). Da educação ambiental nos contratos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Contratos e atos unilaterais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

WALD, Arnoldo. **Direito civil: contratos em espécie.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil. Contratos em espécie.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4. Tomo II.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Direito intertemporal e o novo código de processo civil. ed. forense - 2016

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – JURISDIÇÃO E

COMPETÊNCIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Jurisdição e competência. Elementos da jurisdição. Competência. Questões processuais incidentes. Das Exceções.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2014.
JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.
NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – TÍTULOS DE CRÉDITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Teoria geral dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Exigibilidade do crédito cambiário. Duplicatas. Exigibilidade do crédito representado por duplicata. Títulos de crédito impróprios. Conhecimento. Títulos de crédito rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial – direito de empresa: empresa e estabelecimento, títulos de crédito. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Das provas. Das audiências. Da Sentença e Coisa julgada. Da Remessa Necessária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. Processo de conhecimento**

convencional e eletrônico. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo I.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

ROCHA, Felipe Borring. manual dos juizados especiais cíveis estaduais - teoria e pratica - ed. atlas - 2017

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro. Espécies. Controle difuso. Controle concentrado. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição. Fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIMÃO, Calil. Elementos do Sistema de Controle de Constitucionalidade. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JUNIOR, Osvaldo Canela. Controle Judicial de Políticas Públicas. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. curso de direito constitucional - ed. Malheiros, 2017.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Do crime de moeda falsa. Falsificação de papéis públicos. Falsidade documental. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Criminologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: Dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos. Vol. V, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado**. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquemático – Parte Especial**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Crimes falimentares. Teoria geral dos títulos de crédito. Conhecimentos. Títulos de crédito rural. O direito dos contratos mercantis. Direito bancário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NEGRÃO, Ricardo. **Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas** (lei nº 11.101/2005). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Introdução ao direito administrativo. A educação ambiental e o direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Princípios da administração pública. Poderes administrativos. Administração pública. Controle da administração pública. Ato administrativo e agentes públicos. Licitação: conceito, modalidades. Contratos

administrativos: conceito, modalidades. Concessão. Parceria- público privada. Responsabilidade civil do estado. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Fábio Bellote. **Elementos de Direito Administrativo**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO PENAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Inquérito policial. Condições de procedibilidade. Ação civil “ex delicto”. Das provas. Exame de corpo de delito e perícias em geral. interrogatório e confissão. Reconhecimento das pessoas e das coisas. Documentos. Indícios. Da busca e apreensão. Das provas proibidas. Teoria do fruto da árvore envenenada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.
JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.
NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E INFORTUNÍSTICA - CUSTEIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Seguridade Social. Sistema Nacional de Seguridade Social. Assistência Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes contra a previdência social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Conceito, 2008
NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Previdenciário - Coleção os 10+ - VOL. 6**. 1ªed.

São Paulo: Saraiva, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco S. **Manual de Direito Previdenciário**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito Previdenciário para concursos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS

CARGA HORÁRIA DO CURSO: 80 HORAS

EMENTA:

Teoria geral dos recursos. Princípios processuais aplicáveis. Dos recursos em espécie. Da apelação. Dos agravos. Dos embargos de declaração. Do Recurso Adesivo. Do recurso ordinário. Do recurso especial. Do recurso extraordinário e o requisito da repercussão geral. Dos embargos de divergência e da uniformização da jurisprudência. Do Incidente de Colegialidade Qualificada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

PINHO, Humberto Dalla B. **Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil - processo de conhecimento: tutela antecipada, provas, recursos e cumprimento da sentença**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo II.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

EQUIPE REVISTA DOS TRIBUNAIS. **Novo CPC urgente. Guia esquemático para conhecer o novo CPC**. Revista dos Tribunais, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. **Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência**

do Código Civil de 2002 na Legislação Processual. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – RESPONSABILIDADE CIVIL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Idéias gerais sobre responsabilidade civil. Elementos essenciais da responsabilidade civil. Os meios de defesa ou as excludentes da ilicitude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Responsabilidade civil.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 7.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Responsabilidade civil.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NETTO, Felipe P. Braga. **Responsabilidade civil.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Orlando. Responsabilidade Civil. Forense.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Sariva, 2007.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Da liquidação e do cumprimento da sentença. Da impugnação. Do processo de execução e seus requisitos. Das partes. Do título. A responsabilidade patrimonial. Das execuções em espécie. Da penhora e do depósito. Avaliação, adjudicação e da alienação de bens do devedor. Dos embargos a execução. Do pagamento ao credor. Das formas de extinção da execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. processo de execução. Dos títulos extrajudiciais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. **Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência do Código Civil de 2002 na Legislação Processual**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZAVASCKI, Teori Albino. processo coletivo - **tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos** - ed. rt - 2017

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL – LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E CRIMINOLOGIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Crimes contra a ordem tributária. Crimes contra o sistema financeiro. Crimes contra o

meio Ambiente. Crimes de responsabilidade dos prefeitos. Crimes de imprensa. Crime de racismo: Lei 7.716/1989 e Lei 12.288/2010. Crimes falimentares. Abuso de autoridade. Criminologia. Estatuto da criança e do adolescente. Crimes hediondos. Crimes previstos na Lei 8.666/93. Lei sobre drogas. Estatuto do desarmamento. Código de trânsito brasileiro. Lei Maria da Penha. Propriedade intelectual. Tortura. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Lei de combate às organizações criminosas. Interceptações telefônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação penal especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes hediondos: texto, comentários e aspectos polêmicos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANCTLS, Fausto Martin de. **Crime organizado e lavagem de dinheiro: destinação de bens apreendidos, delação premiada e responsabilidade social**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquemático – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – DA PRISÃO E DA LIBERDADE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Prisão em flagrante. Prisão provisória. Prisão temporária. Prisão administrativa. Medidas Cautelares. Liberdade provisória. Processo comum ou ordinário. Processo sumário. Sentença em geral. Coisa julgada. Habeas Corpus. Lei de execução penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.
JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.
MESSA, Ana Flávia. **Da prisão e liberdade**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – CIVIL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Petição inicial; Procedimento ordinário, sumário e a tutela diferenciada (monitória). Conteúdo da contestação - matéria de defesa – processos de rito ordinário, sumário e os embargos; Ação monitória; Reconvenção; Exceções (incompetência relativa e absoluta e de impedimento e suspeição); Impugnação ao valor da causa; Memoriais; Elaboração de peças práticas de todo o conteúdo ministrado. Teoria geral dos recursos. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo retido. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Recurso ordinário. Recurso extraordinário. Recurso especial. Noções gerais do processo de execução. Noções gerais do processo cautelar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. Prática Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
SILVA, Jaqueline Mielke, COLOMBO, Juliano. Manual De Prática Civil - Teoria E Prática - 8ª Ed. 2017 . Verbo Jurídico.
HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.
TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2011.
PALAIÁ, Nelson. tecnica da peticao inicial - ed. saraiva – 2017
VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – POSSE E PROPRIEDADE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Introdução. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio geral. Propriedade resolúvel, fiduciária, científica, literária e artística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das coisas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.
MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil. Direito das coisas**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: direitos reais e intelectuais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: direito das coisas**. 12. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Coisas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ªed. São Paulo: Sariva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E INFORTUNÍSTICA – BENEFÍCIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Previdência Social. Prestações Previdenciárias. Prescrição Previdenciária. Direito acidentário e educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes contra a previdência social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Conceito, 2008

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Previdenciário - Coleção os 10+ - VOL. 6**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed**. 2015. Atlas.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco S. **Manual de Direito Previdenciário**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito Previdenciário para concursos**. 4. ed. São Paulo:

Saraiva, 2016.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Enfitese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil. Direito das coisas.** 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: direitos reais e intelectuais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

WALD, Arnoldo. **Direito civil: direito das coisas.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro. **direito intertemporal e o novo código de processo civil.** ed. forense - 2016

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO – SISTEMA CONSTITUCIONAL

TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA TORAL: 40 Horas

EMENTA:

Sistema tributário nacional. Das limitações ao poder de tributar. Princípios constitucionais e educação ambiental. Competências. Do princípio da legalidade estrita. Da igualdade tributária. Da irretroatividade. Da anterioridade normal e nonagesimal. Da utilização do tributo com efeito de confisco. Da limitação ao tráfego. Da uniformidade geográfica. Repartição das receitas tributárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de direito tributário**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: constituição e código tributário nacional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, Alexandre Barros. **Noções de Direito Tributário**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – PENAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Organização judiciária. Auto de prisão em flagrante. Varas criminais. Tribunal do júri.

Processo. Denúncia. Liberdade provisória e relaxamento de prisão. Do pedido de revogação de prisão preventiva. Defesa prévia. Recursos. Alegações finais. Sentença. Habeas Corpus. Mandado de segurança. Revisão criminal. Lei de execução penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. **Prática forense penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHAVES, Luiz Gonzaga. **Exame da OAB – penal – 2ª fase**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de processo penal: teoria e prática**. 4ª ed. São Paulo: HM Editora, 2005.

MASSON, Cleber, VILHENA, Júnior, ERNAN, Menezes. **Prática Penal - Ministério Público - 3ª Ed.** 2017. Elsevier/Método.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MESSA, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da OAB**. 6ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PALAIA, Nelson. **tecnic da peticao inicial**, ed. saraiva - 2017

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – PROCEDIMENTOS E RECURSOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Processos dos crimes de competência do júri. Nulidades. Recursos gerais. Recursos em sentido estrito. Apelação. Apelação das decisões do Tribunal do júri. Protesto por novo júri. Revisão criminal. Recurso extraordinário. Recurso especial. Recurso ordinário constitucional. Correição parcial. Embargos de declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Mandado de segurança. Procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2014.
OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de Processo Penal - 21ª Ed.** 2017. Atlas.
NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Requisitos do trabalho monográfico. Etapas da construção monográfica. Elaboração e estrutura do projeto de pesquisa. Estrutura e formatação da monografia. Notas de rodapé. Postura e linguagem perante a banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de metodologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N.A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Makron, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3ºed. São Paulo: Saraiva, 2008.
BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Jurídica - 5ª Ed.** 2016. Del Rey.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
DEMO, Pedro. Praticar Ciência – Metodologias do Trabalho Científico. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Dos procedimentos especiais. Da consignação em pagamento. Da ação de Exigir Contas. Das ações possessórias. Da divisão e demarcação de terras. Da dissolução parcial de sociedades. Do inventário e da partilha. Dos embargos de terceiro. Da oposição. Da habilitação e da restauração dos autos. Das ações de família. Da ação monitória. Da homologação de Penhor Legal. Da regulação de avaria grossa. Do Juizado Especial Cível. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

PINHO, Humberto Dalla B. Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed. 2017. Atlas.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil v. 3 - execução - 16ª edição, 2017

LENZA, Pedro. oab esquematizado - 1º fase - vol. Único. ed. saraiva - 2017

9º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – DIREITO DAS FAMÍLIAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Introdução ao direito das famílias. Do direito pessoal. Do casamento. Da dissolução do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável e do concubinato. Da tutela e da curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito de família.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito de família.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 6.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Tavares, BEATRIZ, Regina De Almeida Camargo Neto, GRANDES, Theodureto. **Grandes Temas de Direito de Família e Das Sucessões – Vol. 2.** Saraiva.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil – direito de família.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de Direito Civil - Família** - Col. Manuais Instrumentais Para Graduação. RT.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Direito intertemporal e o novo código de processo civil.** ed. forense - 2016

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO – FORMAÇÃO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Atividade financeira do estado. Fontes do direito tributário. Vigência, interpretação e aplicação das leis tributárias. Dos tributos (conceitos e espécies). Obrigação tributária. Fato gerador. Imunidades Tributárias. Crédito Tributário. Suspensão. Extinção. Repetição do Indébito Tributário. Das garantias e privilégios tributários. Dos impostos em espécie. Prescrição e Decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de direito tributário**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: constituição e código tributário nacional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BECHO, Renato Lopes. **Lições de Direito Tributário – Teoria Geral e Constitucional**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

VALENTE, Rubem. **Direito civil facilitado**. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Introdução ao direito processual do trabalho. Formas de solução dos conflitos trabalhistas. Princípios do direito processual do trabalho. Organização e funcionamento da justiça do trabalho. Normas de direito processual do trabalho. Competência da justiça do trabalho. Ação trabalhista. Dissídio individual. Nulidades no direito processual do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THOME, Candy Florencio, SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Direito Processual do Trabalho** - Curso de Revisão e Atualização. Elsevier - Campus.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho – doutrina e prática forense**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. Conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao processo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do trabalho sintetizado**. Editora Método, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Processo do Trabalho**. Atlas.

SOUZA. Josyanne Nazareth. **Direito Processual do Trabalho- Pockets Jurídicos 33** . 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Noções básicas sobre o direito do consumidor. Proteção das relações de consumo. Teoria geral do direito do consumidor. Proteção do consumidor no âmbito civil. Proteção do consumidor no âmbito administrativo. Proteção do consumidor no âmbito penal. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juízo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **A nova interpretação do código brasileiro de defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOLZAN, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquemático**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor – Direito Processual**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SMANIO, Giampaolo Poggio. **Direito Do Consumidor Coleção os 10+ - Vol. 13** . 1ªed, São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: BIODIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 horas

EMENTA:

Da bioética ao biodireito. Alimentos geneticamente modificados. Reprodução humana assistida. Eutanásia. Hemotransfusão e a administração de escolhas religiosas. Doações de órgãos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITE, José Rubens Morato; Antônio Carlos Wolkmer orgs. **Os ‘novos’ direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOUREIRO, Cláudia Regina Magalhães. **Introdução ao biodireito**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Princípios do direito processual ambiental – a defesa judicial do patrimônio genético, do meio ambiente cultural, do meio ambiente artificial, do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente natural no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Vitor da. bioética - visão multidimensional. ed. erica - 2015
MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabos. **Curso de Bioética e Biodireito. 2ºed.**
São Paulo: Editora Atlas, 2013.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Bioética, biodireito e modernização.** Razão e humanização. Juruá, 2015.

DELFIM, Marcio Rodrigo. **Noções Básicas de Bioética e Biodireito.** Lumen Juris.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – DO PROCESSO COLETIVO E DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Principais institutos do Direito Processual civil coletivo. Histórico das ações coletivas no mundo e no Brasil. Ações coletivas no Código de Processo Civil brasileiro. Conciliação, Mediação e Arbitragem

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil.** 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito processual constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed. 2017. Atlas.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, R.T. **Novo Curso de Processo Civil – Vol. 3 – Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferentes– 3ª Ed.** 2017

MACEDO, Elaine Harzheim / THAMAY, Rennan Faria Krüger / TESHEINER, José Maria. **Procedimento Comum - da Petição Inicial À Sentença - Col. Inovações No Processo Civil Brasileiro.** 2015. Juruá.

LENZA, Pedro. Oab esquematizado - 1º fase - vol. Único. ed. saraiva - 2017

DISCIPLINA: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Conceito de ética e moral. Pensamento ético contemporâneo. Ética e Direitos Humanos. Princípios fundamentais. Educação Ambiental. A ética profissional no dia a dia do futuro profissional de direito e do advogado militante. Assimilação dos deveres e direitos no exercício da advocacia, a sua importância e indispensabilidade à administração da justiça. O estatuto da advocacia e o código de ética detalham o acervo deontológico que o advogado deve materializar em sua atividade profissional. Reúnem todos os contornos comportamentais para que o advogado possa bem representar os interesses dos seus constituintes, elevando, de forma sempre ascendente, o relacionamento com os demais profissionais do direito, numa projeção superior da advocacia. Uma das mais nobres missões do advogado é preservar direitos, aperfeiçoar as instituições e manter em posição elevada o estado democrático de direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LÔBO, Paulo. **Comentários ao estatuto de advocacia e da OAB**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Josyanne Nazareth de; COLNAGO, Rodrigo. **Ética profissional da advocacia**. Coleção estudos direcionados. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Ética. São Paulo: Saraiva

SROUR, P R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. Campus.

DE FREIT, Alysson Cesar Augusto. **Ética e Estatuto da Advocacia – Coleção os 10+**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIELA JUNIOR. **Ética na OAB – Questões Resolvidas**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CLARET, Martin. Ética a Nicômaco: Aristóteles. São Paulo: Martin Claret, 2013.

10º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – DO PROCESSO COLETIVO E

DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Interesses difusos, indivisíveis, coletivos e individuais homogêneos. Ação civil pública. Ação Popular. Ações Coletivas no CDC. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Coletivo. Aplicabilidade dos meios alternativos de resolução dos conflitos nos direitos difusos e coletivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017
GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.
DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed.** 2017. Atlas.
SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, R.T. **Novo Curso de Processo Civil – Vol. 3 – Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferentes– 3ª Ed.** 2017
MACEDO, Elaine Harzheim / THAMAY, Rennan Faria Krüger / TESHEINER, José Maria. **Procedimento Comum - da Petição Inicial À Sentença - Col. Inovações No Processo Civil Brasileiro**. 2015. Juruá.
LENZA, Pedro. **Oab esquematizado - 1º fase - vol. Único**. ed. saraiva - 2017

DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Análise e comparações entre as situações jurídicas do campo. O direito de propriedade

rural e o código do estatuto da terra. O estatuto do trabalhador rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRETO, Vilson. **Contratos agrários. Aspectos polêmicos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OPTIZ, Oswaldo; OPTIZ, Silvia. **Curso completo de direito agrário.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Benedito Silvério. **Tratado de usucapião – 2 Vols.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Coleção Saraiva de legislação - **Estatuto da terra.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASSETARI, Chirstiano. **Direito Agrário.** 1ºed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro.** 10ºed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário, vol. 2.** 5ºed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

TRENTINI, Flávia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo.** 1ºed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 Horas

EMENTA:

Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Dos legados. Do Inventário. Da colação. Da partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das sucessões.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 7.

WALD, Arnoldo. **Direito civil. Direito das sucessões.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França.

Curso de direito civil. Direito das sucessões. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 6.

OLIVEIRA, Euclides de. **Direito de herança: a nova ordem da sucessão.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; Adriana Caldas do Rego Freitas. **Curso de Direito das Sucessões.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Mário Luiz. **Problemas de Direito Intertemporal no Código Civil.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ºed. São Paulo: Sariva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Introdução ao estudo do direito ambiental. Conceito de direito ambiental. Constituição Federal e o meio ambiente. Instrumento da política nacional do meio ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos Bens ambientais. Áreas de preservação permanente. Meio ambiente do trabalho e legislação vigente. Dano nuclear. Aspectos jurídicos da poluição. Infrações administrativas ambientais. Responsabilidade civil para reparação do dano ecológico. Meios processuais. Crimes ambientais. Estatuto da cidade. Espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos. Proteção da fauna. Aspectos jurídicos da engenharia genética. Terceiro setor (ONG e OSCIP). Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação de direito ambiental.** 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Ambiental: Introdução, Fundamentos e Teoria Geral.** São Paulo, Saraiva: 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Curso de direito da energia: tutela jurídica da água, do petróleo e do biocombustível**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito Ambiental de Conflitos**. Lumen Juris, 2015

FERRARI, Vanessa Carolina Fernandes. **Leis ambientais**. Coleção leis especiais comentadas. Editora Ridel, 2016.

TRENNPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA: ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Estudo interdisciplinar dos temas em direito civil, penal, trabalhista, constitucional, tributário, administrativo, ambiental, filosofia, comercial, trabalhista e ética profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUILHERME, Luiz fernando do Vale de Almeida. Manual de direito civil: tabela com resumo e questões de concursos e da ordem. Editora Manole, 2016

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. Vol. 2.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. Manual de Direito Penal. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LENZA, Pedro. oab esquematizado - 1º fase - vol. Único. ed. saraiva - 2017

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual de direito e processo do trabalho. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

O estudo da medicina legal caracteriza-se pelo conjunto de conhecimentos médico e paramédico. A introdução ao estudo da medicina-legal propicia ao estudante conhecimento dos conceitos de medicina, sua divisão e relações com outras ciências. A importância da perícia médico-legal e o conhecimento da atuação dos peritos nos diversos ramos do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de medicina legal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina legal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 2008.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso básico de medicina legal**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. **Medicina legal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELCAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Curso e Conurso Vol. 20 – Medicina Legal I**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DOUGLAS, William, GRECO, Rogerio. **Medicina Legal À Luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal** - 13ª Ed. 2017. Impetus.

BENFICA, Francisco Silveira, VAZ, Márcia. **Medicina legal aplicada ao direito**. Editora Unisinos, 2005

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta** - 10ª Ed. 2015. Atlas.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – TRABALHO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Petição inicial. Distribuição. Audiência. Resposta do réu. Reconvenção. Provas.

Alegações finais. Sentença. Recursos e procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARDONE, Marly A. **Advocacia trabalhista**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REDINS, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho sintetizado**. Editora Métodos, 2016.

PEREIRA, Agostinho Zechin. **Coleção exame da OAB – segunda fase – área trabalhista**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial**. ed. Saraiva - 2017

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. 6ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Processo e Procedimento. Aspectos gerais do processo judicial tributário- Competências. Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública. Ação Declaratória. Ação Anulatória de ato declarativo de dívida. Ação de Consignação em pagamento. Ação Cautelar Fiscal. Mandado de Segurança. Ação de repetição do indébito tributário. Ação de Execução Fiscal- Embargos a Execução Fiscal. Exeção de Pré-Executividade. Recursos em matéria Tributária. Apelação. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Alexandre Barros. **Procedimento administrativo tributário – teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Tributário #NaPrática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
CHIMENTI, Ricardo Cunha; PIERRI, Andréa de Toledo. **Teoria e prática do direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, José Jayme Macêdo. **Impostos estaduais: ICMS, ITDC e IPVA**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Renata Elaine. **Decisões em matéria tributária**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial**. ed. Saraiva - 2017

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. Ed. Malheiros - 38º/2017

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL (Optativa)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Análise do registro de candidatura e campanha eleitoral. Ações eleitorais e propaganda eleitoral. Arrecadação e prestação de contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Manual das eleições**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

TELLES, Olívia Raposo da Silva. **Direito eleitoral comparado – Brasil – Estados Unidos – França**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PONTE, Antônio Carlos da. **Crimes eleitorais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRETTI, Gleibe. **Direito Eleitoral - Col. Legislações**. 2016. Alfacon (já atualizado novo CPC).

PEREIRA, Erik Wilson. **Direito Eleitoral – Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais-Eleitorais**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito eleitoral**. Coleção elementos do direito. Vol. 20, 3. ed.

Revista dos Tribunais, 2016.
BARRETTO, Rafael. **Saberes do Direito 47 – Direito Eleitoral**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (Optativa)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA:

Aspectos históricos da surdez e da modalidade gestual-visual; os surdos como uma minoria lingüística; a educação de surdos no Brasil, legislação e o intérprete de LIBRAS. Linguagem, pensamento e cultura. Língua e sociedade. Teorias de aquisição da linguagem. Parâmetros em libras; noções lingüísticas de libras; tipos de frases em libras; incorporação de negação; conteúdos básicos de libras; expressão corporal e facial; alfabeto manual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOLDFELD, MARCIA. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**, São Paulo: Editora Plexus, 2000.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira – estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

HONORA, Márcia et al. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. 1ªed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Intérprete de libras**; Editora Mediação, 2009.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. **Conceitos abstratos. Escolhas interpretativas do português para libras**. 2 ed. Appris editora, 2017.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras**. 1ªed. São Paulo: Revinter, 2010.

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Valquíria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. 1ªed. São Paulo: Edusp, 2012.

6.3. Articulação da Autoavaliação do Curso com a Autoavaliação Institucional

O IMMES adota a avaliação institucional como um processo permanente, que envolve toda a instituição, destinado a diagnosticar deficiências e promover a qualidade de seu trabalho interno e de sua interação com a comunidade acadêmica.

A CPA é um órgão de atuação autônoma em relação à administração superior do IMMES, em respeito a legislação vigente, com membros eleitos pelos seus pares, conforme seu próprio regimento.

O curso de Direito utiliza, de forma sistemática para análise, os relatórios emitidos pela CPA e está sob constante autoavaliação. Entende a prática do ensino como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto às múltiplas expressões da vertente técnico-científica, tal perspectiva, exige um contínuo processo de avaliação de modo a consubstanciar o desenvolvimento das práticas do saber.

São utilizadas as seguintes instâncias de avaliação do curso:

- a) análise pelo colegiado do curso dos relatórios emitidos pela CPA como o relatório auto-avaliação institucional e relatório de avaliação de desempenho docente;
- b) socialização de informações e levantamento de sugestões e críticas alusivas aos processos e perspectivas em curso, junto à congregação do curso, discutindo-se as oportunidades de melhorias e levantamento de ações corretivas e preventivas;
- c) reunião com representantes de turmas para detectar problemas e levantamento de sugestões e críticas;
- d) elaboração de plano de implantação, monitoramento e mensuração dos resultados obtidos através das ações corretivas pelo colegiado do curso;
- e) feedback para consolidação das melhorias obtidas e implantação de novas ações demandadas.

6.4. Atividades Complementares;

As atividades complementares são instrumentos destinados ao enriquecimento curricular jurídico e/ou extrajurídicos, incluindo a prática de estudos e atividades independentes,

transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

O exercício das atividades complementares tem como fundamento introduzir enriquecimento na vida acadêmica, bem como prepará-lo para a vida profissional, trazendo conhecimento jurídico, integração social e ainda conhecimento amplo das diversas áreas do direito.

As atividades complementares são **obrigatórias** e exige-se o cumprimento de 200 (duzentas) horas, distribuída em 100 (cem) horas de ensino, 50 (cinquenta) horas de pesquisa e 50 (cinquenta) horas de extensão, de acordo com o regulamento das atividades complementares no anexo II.

6.5. Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino;

As atividades de estágio supervisionado e curricular, são compostas de 400 horas/aula, distribuídas em 80 horas no quinto semestre, 80 horas no sexto semestre, e 240 horas entre o sétimo e décimo semestre, conforme o regulamento geral do núcleo de prática jurídica, no anexo III.

As atividades de estágio são essencialmente práticas, reais e simuladas, e devem proporcionar ao estudante a atuação em situações simuladas e reais de prática profissional, além de proporcionar a necessária análise crítica das mesmas.

6.6. Trabalho de Conclusão de Curso;

As normas e procedimentos relativos à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do trabalho de conclusão de curso que é condição indispensável à colação de grau, encontra-se no anexo IV.

6.7. Mecanismos de Nivelamento, Monitoria e Acompanhamento dos Egressos;

O IMMES mantém mecanismos voltados ao estímulo à permanência de seus alunos, visando à redução dos índices de evasão. Tais mecanismos compreendem desde medidas de nivelamento e reforço de conteúdos até ações de atendimento pedagógico e extraclasse. Para alunos ingressantes, o projeto pedagógico de cada curso prevê a adoção de medidas para nivelamento e reforço de conteúdos adquiridos até o Ensino Médio com reconhecidas deficiências, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. O programa de nivelamento é oferecido todos os semestres.

O programa de atendimento pedagógico ao discente atua na orientação acadêmica no que diz respeito à vida escolar do aluno, interessando-se por aspectos como desempenho, avaliação, trabalhos, provas e frequência, além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a problemas de aprendizagem. Este atendimento pode ser realizado tanto pelos coordenadores de curso como pelos professores, em horários disponibilizados para este fim. São fixados em todos os murais e quadros de aviso os horários de atendimento tanto das coordenações como também das diversas áreas de atendimento ao aluno. Finalmente, as ações de atendimento extraclasse aos alunos são realizadas pelos coordenadores de curso e pelos professores.

O curso de Direito oferece um programa de monitoria sistematizado, através de edital contendo regras de funcionamento, vagas disponíveis, e processo seletivo. O programa de monitoria tem como objetivos oferecer aos alunos a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento das disciplinas dos cursos e favorecer a participação desses na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica. Tal programa busca envolver os alunos em atividades de reforço escolar como forma de auxiliar os discentes na superação dos problemas de dependência, evasão e falta de motivação nos estudos, incentivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem e fortalecendo a relação dos alunos e professores. A monitoria aproxima o estudante do exercício da atividade docente, contribuir para a melhoria do ensino de graduação e estimula o aprofundamento de estudos e o trabalho cooperativo.

Conforme a proposta da CPA de buscar maneiras de obter respostas da sociedade e dos egressos do IMMES, foi estabelecido em 2017 um Plano de Acompanhamento de Egressos para a obtenção de informações através de um instrumento de coleta de respostas dos egressos sobre sua atuação no ambiente socioeconômico e no mercado de trabalho, sua evolução profissional e seu

impacto sustentável na sociedade. Foi elaborado um questionário eletrônico com o envio de um link para o e-mail de todos os alunos egressos cadastrados. Os resultados desse levantamento são encaminhados para a CPA, com o objetivo de computar os dados e elaborar um relatório. Busca-se com esse relatório realizar a verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, sob os aspectos da responsabilidade social e cidadania onde o IMMES está inserido, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

O IMMES também propõe um programa de acompanhamento de egressos para a elaboração de um sistema de coleta de informações e organização de banco de dados sobre egressos, a implantação de cursos de complementação da formação dos estudantes e criação de mecanismos indutores para a constituição de associação de ex-alunos. Para isso foi criado no site da instituição uma aba chamada ex-alunos. As informações transmitidas nesse questionário são confidenciais e de uso apenas do IMMES.

6.8 Articulação entre o Ensino de Graduação e de Pós-graduação;

A política de articulação do ensino da pós-graduação com a da graduação, referida no Plano de Desenvolvimento Institucional, entende a pós-graduação, em especial a lato-sensu, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para o seu ingresso no mercado de trabalho, mas para a própria permanência e crescimento do egresso da graduação. Assim como na graduação, o esforço do IMMES é desenvolver sua política de pós-graduação com padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais e pela sociedade contemporânea.

As ações desenvolvidas no ensino de graduação buscam integrar-se com as da pós-graduação, por meio da oferta de educação continuada, fomentando a participação de egressos dos cursos de graduação em programas de especialização como mecanismo para melhor qualificá-los e diferenciá-los no mundo do trabalho.

O curso de graduação em direito se articula com a pós-graduação por meio de cursos que proporcionam uma diferenciação ao egresso para o mercado de trabalho e visa especializar e atualizar o aluno sobre as novas perspectivas da realidade administrativa.

6.9. Resultados Disponíveis do ENADE e IDD e Ações Planejadas em Função dos Resultados Obtidos;

No exame de 2006, 2009, 2012 e 2015 o curso de Direito do IMMES obteve no ENADE os seguintes conceitos:

Enade: 3

A partir dos resultados, num processo de replanejamento, implementaram-se medidas imediatas, buscando sanar as deficiências constatadas e aprimorar o curso:

- a) reformulação do PPC;
- b) readequação da matriz curricular;
- c) revisão de ementas e dos programas de ensino;
- d) ampliação do acervo bibliográfico;
- e) revisão das estratégias de atenção ao discente.

6.10 Política de Extensão e Pesquisa:

O objetivo das atividades de extensão e pesquisa é destacar a relevância e a pertinência das atividades institucionais, buscando uma crescente correspondência entre os produtos e serviços acadêmicos e as necessidades e demandas dos diferentes segmentos da comunidade regional e da sociedade, bem como o constante aprimoramento do ensino e a retroalimentação da pesquisa. Para tanto, colocam-se como estratégias principais estabelecer programas e projetos de extensão e prestação de serviços que possam contribuir para a promoção da qualidade do ensino; integrar efetivamente estudantes de graduação e de pós-graduação, docentes e gestores nos projetos e programas de extensão; avaliar o impacto econômico regional da Instituição; dimensionar a relevância social dos serviços prestados; fortalecer a difusão científica e a promoção da cultura; desenvolver a colaboração com a administração pública e com organizações e grupos sociais.

A partir dessas premissas legais, o IMMES instituiu a sua política de extensão amplamente divulgada e disponível em cada um de seus cursos.

7 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

7.1. Coordenação do Curso

Prof. M.e. José Wamberto Zanquim Junior

Doutorando em Ciências Ambientais na Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2016). Especialista em Direito Público pela UNIDERP (2007) com ênfase em Direito Penal, Direito Tributário, Direito Previdenciário, Direito Administrativo e Direito Constitucional. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos (2004). Atualmente é Coordenador e professor de Direito no Instituto Municipal Matonense de Ensino Superior (IMMES). Coordenador e professor na Universidade Brasil em Descalvado/SP. Coordenador e Advogado no Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Brasil. Pesquisador no grupo de pesquisa Novos Direitos junto ao departamento de Ciências Ambientais na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Coordenador da sublinha de pesquisa Arbitragem Ambiental na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Membro na Comissão do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil na cidade de São Carlos.

7.2. Conselho de Curso

O Conselho de curso é órgão de coordenação das atividades administrativas e pedagógicas do Curso e o responsável pelo constante aprimoramento e desenvolvimento deste.

O Conselho de curso é composto pelo Coordenador do curso como membro nato, trinta por cento (30%) do corpo docente, e um representante discente. Os docentes representantes das

áreas de conhecimento pertencentes aos cursos de graduação e um representante discente serão escolhidos por seus pares, pelo período de um ano, podendo ser reconduzidos ao cargo.

Membros integrantes do colegiado

Membro	Titulação
José Wamberto Zanquim Junior	Mestre
Antonio Carlos Cioffi Junior	Especialista
Carlos Eduardo Futra Matuiski	Mestre
Edivaldo Ravena Picazzo	Mestre
Manoel Geralcino Alves	Mestre
Edson Thomas Ferroni	Mestre
Marco Aurélio Gomes Barboza	Mestre
Maurício de Cássio Dovanci	Discente

7.3. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é responsável pela formulação, implantação e consolidação do projeto pedagógico do curso, além de deliberar em assuntos pedagógicos. É composto pelo coordenador do curso e por professores contratados preferencialmente em tempo parcial ou integral, com a titulação em nível de pós-graduação stricto sensu.

Membros integrantes do NDE

Docente	Titulação
José Wamberto Zanquim Junior	Mestre
Luciana Helena Crnkovic	Doutora
Edson Thomas Ferroni	Mestre
Carolina Gallotti	Mestre
Pedro Luciano Colenci	Mestre

8 CORPO DOCENTE

8.1. Perfil Docente da Instituição;

Para que se possa corresponder plenamente a esta integralização curricular será necessária a participação de docentes com formações distintas, mas que possam estar interagindo e integrando um perfil acadêmico compatível com os objetivos da formação profissional que se pretende dar ao curso. Em relação ao corpo docente, o Curso de Direito tem como objetivo primordial contar com um corpo docente composto por profissionais atualizados, responsáveis e comprometidos com a Instituição, mantendo um desejável equilíbrio entre docentes qualificados e com larga experiência e jovens que exibam grande potencial de crescimento profissional.

8.2 Das Políticas e Capacitação

Os assuntos didáticos e pedagógicos, bem como a capacitação dos docentes são tratados de forma democrática, fazendo com que essa integração atinja também a dimensão interdisciplinar, um dos objetivos do plano pedagógico.

A coordenação do curso tem como política interna a manutenção de uma relação de proximidade com os docentes, a fim de acompanhar cuidadosamente a confecção, preparação e execução dos planos de ensino que vão compor o projeto pedagógico do curso, visando não apenas o cumprimento de conteúdos, mas também um maior aproveitamento do processo de ensino aprendizagem, aqui vislumbrado em todos os seus aspectos.

Para tanto, o Colegiado e o NDE promovem encontros de orientação e reflexão para os docentes quanto à prática em sala de aula; participa ativamente do planejamento das atividades semestrais, acompanhamento da avaliação institucional, notadamente nas avaliações de professores, para deliberação quanto às estratégias de melhoria contínua e desenvolvimento de novas ações de apoio. Ainda, o Curso de Direito possui uma política de formação e capacitação docente que trata os seguintes critérios: a capacitação (formação continuada), a qualificação acadêmica docente, a participação em eventos científicos, técnicos e culturais e a divulgação das ações com os docentes.

A qualificação acadêmica docente é incentivada nas reuniões e discussões, buscando a melhoria dos indicadores de titulação e de participação dos docentes. O Curso de Direito

incentiva a busca pelo mestrado e doutorado em seu quadro docente, uma vez que ocorre uma progressão salarial ligada à melhoria da qualificação. Cabe destacar que o quadro docente é composto majoritariamente por mestres e doutores.

O Curso de Direito incentiva a participação em eventos científicos, técnicos e culturais, a participação em congressos e reuniões científicas. Os docentes são incentivados à realizar trabalhos de pesquisa, seguindo a temática de cada área de atuação e interesse do docente, mediante a participação em congressos e eventos acadêmicos, dentro e o fora do IMMES.

Na participação em congressos científicos externos, o docente (e discente envolvido no trabalho) poderá receber auxílio logístico e financeiro mediante a apresentação de requerimento à Diretoria Geral do IMMES. A divulgação das ações aos docentes ocorrem nas reuniões pedagógicas e nas discussões dos órgãos colegiados. Além disso, o Curso de Direito possui um professor com treinamento em Língua Brasileira de Sinais Libras que realiza a capacitação dos demais professores.

O corpo docente do Curso de Direito é formado somente por professores especialistas, mestres ou doutores. Não possuímos docentes sem formação em pós-graduação lato sensu, atendendo o disposto na Lei N° 9.394/96.

9 – INFRAESTRUTURA

9.1 – Biblioteca

9.1.1 – Política Institucional para a biblioteca

A Biblioteca do IMMES tem como missão atuar como mediadora entre a informação e a comunidade universitária, apoiando as atividades de ensino e pesquisa. Tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os serviços de seleção e aquisição, de catalogação e classificação do material informativo, bem como desenvolver outras atividades inerentes à área.

Atualmente, a biblioteca oferece os seguintes serviços: exposição de livros novos, consulta local informatizada ao acervo (de livros, monografias, periódicos e mídias), empréstimo

domiciliar, levantamento bibliográfico, orientação de normatização de trabalhos acadêmicos; local de estudo em grupo, terminais de computador com acesso a Internet.

A Biblioteca funciona numa área total de 152,23 metros quadrados com toda a acessibilidade, com ar-condicionado, possuindo prateleiras para os livros, revistas, periódicos, armário para guardar bolsas, computadores, mesas de estudo e cadeiras. A bibliografia básica e complementar é constituída pelo número de exemplares adequados às descritas nos Projetos Pedagógicos de cada curso. O IMMES disponibiliza o acesso rápido aos periódicos de livre acesso no seu site, permitindo que todos os alunos possam realizar as pesquisas de qualquer computador. Funciona de segunda a sexta, das 17h30 às 22h30, com sistema de consulta a qualquer obra do acervo mediante terminal próprio, localizado nas dependências da biblioteca.

A meta do IMMES e do Curso de Direito é ampliar tanto as instalações físicas da biblioteca como seu acervo. O IMMES tem atualizado seu acervo bibliográfico por meio de aquisição sistemática, tendo em vista a otimização dos recursos e melhor atendimento às necessidades dos cursos.

A política de aquisição e expansão do acervo da biblioteca do IMMES e do Curso de Direito prioriza a compra das bibliografias básicas e complementares que constam nas ementas das disciplinas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Portanto, o acervo está de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e atendendo suas propostas pedagógicas.

O acesso livre ao portal de periódicos da CAPES se dá por meio de sua inclusão no site do IMMES em computadores localizados dentro da biblioteca, além de outros periódicos de livre acesso extremamente bem avaliados nacionalmente. Também é grande o número de doações que a instituição recebe de revistas e livros de cunho acadêmico científico.

Abaixo, serão colocadas as metas do plano de atualização e renovação permanente do acervo da biblioteca:

- Ampliação do acervo do curso de Administração e Direito com aquisição de mais exemplares das bibliografias básica e complementar;
- Atualização do acervo conforme as solicitações dos conselhos de curso e das coordenações de curso;
- Investimento em acervo digital de obras, com acesso à rede de computadores do IMMES;
- Investimento em periódicos especializados para acesso dos alunos.

9.1.2 – Do acervo e da Política de atualização e expansão do acervo

O acervo de livros possui títulos clássicos e contemporâneos, não apenas atendendo às indicações da comunidade acadêmica e às necessidades de ensino e especialização, mas também aos anseios da comunidade local, com livros não técnicos. O objetivo da biblioteca do IMMES e do Curso de Direito é consolidar-se como centro cultural para comunidade matonense. O acervo é adequado, em quantidade e qualidade, às funções e às dimensões exigidas para as atividades da Faculdade. O acervo possui obras que somente podem ser consultadas na biblioteca e outras com possibilidade de circulação.

A biblioteca está informatizada com o software SOPHIA, que possibilita o controle das consultas diárias realizadas pelos usuários, assim como os prazos de entrega das obras em circulação. A tabela abaixo detalha o acervo da biblioteca:

Tabela do acervo da biblioteca

Livros		
Área (CNPq)	Títulos	Volumes
Ciências Exatas e da Terra	99	141
Ciências Biológicas	8	11
Engenharia/Tecnologia	294	375
Ciências da Saúde	13	18
Ciências Agrárias	2	3

Ciências Sociais Aplicadas	3492	5797
Ciências Humanas	1318	1691
Linguística, Letras	520	612
Total	5044	7021
Dados do acervo: Monografias		
Total	491	491
Dados do acervo: artigos e revistas		
Total	49	1225
Dados do acervo: periódicos de livre acesso		
Total	59	
Mídias: Obras em Formato Digital/ Eletrônico		
Área (CNPq)	CD'S	
Ciências Exatas e da Terra	99	
Ciências Biológicas	7	
Engenharia/Tecnologia	-	
Ciências da Saúde	-	
Ciências Agrárias	-	

Ciências Sociais Aplicadas	224
Ciências Humanas	5
Linguística, Letras e Arte	7
Total	342
Mídias: Obras em Formato Digital/ Eletrônico	
Área (CNPq)	Filmes
Ciências Exatas e da Terra	-
Ciências Biológicas	-
Engenharia/Tecnologia	-
Ciências da Saúde	-
Ciências Agrárias	2
Ciências Sociais Aplicadas	58
Ciências Humanas	-
Linguística, Letras e Arte	7
Outros	70
TOTAL	137

O planejamento econômico-financeiro da Instituição contempla os recursos necessários à ampliação do acervo bibliográfico, ao aumento e à capacitação dos recursos humanos, à informatização e à ampliação das instalações físicas da Biblioteca, qualificando-a como uma biblioteca universitária compatível com o projeto de expansão do IMMES e com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Os recursos são previstos no planejamento econômico-financeiro.

Os critérios para aquisição de obras atendem preferencialmente as indicações dos professores, dos coordenadores de curso e órgãos colegiados, conforme indicado nos projetos pedagógicos de cada curso. Para os cinco anos do PDI 2015-2019, a instituição fez uma previsão para a expansão do acervo de 4% ao ano.

9.2 – Laboratório de Informática e Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

A melhoria e atualização tecnológica dos laboratórios e recursos informáticos deverão ser constantes, em razão das rápidas mudanças desse setor. E como é meta do IMMES e do Curso de Direito oferecer ao corpo docente e discente as melhores condições de trabalho acadêmico, e ao mesmo tempo, uma boa infraestrutura administrativa, é primordial que todo o parque tecnológico esteja atualizado. Para a implantação dos cursos de pós-graduação previstos no Curso de Direito julga-se imprescindível a ampliação dos laboratórios, a serem montados nas dependências da IES, de acordo com os padrões legais.

Os alunos têm acesso ao laboratório de informática, com 68,05 metros quadrados, possuindo 34 computadores, 45 cadeiras, mesas para os computadores, lousa branca, ar-condicionado, acesso à internet, softwares atualizados para utilização das diversas disciplinas dos cursos, softwares de acessibilidade digital em terminal específico, acessibilidade física e toda a infraestrutura adequada às necessidades das atividades curriculares.

O IMMES e o Curso de Direito possuem um plano de melhoria da infraestrutura que inclui a expansão e atualização do laboratório de informática, com o aumento das instalações e infraestrutura física, o aumento do número de computadores.

9.2.1 – Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

O IMMES investe continuamente na melhoria dos recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Além do acesso à internet banda larga pela rede de computadores, é oferecido o acesso à internet por Wi-fi para toda a comunidade acadêmica e visitantes, que podem utilizar de seus computadores pessoais, tablets e smartphones. O IMMES possui site próprio com acesso livre às informações por toda comunidade acadêmica e a sociedade, bem como mantém sua presença nas redes sociais.

É oferecido acesso aos e-mails dos diversos setores de atendimento, permitindo a comunicação entre toda comunidade acadêmica a sociedade. Os alunos tem acesso ao sistema de registro acadêmico, para consulta de faltas e notas via internet.

Existem computadores em praticamente todos os ambientes administrativos e didáticos e são oferecidos softwares atualizados para utilização dos usuários e, nos terminais de acesso de alunos e do público, bem como softwares de acessibilidade digital em terminal específico tanto na biblioteca quanto no laboratório de informática. Com o acesso à internet, computadores e data-shows, toda a comunidade acadêmica pode transmitir conteúdos, acessar os diversos sites de internet para pesquisa e acesso aos periódicos de livre acesso, slides, documentos, materiais de aula e as mais diversas atividades pedagógicas utilizando os recursos das TIC's de maneira integrada ao ensino, pesquisa e extensão.

O IMMES e o Curso de Direito possuem um plano de melhoria da infraestrutura que prevê a melhoria dos recursos das TIC's para os próximos anos, com a melhoria da banda larga de internet, melhoria do wi-fi, aumento de número de computadores, melhoria do site institucional e da comunicação pelas redes sociais, investimento em sistemas de interação virtual da comunidade acadêmica para as atividades de ensino, pesquisa e extensão usando plataformas especializadas tais como o Moodle (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos).

9.2.2 – Escritório de Assistência Jurídica Gratuita e Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

O Curso de Direito possui implementado o Escritório de Assistência Judiciária Gratuita no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, que atende as pessoas pobres na acepção jurídica do termo, sem condições efetivas de arcar com despesas processuais e honorários advocatícios.

Assim, esse serviço gratuito atende uma grande parcela da comunidade local que, por simples razões financeiras, seriam tolhidas do acesso ao Judiciário, deixando na maioria das vezes de exercer um direito que nossa legislação lhes assegura.

Esse serviço coloca os discentes e docentes do curso em contato direto com os problemas da comunidade e permite o aprendizado na prática seguindo todos os tramites e regras do Judiciário, obtendo como resultados a melhoria da qualidade do ensino de Direito e a melhoria das condições de vida da população mais carente. Os atendimentos ocorrem de segunda à sexta-feira, das 13:30h às 17:30h.

O NPJ está localizado nas dependências do IMMES, com atendimento ao público com toda a acessibilidade, em uma sala com 50,85 metros quadrados, com arcondicionado, ventiladores, mesas, cadeiras, armários, computadores, impressora com scanner, com a infraestrutura de rede e telefonia, adequada às necessidades das atividades do NPJ. O plano de melhoria da infraestrutura prevê a melhoria da infraestrutura do NPJ, com a ampliação dos espaços de atendimento e trabalho.

9.2.3. Salas de aula:

O Curso de Direito conta com 5 (cinco) salas de aulas. Todas possuem ar-condicionado, janelas, 50 carteiras, lousa grande, data-show (5 unidades), mesa e cadeira para o professor. São oferecidos outros recursos conforme a necessidade de cada disciplina, tais como: televisão, retroprojetor, caixa de som e microfone. Todas as 5 salas medem 76,10 metros quadrados (cada uma) com a infraestrutura adequada às necessidades das atividades curriculares.

ANEXO I - PLANOS DE ENSINO

PRIMEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA: HISTÓRIA E INTRODUÇÃO AO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

História do Direito: o direito dos povos. Direito antigo: Atenas e Roma. Os direitos nacionais modernos: sistema Civil Law e sistema Common Law. A república e o direito. O Direito dos tempos modernos. O Direito como ciência. Definição sobre o Direito e origem do vocábulo. Direito natural, direito positivo, direito subjetivo e direito objetivo. Direito e moral. Educação Ambiental. Fontes do direito - não- estatais. Fontes do direito – estatais. O direito como norma. Distinção de norma moral e norma jurídica. Aspectos essenciais da validade. Validade fática ou eficácia. Justiça como fundamento da norma jurídica. As novas tendências: a solução dos conflitos pela intermediação e os vários processos de arbitragem

OBJETIVOS:

- I. Através das aulas objetiva-se proporcionar ao educando o conhecimento da disciplina dentro dos tópicos constantes do conteúdo programático, fazendo uma aproximação do perfil ideal do profissional ético no mundo jurídico.
- II. O objetivo de promover de forma interdisciplinar o conteúdo também é uma necessidade inadiável, mesmo porque os institutos abordados são pertinentes à maioria das disciplinas do curso de direito e as questões referentes à educação ambiental.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

- 1.O direito como ciência.
 - 1.1. Introdução ao direito.
 - 1.2. Direito e ciências afins.
 - 1.3. Visão histórica da disciplina e conteúdo do curso.
2. Definição sobre o direito e origem do vocábulo.
 - 2.1. Estudos dos símbolos do direito e da justiça.
3. Direito natural, direito positivo, direito subjetivo e direito objetivo.
 - 3.1. Validade, vigência e eficiência do direito.

- 4. Direito e moral.**
 - 4.1. Direito e justiça.
 - 4.2. Divisão do direito.
 - 4.3. Direito público e direito privado.
 - 4.4. Educação Ambiental
- 5. Fontes do direito - não- estatais.**
 - 5.1. O costume jurídico.
 - 5.2. A doutrina.
- 6. Fontes do direito – estatais.**
 - 6.1. A legislação.
- 7. Fontes do direito – estatais.**
 - 7.1. A jurisprudência
- 8. O direito como norma.**
 - 8.1. Norma jurídica. Definição.
- 9. Distinção de norma moral e norma jurídica.**
 - 9.1. Necessidade da norma jurídica.
 - 9.2. Elementos da norma jurídica.
 - 9.3. Elementos essenciais para aplicação da norma.
- 10. Aspectos essenciais da validade.**
 - 10.1. Conceito e requisito para vigência da norma.
 - 10.2. Âmbito temporal, espacial, material e pessoal da validade da lei.
- 11. Validade fática ou eficácia.**
 - 11.1. Validade ética ou fundamento axiológico.
 - 11.2. Classificação das normas jurídicas.
 - 11.3. A coação no mundo jurídico. As sanções.
- 12. Justiça como fundamento da norma jurídica.**
 - 12.1. Conceito e modalidade de justiça nos dias atuais.
- 13. As novas tendências: a solução dos conflitos pela intermediação e os vários processos de arbitragem.**
- 14. História do direito: o direito dos povos.**
- 15. Direito antigo: Atenas e Roma.**
- 16. Os direitos nacionais modernos: sistema Civil Law e sistema Common Law.**

17. A república e o direito. O direito dos tempos modernos.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao Direito. Lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional**. 12º ed. São Paulo. Saraiva, 2011.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

POLETTI, Ronaldo. **Introdução ao Direito**. 4º. Ed. São Paulo. Saraiva, 2010.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaio**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: INTRODUÇÃO E PESSOAS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Introdução ao direito civil. Conceitos do Direito Romano. Lei de introdução ao código civil. Das pessoas: naturais e jurídicas. Conceito de Pessoa no Direito Romano: o escravo e a personalidade. Personalidade das pessoas Jurídicas e Naturais. Capacidade Civil. Noções de Tutela e Curatela. Ausência.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral da introdução da parte geral do direito civil, e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos

estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao direito civil
 - 1.1 - Conceito e divisão do direito. Direito civil
2. Lei de introdução as normas do direito brasileiro.
3. Das pessoas.
4. Conceito de Pessoa no Direito Romano: o escravo e a personalidade.
5. Das pessoas naturais.
6. Das pessoas como sujeitos da relação jurídica.
7. Das incapacidades.
8. Extinção da personalidade natural.
9. Individualização da pessoa natural.
10. Dos direitos da personalidade.
11. Da ausência.
12. Das pessoas jurídicas
13. Conceito. Requisitos para constituição.
14. Classificação.
15. Desconsideração da personalidade jurídica.
17. Responsabilidade das pessoas jurídicas.
18. Responsabilidade das pessoas jurídicas – continuação
19. Extinção da pessoa jurídica.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

WALD, Arnold. Direito Civil I– Introdução e Parte Geral. 13º ed. São Paulo: Saraiva, 2011, vol. 1.

LÔBO, Paulo. **Direito civil. Parte geral.** 1. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil. Parte geral.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

REALE, Miguel. Política e Direito – Ensaio. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** Parte Geral. 8. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

KONRAD, Mário Alberto; Sandra Ligian Nerling. **Roteiros Jurídicos - Direito Civil 1 - Parte Geral, Obrigações E Contratos.** 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Vol. I.

CASSETTARI, Crhistiano. **Elementos de Direito Civil.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Introdução à sociologia e antropologia: Conceito. Histórico. Abordagem de Augusto Comte. Emile Durkheim. Max Weber. Karl Marx. Cultura e sociedade. História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Sociedades Indígenas. Controle social. Mudança social. Ideologia e direito. Sociedade contemporânea: Socialização. Estratificação social. Desigualdades sociais. Diversidade cultural. Violência urbana. Mundo do trabalho. Padrões familiares atuais.

OBJETIVOS:

A compreensão do direito como resultado e reflexão da realidade social. Conscientizar o aluno, futuro bacharel em direito, da importância da visão global da sócioantropologia, da educação ambiental e das relações e cultura afrobrasileira e indígena, necessárias a melhor compreensão das sociedades e dos fenômenos jurídicos. A disciplina contribui para uma reflexão e formação humanística que devolva competências e habilidades no direito requeridas pela sociedade moderna e complexa.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Introdução à Sociologia:

1. A importância da disciplina para o curso de direito. Sociologia e Antropologia como uma disciplina humanística. Conceito de sócio-anropológico de sociedade.
2. Histórico da sociologia e antropologia
3. As faces sociológica e antropológica para a compreensão do fenômeno jurídico
4. Análise clássica da sociedade
5. Augusto Comte: Positivismo
6. Emile Durkheim: A sociologia funcionalista
 - 6.1. fatos sociais
 - 6.2. análise do crime como fato social: normalidade, anomia e patologia social
 - 6.3. formas de solidariedade
7. Max Weber: Compreensão sociológica.
 - 7.1. ação social; tipos de ação social e dominação legal
8. Karl Marx : Materialismo histórico e a dialética.
9. Eugen Ehrlich: “A teoria do direito vivo”
 - 9.1. George Gurvitch: “A teoria do pluralismo”.
10. Controle social e o direito:
 - 10.1. Meios de controle social: socialização, punição e recompensas
 - 10.2. Normas: alcance e aplicação
 - 10.3. Mudança e contato cultural
11. Mudança social e cultural
 - 11.1. Fatores da mudança social
 - 11.2. Fatores de mudança cultural
 - 11.3. Mudança, integração social e personalidade
12. História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
 - 12.1 Sistema de Colonização da África
 - 12.2 Identidade Negra
 - 12.3 Movimento Negro no Brasil
 - 12.4 Desconstrução do Conceito e Termos Referentes a cultura Afro-descendente.
13. Sociedades Indígenas
 - 13.1 A colonização e o índio no Brasil

13.2 Costumes e cultura indígena-americana.

14. Ideologia e direito

15. Sociedade contemporânea: análise sócio-antropológica

15.1. A sociedade como ordem normativa

15.2. Realidade da sociedade atual: desigualdade sociais (desemprego, favelização)

16. A diversidade do processo de socialização

16.1. Estratificação social: castas, estamentos e as classes sociais)

17. Globalização

18. Diversidade cultural: Etnocentrismo e a diversidade étnica

18.1. O questionamento das minorias e a violência urbana

18.2. Relação trabalho: transformações do mundo trabalho

19. A família e os novos padrões culturais e morais

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e Antropologia - Reflexões Sobre a Origem do Direito a Partir de Kelsen e Nietzsche. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOVA, Sebastião Vila. **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica. Introdução à lógica jurídica, instituições do direito, evolução e controle social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAMOS, Flamarion; MELO, Rurion; FRATESCHI, Iara (coor. Cadeira). Manual de filosofia política. 2. ed. Saraiva, 2015.

CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee Gart. Sociologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VAZ, Anderson Rosa. **Introdução ao direito – prefácio de Flávia Piovesan**. São Paulo: Juruá, 2007.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito**. 1º ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

DIAS, R. Fundamentos de sociologia geral. 3ª ed. São Paulo: Alínea. 2006

DISCIPLINA: CIENCIA POLÍTICA/TEORIA GERAL DO ESTADO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Da Sociedade. Do Estado. Das Formas de Estado. Dos Regimes de Governo e as Ideologias. Das Formas de Governo . Dos sistemas partidários eleitoriais. Do estado constitucional. Da revolução e do golpe de estado. Dos mecanismos de defesa do estado.

OBJETIVOS:

A compreensão do direito como resultado e reflexão da realidade social. Despertar os educandos ao interesse acerca da importância do Estado e da Sociedade, bem como capacitar o aluno aos conhecimentos necessários às demais disciplinas do curso de Ciências Jurídicas, sobretudo a de Direito Constitucional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução à Ciência Política :
 - 1.1 – Objeto da Ciência Política;
 - 1.2 – Ciência Política sob tríplice aspecto: filosófico, sociológico e jurídico;
 - 1.3 – Ciência Política e a sua relação com as demais ciência sociais;
 - 1.3.1 - Ciência Jurídica: Direito Constitucional;
 - 1.3.2 – Ciências não-jurídicas: Economia Política, História e Psicologia Social
2. Da Sociedade:
 - 2.1 – Origem;
 - 2.1.1 – Sociedade natural;
 - 2.1.2 – Contratualismo;
 - 2.2 – Elementos característicos;
 - 2.3 – Sociedades Políticas.
3. Do Estado:
 - 3.1 – Origem e evolução histórica;
 - 3.2 – Personalidade Jurídica do Estado;

- 3.3 – Elementos essenciais;
 - 3.3.1 – Povo;
 - 3.3.1.1 – População
 - 3.3.1.2 – Nação
 - 3.3.2 – Território;
 - 3.3.2.1 – Conceito;
 - 3.3.2.2 – Fronteiras e limites
 - a) Mar Territorial;
 - b) Subsolo e a plataforma continental;
 - c) O espaço aéreo;
 - 3.3.3 – Soberania;
 - 3.3.3.1 – Traços característicos;
 - 3.3.3.2 – A teoria da soberania popular;
 - 3.3.3.3 – A teoria da soberania nacional.
- 4- Das Formas de Estado;
 - 4.1 – O Estado Unitário;
 - 4.2 – Confederação;
 - 4.3 – O Estado Federal;
 - 4.4 – O Estado Brasileiro.
- 5- Dos Regimes de Governo e as Ideologias:
 - 5.1 – Autocráticos;
 - 5.1.1 – Autoritarismo;
 - 5.1.2 – Totalitarismo;
 - 5.2 – Democracia;
 - 5.2.1 – Conceito,
 - 5.2.2 – Democracia Direta
 - 5.2.3 – Democracia Semi Direta
 - 5.2.4 – Democracia Representativa
 - 5.3 – Tecnocracia
- 6- Das Formas de Governo :
 - 6.1 – Classificação de ARÍSTÓTELES;
 - 6.2 – Monarquia;

6.3 – República.

7 – Dos sistemas partidários eleitorais

7.1. os partidos políticos

7.1. sufrágio (voto)

7.2. os sistemas eleitorais

7.2.1. representação majoritária

7.2.2. representação proporcional

7.2.3. distritos eleitorais

8. – Do estado constitucional

8.1. as declarações de direitos e seus antecedentes históricos

8.2. poder constituinte

8.2.1. legalidade, legitimidade e consensus

8.2.2. poder constituinte originário

8.2.3. poder constituinte derivado

8.3. separação de poderes e a tripartição das funções do estado

8.3.1. antecedentes históricos

8.3.2. doutrina de MONTESQUIEU

9. – Da revolução e do golpe de estado

9.1. revolução

9.2. a contra-revolução

9.3. o golpe de estado

10. – Dos mecanismos de defesa do estado

10.1. principais sistemas emergenciais

10.2. tipos de defesa da ordem constitucional brasileira

10.2.1. estado de defesa

10.2.2. estado de sitio

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed., 9 tiragem. São Paulo: Malheiros, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. As formas de governo. A federação. A divisão dos poderes. Tradução: Pedro Vieira Mota. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaios**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MANDUCO, Alessandro. **Ciência Política – Coleção os 10+ Vol. 18**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTRO, Marcus Faro de. **Normas jurídicas e mudança social - interações entre o direito, a filosofia, a política e a economia - série produção científica – ddj**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Característica do conhecimento científico. Origem da metodologia científica. Níveis e tipos de conhecimento: o conhecimento vulgar; o conhecimento filosófico; o conhecimento científico e o conhecimento religioso. A importância sobre a reflexão sobre o conhecimento. Técnicas do Trabalho Científico Acadêmico. O aspecto formal do trabalho científico. Numeração progressiva das seções. Estrutura do trabalho científico. Citações. Elaboração das Referências Bibliográficas. Sistema numérico. Sistema Numérico. Sistema autor-data – conceito e particularidades. As citações até três linhas e mais de três linhas. As referências no sistema autor-data. Diretrizes para a planificação e execução de trabalhos científicos. Os recursos pedagógicos da apresentação do trabalho científico: elementos de uma boa apresentação – os primeiros passos.

OBJETIVOS:

I. Diferenciar o conhecimento científico do senso comum.

- II. Compreender a origem da ciência jurídica e suas metodologias.
- III. Desenvolver habilidades e competências teóricas e práticas necessárias à atividade.
- IV. Conhecer as etapas do desenvolvimento do trabalho científico.
- V. Conhecer e saber utilizar as normas de referência bibliográfica da ABNT.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

- 1. Característica do conhecimento científico.**
 - 1.1 O direito como ciência.
- 2. Origem da metodologia científica.**
- 3. Níveis e tipos de conhecimento: o conhecimento vulgar; o conhecimento filosófico; o conhecimento científico e o conhecimento religioso.**
- 4. A importância sobre a reflexão sobre o conhecimento.**
 - 4.1 A epistemologia para a pesquisa chegar a um bom termo – crenças, verdade e conhecimento.
- 5. Técnicas do Trabalho Científico Acadêmico.**
 - 5.1 Leituras
 - 5.2 Fichamento
 - 5.3 Seminário
- 6. O aspecto formal do trabalho científico.**
 - 6.1 Tamanho do papel.
 - 6.2 Margem e formato.
 - 6.3 Espacejamento.
 - 6.4 Ilustração gráfica do aspecto formal.
 - 6.5 Paginação.
- 7. Numeração progressiva das seções.**
 - 7.1 Demonstração das seções.
 - 7.2 Tipos e corpos – utilizações: itálico, bold (negrito), etc.
- 8. Estrutura do trabalho científico.**
 - 8.1 Definições dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.
- 9. Citações**
 - 9.1 Citação direta.

9.2 Citação direta até três linhas.

9.3 Citação direta com mais de três linhas.

9.4 Citação indireta.

9.5 Citação de citação. Citação literal.

10. Elaboração das Referências Bibliográficas.

10.1 Citações mais utilizadas.

11. Sistema numérico.

11.1 Notas de referência.

12. Sistema Numérico.

12.1 As citações subseqüentes da mesma obra.

12.2 Citações referenciadas de forma abreviada.

13. Sistema autor-data – conceito e particularidades.

14. As citações até três linhas e mais de três linhas.

15. As referências no sistema autor-data.

16. Diretrizes para a planificação e execução de trabalhos científicos.

16.1 Resenhas, artigos, papers, relatórios, seminários.

17. Os recursos pedagógicos da apresentação do trabalho científico: elementos de uma boa apresentação – os primeiros passos.

17.1 Recursos audiovisuais.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outra formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de metodologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N.A. S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Makron, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem & comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E TEORIA DO CRIME

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Introdução do direito penal. Teoria geral do direito penal. Relações do direito penal. Breve histórico do direito penal. Princípio da legalidade. Lei penal. Da aplicação da lei penal. Conceitos de crime. O fato típico. Sujeitos do crime. Classificação dos crimes. Do Erro de tipo e erro de proibição. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Do concurso de pessoas.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao acadêmico de direito conhecimentos de direito penal em sua parte histórica e ensinar conhecimentos básicos da parte geral (técnicas jurídicas) do código penal brasileiro, bem como, proporcionar conhecimentos sobre a inter-relação do direito penal com outras ciências, disciplinas e outros ramos do direito, desenvolvendo a capacidade de leitura e interpretação de textos legais e doutrinários.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao direito penal. Breve histórico do direito penal. Relações do direito penal com outros ramos do direito. Direito penal brasileiro. A reforma do sistema penal. Fontes do direito penal.

2. Da lei penal. Característica da lei penal. Classificação da lei penal. Lei penal em branco e lei penal incompleta. Da interpretação da lei penal. A lei penal no tempo. Vigência e revogação da lei penal. Princípios da lei penal no tempo. Lei excepcional e temporária. Tempo do crime.

3. A lei penal no espaço. Da territorialidade. Do lugar do crime. Da extraterritorialidade. Da pena cumprida no estrangeiro. Da homologação de sentença estrangeira.

4. Lei penal em relação às pessoas: imunidades diplomáticas; imunidades presidenciais; imunidades parlamentares; extradição. Da contagem do prazo penal. Das frações não computáveis da pena. Do conflito aparente de normas. Da Legislação especial.

5. Conceitos do crime: legal, material e formal. Das teorias ou sistemas penais. Do fato típico. Dos elementos do fato típico. Teorias sobre a conduta. Das formas de conduta.

6. Da relação de causalidade. Da tipicidade. Do princípio da insignificância ou bagatela. Sujeitos do crime. Objetos do crime: jurídico e material. Capacidade penal do Sujeito ativo. Capacidade especial do sujeito Ativo. Sujeito passivo do crime e casos especiais.

7. Da classificação geral dos crimes. Do crime doloso. Da Teoria do dolo. Dos elementos do dolo. Das espécies de dolo. Do crime culposo. Dos elementos do crime culposo.

8. Do dever de cuidado objetivo. Da previsibilidade. Da tipicidade. Da relação de causalidade. Das modalidades de culpa. Da excepcionalidade do crime culposo. Do crime preterdoloso.

9. Do crime consumado. Do iter criminis. Da tentativa. Das formas de tentativa. Da desistência voluntária. Do arrependimento eficaz. Do arrependimento posterior.

10. Do erro de tipo. Das Formas de erro de tipo. Do erro de proibição. Das formas e espécies de erro de proibição. Das diferenças entre erro de tipo e erro de proibição. Erro de proibição nas contravenções penais.

11. Conceito de antijuridicidade. Da diferença entre o ilícito e o injusto. Da exclusão da ilicitude. Do estado de necessidade. Conceito e requisitos. Da causa de diminuição de pena. Do estado de necessidade putativo. Do excesso.

12. Da legítima defesa. Dos requisitos da legítima defesa. Da legítima defesa sucessiva. Da legítima defesa putativa. Das diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade. Do excesso. Da causa de diminuição de pena.

13. Do estrito cumprimento do dever legal. Conceito e requisitos. Do excesso. Do exercício regular de direito. Conceito e requisitos. Do excesso. Da causa de diminuição de pena. Conceito de culpabilidade.

14. Dos elementos da culpabilidade. Das descriminantes putativas. Da coação moral irresistível e obediência hierárquica.

15. Da coação física irresistível. Da responsabilidade penal diminuída. Da teoria actio libera in causa. Da emoção e da paixão. Da embriaguez. Conceito e espécies.

16. Conceito de concurso de pessoas. Da teoria monista. Da teoria dualista. Da teoria pluralística. Espécies de concurso de pessoas: monosubjetivos e plurissubjetivos. Do concurso necessário. Do concurso eventual. Da co-autoria. Da participação.

17. Da participação moral e material. Do concurso de pessoas no crime culposo. Da concorrência de culpas. Da comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias. Da Participação impunível.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal. Parte geral**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Curso de direito penal. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal. Parte geral**. Arts. 1º a 120 do CP. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA: Texto e textualidade. Coesão textual. Coerência textual. Gênero do Discurso. Resenha crítica.

OBJETIVOS GERAIS

Dotar o aluno de conhecimento teórico sobre texto e fatores de textualidade usados necessários à sua formação acadêmica e sua futura atuação profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer e produzir texto escrito, observando suas características e suas particularidades, distinguindo-o de texto oral para aperfeiçoar sua comunicação e sua expressão tanto oral como escrita; conhecer e saber usar adequadamente elementos de coesão e recursos para obter coerência; ter conhecimentos sobre gêneros e tipologia textual para produzir textos escolhendo gêneros adequados conforme sua intenção comunicativa e contexto de uso no meio em que vive e em seu desempenho na área escolhida como instrumentos necessários à sua formação acadêmica e sua futura atuação profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Texto e textualidade

1.1 Conceito de texto

1.2 Gramática do texto falado e do texto escrito

1.3 Fatores linguísticos da textualidade

1.3.1 Coesão

1.3.2 Coerência

1.4 Fatores pragmáticos da textualidade

1.4.1 Intencionalidade

1.4.2 Aceitabilidade

1.4.3 Situacionalidade

1.4.4 Informatividade

1.4.5 Intertextualidade

2 Coesão textual

2.1 Coesão referencial

2.2 Coesão sequencial

3 Coerência textual

3.1 Coerência e textualidade

3.2 Conhecimento linguístico

3.3 Conhecimento de mundo

3.4 Conhecimento partilhado

3.5 Inferência

3.6 Coerência temporal

3.7 Coerência espacial

3.8 Coerência figurativa

3.9 Coerência temática

4 Análise, interpretação e produção de textos

4.1 Tipos e estruturas de textos;

4.2 Descritivo;

4.3 Narrativo;

4.4. Dissertativo (expositivo/ argumentativo);

4.5 Produção de textos (descritivos, narrativos, dissertativos).

5 Revisão gramatical

5.1 Crase;

5.2 Acentuação;

5.3 Pontuação;

5.4 Concordância;

5.5 Outras dificuldades identificadas pelo professor.

4. MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Serão respeitados os critérios de avaliação/aprovação definidos pela Faculdade.

A avaliação será feita ao longo do curso através de trabalhos em sala de aula sobre o conteúdo apresentado e uma prova por bimestre.

No desenvolvimento dos trabalhos não será aceito “cópias” de internet.

Para a segurança do aluno e aproveitamento das aulas, é garantida a presença na primeira aula até às 19h20 (horário previsto para a chamada), a presença na segunda aula até às 21h15 (segunda chamada). Após o horário o aluno ficará com falta nas duas aulas.

A nota semestral será composta da seguinte forma:

Nota 1: **P1 (8) + T (2).**

Nota 2: **P2 (8) + T (2).**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa - noções básicas para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2007.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência: linguagem & comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de textos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, L. **Comunicação na empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEGUNDO SEMESTRE

DISCIPLINA: LINGUAGEM JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Linguagem jurídica e língua portuguesa. O “juridiquês”, os brocardos jurídicos e as locuções latinas mais utilizadas. O sentido das palavras na linguagem jurídica. Usos da linguagem jurídica e suas dificuldades. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e latinismos na linguagem jurídica. Leitura, análise e interpretação de textos, discussão e debate sobre temas ligados à área jurídica. Argumentação jurídica. Coerência e coesão textual nas peças judiciais e administrativas. Tipos de argumento. A oratória e a sua importância para o direito. Como preparar um discurso. Apresentação de discurso com tema ligado à área jurídica A linguagem forense na redação das peças jurídicas: aspectos estruturais e jurídicos. A petição inicial: aspectos estruturais e lingüísticos. A contestação: aspectos estruturais e lingüísticos. A sentença: aspectos estruturais e lingüísticos. Particularidades da linguagem nas peças jurídicas. Peças de expediente forense: aspectos estruturais e lingüísticos.

OBJETIVOS:

I - Conscientizar o aluno da importância da língua como instrumento de comunicação em geral, em especial, na área das ciências jurídicas. Propiciar ao aluno a oportunidade de aperfeiçoar a expressão escrita, de sorte a desempenhar com maior eficiência as suas atividades profissionais.

II - Levar o aluno a expressar-se, no seu campo de atividade, apresentando: correção gramatical nos níveis morfológicos, sintáticos e semânticos; unidade, coerência e clareza; pertinência de

vocabulário e desempenho fluente e descontraído. Desenvolver no aluno atitudes de reflexão e de crítica em relação ao emprego da língua, no mundo jurídico.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Linguagem jurídica e língua portuguesa.
2. O “juridiquês”, os brocardos jurídicos e as locuções latinas mais utilizadas.
3. O sentido das palavras na linguagem jurídica.
4. Usos da linguagem jurídica e suas dificuldades.
5. Arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e latinismos na linguagem jurídica.
6. Leitura, análise e interpretação de textos, discussão e debate sobre temas ligados à área jurídica.
7. Argumentação jurídica.
 - 7.1 Efeitos da adoção da linha da negatividade.
8. Coerência e coesão textual nas peças judiciais e administrativas.
9. Tipos de argumento.
 - 9.1 Argumento da reciprocidade, da transitividade, da comparação.
 - 9.2 Argumento da inclusão da parte no todo, da divisão do todo em partes.
 - 9.3 Argumento ad ignoratum, da analogia.
 - 9.4 Figuras de linguagem como mecanismo de argumentação.
10. A oratória e a sua importância para o direito. Como preparar um discurso.
11. Apresentação de discurso com tema ligado à área jurídica
12. A linguagem forense na redação das peças jurídicas: aspectos estruturais e jurídicos.
13. A petição inicial: aspectos estruturais e lingüísticos.
14. A contestação: aspectos estruturais e lingüísticos.
15. A sentença: aspectos estruturais e lingüísticos.
16. Particularidades da linguagem nas peças jurídicas.
 - 16.1 Habeas-Corpus.
 - 16.2 Mandado de Segurança
 - 16.3 procuração ad negotia e procuração ad judicia: aspectos estruturais e lingüísticos.
17. Peças de expediente forense: aspectos estruturais e lingüísticos.

17.1 Requerimento simples e complexo.

17.2 Os ofícios.

17.3 Os memorandos.

17.4 As cartas no mundo jurídico.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SARAIVA, Vicente de Paulo. **A técnica da redação jurídica ou a arte de convencer**. 4. ed. Brasília: Consulex, 2006.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no direito**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Português Jurídico**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem Jurídica**. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCONDES, Marlene Paula; NADOLSKIS, Ferhendricas. **Comunicação Jurídica**. 4º edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Hermenêutica jurídica: origem e conceito. Interpretação das normas jurídicas. Técnicas interpretativas. Efeitos da interpretação. A Integração e o problema das lacunas. Meios supletivos das lacunas: analogia e costume. Princípios gerais de direito e equidade. A boa-fé objetiva como paradigma de conduta na sociedade contemporânea. Direito como faculdade: direito subjetivo e direito objetivo. Relação jurídica e personalidade. Os sujeitos da relação jurídica. O objeto da

relação jurídica. A classificação fundada no objeto da relação jurídica. Relação jurídica simples e complexa. O nascimento da relação jurídica. As relações jurídicas nas responsabilidades civil, criminal e administrativa.

OBJETIVOS:

I. Através das aulas objetiva-se proporcionar ao educando o conhecimento da disciplina dentro dos tópicos constantes do conteúdo programático, fazendo uma aproximação do perfil ideal do profissional ético no mundo jurídico.

II. O objetivo de promover de forma interdisciplinar o conteúdo também é uma necessidade inadiável, mesmo porque os institutos abordados são pertinentes à maioria das disciplinas do curso de direito.

III. Serão realizadas técnicas-pedagógicas que ensejam as participações dos alunos, quer por questionamentos, quer por estímulos através de problemas sociais circunstanciais que é excelente recurso para assegurar o interesse em sala pela contextualização dos temas no dia-a-dia.

IV. Conforme a flexibilização do programa, serão realizados simpósios-painéis-debates, adotados com o intuito de incentivar os alunos à pesquisa jurídica, bem como desenvolver-lhes a desenvoltura na exposição verbal de temas e fomentar o interesse dos interlocutores ao debate com o desenvolvimento do raciocínio jurídico.

V. Serão realizadas revisões com o firme propósito de eliminar dúvidas e fortalecer os fundamentos doutrinários balizares.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Hermenêutica jurídica: origem e conceito.
2. Interpretação das normas jurídicas.
 - 2.1. Conceito, função e caráter necessário da interpretação.
3. Técnicas interpretativas.
 - 3.1. Interpretação gramatical.
 - 3.2. Interpretação lógica.
4. Técnicas Interpretativas II.
 - 4.1. Interpretação histórica.
 - 4.2. Interpretação sistemática.
 - 4.3. Interpretação teleológica.

- 5. Efeitos da interpretação.**
 - 5.1. Interpretação extensiva.
 - 5.2. Interpretação restritiva.
 - 5.3. Interpretação declarativa.
- 6. A Integração e o problema das lacunas.**
- 7. Meios supletivos das lacunas: analogia e costume.**
- 8. Princípios gerais de direito e equidade.**
- 9. A boa-fé objetiva como paradigma de conduta na sociedade contemporânea.**
- 10. Direito como faculdade: direito subjetivo e direito objetivo.**
- 11. Relação jurídica e personalidade.**
- 12. Os sujeitos da relação jurídica.**
 - 12.1. A pessoa física.
 - 12.2. A pessoa jurídica.
 - 12.3. Os “entes” despersonalizados.
- 13. O objeto da relação jurídica.**
 - 13.1. O objeto imediato.
 - 13.2. Objeto mediato.
- 14. A classificação fundada no objeto da relação jurídica.**
 - 14.1. Direitos obrigacionais.
 - 14.2. Direitos reais.
 - 14.3. Direitos de personalidade.
- 15. Relação jurídica simples e complexa.**
 - 15.1. Levantamento de casos.
- 16. O nascimento da relação jurídica.**
 - 16.1. Os fatos naturais.
 - 16.2. Os atos jurídicos lícitos.
 - 16.3. Os atos jurídicos ilícitos.
 - 16.4. O abuso de direito.
- 17. As relações jurídicas nas responsabilidades civil, criminal e administrativa.**

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IAMUNDO, Eduardo. *Hermenêutica e Hermenêutica Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2017..

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Introdução ao estudo do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REALE, Miguel. **Fontes e Modelos do Direito. Para um novo Paradigma Hermenêutico**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 1994.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, Ricardo Maurício Freire Soares. **Hermenêutica Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

EMENTA:

Introdução e contextualização. Como nasceu a filosofia. Do que falam os filósofos. Períodos da história da filosofia. Filosofia oriental e Filosofia greco-romana. Filosofia do direito. Finalidade da lei. Pena de morte. Questões étnico-raciais e a construção da ideologia racista. Liberdade. Justiça. Intuição como consciência.

OBJETIVOS:

Colaborar no desenvolvimento do pensamento do aluno, para que possa fazer análises críticas de todas as disciplinas que fazem parte das ciências jurídicas. Mostrar ao aluno a importância do estudo da disciplina, a qual servirá de pedra fundante para todas as outras disciplinas. Fazer com que o aluno adquira informações básicas sobre os pensadores mais representativos das diversas fases da história da filosofia. Fazer com que chegue a ter uma idéia clara e precisa do que é filosofia, das peculiaridades deste tipo de conhecimento, de sua importância, possibilidades e métodos. Treinar o aluno na reflexão, ao nível filosófico, sobre problemas humanos em geral. Prepará-lo, com exercícios práticos, para o uso adequado de instrumentos cognitivos que são contemplados na metodologia e na lógica. Despertar o interesse pelos problemas filosóficos em geral.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Introdução à Filosofia
<ul style="list-style-type: none"> 1.1) A formação do humano no homem: para além da formação profissional 1.2) A Filosofia no contexto educacional brasileiro: desafios e perspectivas 1.3) O que sabemos sobre Filosofia 1.4) O que é conhecimento: seus níveis e significados 1.5) Filosofia e Ciência: pontos de aproximação e de distanciamento 1.6) Recuperando a problematidade do problema: o que é um problema filosófico? 1.7) O que é isto, a filosofia?
O esforço grego na busca de um princípio racional
<ul style="list-style-type: none"> 2.1) Os determinantes da filosofia grega 2.2) Dos Sofistas à Maiêutica Socrática 2.3) A Ideia do Bem em Platão 2.4) A virtude objetivada em Aristóteles 2.5) O Estoicismo e o Direito Romano
Helenismo e Cristianismo
<ul style="list-style-type: none"> 3.1) O Mestre Interior e o Direito revelado 3.2) A figura de São Francisco de Assis como modelo de comportamento 3.3) Razão Natural e Direito Natural em Santo Tomás de Aquino
A questão do conhecimento na Idade Moderna

a) Racionalismo e Empirismo b) Kant: o Direito como Imperativo Categórico c) O Idealismo de Hegel
A Filosofia do Direito Contemporânea
a) O Direito Natural b) O Positivismo Jurídico c) Marxismo: o Direito como legitimação das condições materiais de existência d) A Fenomenologia e o Direito e) A Filosofia Jurídica de Rudolf Stamler f) A Teoria Tridimensional do Direito g) A Filosofia do Direito no Brasil h) A Filosofia do Direito na perspectiva de Rudolf Von Lhering i) Fundamentos Filosóficos da Justiça Reparativa

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

NUNES, Rizzatto. **Manual de Filosofia do Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Vol. 1.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RAMOS, Flamarion Caldeira *et al.* **Manual de Filosofia Política**. 1º ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: Ensinar e Aprender**. 2º ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia. História e Grandes Temas**. Volume

Único. 17º ed. São Paulo. Saraiva, 2013

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL – BENS E NEGÓCIO JURÍDICO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 horas

EMENTA:

Dos bens. Dos fatos jurídicos. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral da parte geral do direito civil, especialmente os temas bens e negócio jurídico, e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

II - Bens, negócios jurídicos, prova

1. Dos bens
2. Bens corpóreos e incorpóreos
3. Patrimônio
4. Classificação dos bens
5. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Disposições gerais.
6. Elementos do negócio jurídico.
7. Da representação. Da condição, do termo e do encargo
8. Dos defeitos do negócio jurídico. Dolo. Coação. Estado de perigo.
9. Lesão
10. Fraude contra credores.
11. Da invalidade do negócio jurídico
12. Simulação
13. Dos atos jurídicos lícitos
14. Dos atos ilícitos
15. Da prescrição e da decadência

16. Da prova

17. Meios de prova.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do direito civil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Parte Geral.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: introdução e parte geral.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil. Parte geral.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LÔBO, Paulo. **Direito civil. Parte geral.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

KONRAD, Mário Alberto; Sandra Ligian Nerling. **Roteiros Jurídicos - Direito Civil 1 - Parte Geral, Obrigações E Contratos.** 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Vol. I.

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURIDICA

CARGA HORÁRIA : 40 h/a

EMENTA:

Sociologia jurídica: Conceito; objeto de estudo; Gênese do direito. Função social. Conceito sociológico. Eficácia das normas jurídicas e efeitos sociais. Importância das ciências sociais. Fontes do direito. Costumes. A sociologia nos vários ramos do direito. Autonomia da sociologia jurídica. administração da justiça. Acesso à justiça. Mudança social e o direito; Anomia e opinião pública. Relações étnico-raciais: preconceito e discriminação.

OBJETIVOS:

Conscientizar o aluno da importância da disciplina para compreensão dos conceitos fundamentais, aplicação social do direito na sociedade e oferecer as ferramentas básicas e subsídios pedagógicos para a formação dos discentes em uma sociedade complexa e as transformações da sociedade e os efeitos na área Jurídica, apontando para a mudança e responsabilidade do futuro profissional do direito propiciando uma formação humanística.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. A importância da sociologia jurídica como disciplina acadêmica.
2. A relevância da disciplina para os operadores do direito.
3. Conceito de sociologia Jurídica
4. Objeto de estudo da sociologia jurídica.
5. Gênese do direito.
6. Conceito sociológico do direito.
7. Fatores da evolução do direito.
8. Eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais.
9. A sociologia jurídica e as fontes do direito
10. Costumes e espécies.
11. A importância do estudo das ciências sociais para a sociologia jurídica em especial.
12. A sociologia jurídica nos vários ramos do direito.
13. A autonomia da sociologia jurídica.
14. A sociologia jurídica e a administração da justiça.
15. A sociologia jurídica e o acesso à justiça. Os sistemas alternativos de solução de litígios: conciliação, mediação.
16. Anomia e direito.
17. Opinião pública e o direito.
18. Relações étnico-raciais: preconceito e discriminação.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica (você conhece?)**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia geral e jurídica**. 4. ed. Forense, 2015

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica. Introdução a uma leitura externa do direito** 7. ed. Revista dos Tribunais, 2017.

OLIVEIRA, Dalton. **Sociologia Jurídica. Coleção os 10+, vol. 21**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUES, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPAGNOL, Antônio Sérgio. **Coleção Direito Vivo – Sociologia Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA : 40 h/a

EMENTA:

Introdução à economia. Evolução do pensamento econômico. Demanda. Oferta e equilíbrio de mercado. Elasticidade. Teoria da produção. Teoria dos custos. Estruturas de mercado. Introdução à macroeconomia. Contabilidade social. Moeda e bancos. Setor externo. Inflação. Setor público. Crescimento e desenvolvimento econômico.

OBJETIVOS:

Introduzir os conceitos fundamentais da ciência econômica para que o estudante desenvolva a capacidade de análise e compreensão dos problemas econômicos, tanto estruturais como conjunturais da nossa realidade. Mais especificamente, objetivamos focar as leis e as teorias fundamentais que compõem a estrutura e o funcionamento da ciência econômica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

- 1. Introdução à economia**
 - 1.1. Divisão do estudo da economia.
 - 1.2. Conceito de economia.
 - 1.3. O problema da escassez.
 - 1.4. Sistemas econômicos fundamentais.
- 2. Curva de possibilidades de produção.**
 - 2.1. Fluxos reais e monetários.
 - 2.2. Argumentos positivos versus argumentos normativos.
- 3. Evolução do pensamento econômico**
 - 3.1. Mercantilismo e fisiocracia.
- 4. Os clássicos.**
 - 4.1. Teoria keynesiana.
 - 4.2. Marxismo.
- 5. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado**
 - 5.1. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado.
 - 5.2. Interferência do governo no equilíbrio de mercado.
- 6. Elasticidade**
 - 6.1. Conceito.
 - 6.2. Elasticidade-preço da demanda.
 - 6.3. Exercícios.
- 7. Teoria da produção**
 - 7.1. Conceito.
 - 7.2. Fatores de produção.
 - 7.3. Análise de curto e longo prazo.
 - 7.4. Lei dos rendimentos decrescentes.
- 8. Teoria dos custos**

8.1. Custos totais de produção.

8.2. Análise de curto e longo prazo.

8.3. Maximização dos lucros.

9. Estruturas de mercado

9.1. Estrutura no mercado de bens e serviços.

9.2. Estrutura no mercado dos fatores de produção.

9.3. Ação governamental e abusos de mercado.

9.4. Grau de concentração econômica no Brasil.

10. Introdução à macroeconomia

10.1. Metas de política macroeconômica.

10.2. Conflitos entre os objetivos macroeconômicos.

10.3. Instrumentos de política macroeconômica.

11. Contabilidade social

11.1. Princípios da contabilidade social.

11.2. Identidade básica das contas nacionais.

11.3. Conceito e cálculo do PIB.

12. Valor adicionado.

12.1. PIB per capita.

12.2. O PIB como medida de bem estar.

12.3. PIB nominal e PIB real.

12.4. PIB e PNB.

13. Moeda e bancos

13.1. Conceito, evolução e funções da moeda.

13.2. Tipos da moeda.

13.3. Oferta de moeda. O multiplicador monetário. O sistema financeiro nacional.

14. O setor externo

14.1. Fundamentos de comércio internacional.

14.2. Taxa de câmbio. Balanço de pagamentos.

15. Inflação

15.1. Conceito. Inflação de demanda. Inflação de custos. Inflação inercial.

15.2. Efeitos provocados por altas taxas de inflação.

16. O setor público

16.1. As funções econômicas do setor público.

16.2. Estrutura tributária. Déficit público. Orçamento público.

17. Crescimento e desenvolvimento econômico

17.1. Crescimento e desenvolvimento.

17.2. Fontes de crescimento. Estágios de desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito financeiro e econômico. Coleção estudos direcionados**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio. TONETO JÚNIOR, Rudnei. GREMAUD, Amaury P. **Economia brasileira contemporânea**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECONOMIA brasileira contemporanea - giambiagi, fabio - ed. elsevier - 2016

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

TROSTER, R. L.; MOCHON, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 2002.

LACERDA, Antônio Correa de. **Economia Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed., 9 tiragem. São Paulo: Malheiros, 2000.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DA SANÇÃO PENAL

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Das penas em geral. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direito. Multa. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao acadêmico de direito conhecimentos de direito penal em sua parte histórica e ensinar conhecimentos básicos da parte geral (técnicas jurídicas) do código penal brasileiro, bem como, proporcionar conhecimentos sobre a inter-relação do direito penal com outras ciências, disciplinas e outros ramos do direito, desenvolvendo a capacidade de leitura e interpretação de textos legais e doutrinários.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Conceito e introdução de pena. Características, espécies e finalidade das penas. Princípios constitucionais das penas. Da pena de morte.

2. Dos estabelecimentos penais. Da penitenciária. Da colônia agrícola ou similar. Da casa de albergado. Da cadeia pública. Do regime de cumprimento de pena: reclusão, detenção e prisão simples. Do regime inicial de cumprimento de pena: fechado, semi-aberto e aberto.

3. Das penas privativas de liberdade. Regras do Regime fechado. Regras do regime semi-aberto. Regras do regime aberto. Da Progressão. Da regressão. Da substituição de pena.

4. Do trabalho do preso. Da remição. Da detração. Do tempo máximo de cumprimento. Das penas restritivas de direito. Espécies, formas e conseqüências.

5. Do caráter substitutivo. Da conversão. Do caráter de proporcionalidade. Da multa. Do cálculo da multa. Da impossibilidade de conversão da multa.

6. Da aplicação da pena. Da 1º fase de aplicação da pena. Da 2º fase de aplicação da pena. Da 3º fase da aplicação da pena.

7. Da reincidência. Efeitos da reincidência no crime doloso e culposo. Do concurso de crimes. Do concurso Material.

8. Do concurso formal e suas espécies. Do crime continuado.

9. Da suspensão condicional da pena. Conceito de sursis. Do sursis simples: período de prova; condições; audiência admonitória e revogação. Do sursis especial: condições.

10. Do Sursis etário. Requisitos e período de prova. Do Sursis humanitário. Requisitos e período de prova. Do livramento condicional. Conceito e requisitos objetivos e subjetivos. Da soma das penas. Das especificações das condições.

11. Da cerimônia de concessão. Causas de revogação: Obrigatórias e facultativas. Efeitos no caso de práticas de crimes antes do livramento e durante o livramento. Efeitos no caso de descumprimento das condições impostas. Da extinção.

12. Dos efeitos da condenação: Principais e secundários. Da reabilitação. Conceito e requisitos. Da revogação e seus efeitos. Das medidas de segurança. Conceito.

13. Requisitos. Das espécies de medidas de segurança. Da competência para revogar a medida de segurança. Da ação penal. Introdução, conceito e fundamento legal.

14. Das condições da ação penal: legitimidade, interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido. Da ação penal pública incondicionada. Da ação penal pública condicionada à representação e mediante requisição do ministro da justiça. Princípios da ação penal pública.

15. Da ação penal privada. Da ação penal privada personalíssima. Princípios da ação penal privada. Requisitos da queixa. Prazo para queixa crime. Da ação penal subsidiária da pública.

16. Da extinção da punibilidade. Conceito. Efeitos da extinção da punibilidade. Extinção da punibilidade em espécie: Pela morte do agente; Pela anistia; Pela graça; Pelo indulto; Pela retroatividade da lei; Pelo perdão judicial; Pela decadência; Pela renúncia ou perdão aceito; Pela preempção.

17. Pela prescrição: da pretensão punitiva, da pretensão intercorrente ou superveniente, da pretensão punitiva retroativa ou da pretensão executória. Da prescrição virtual.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal. Parte geral**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Curso de direito penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal. Parte geral.** Arts. 1º a 120 do CP. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial.** 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e Hermenêutica Jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Introdução ao direito internacional privado. Das soluções práticas de controvérsias internacionais, da hierarquia entre os tratados e as leis internas. Homologação de sentenças estrangeiras. Direitos Humanos e Tratados Internacionais. Noções sobre direito internacional. Aspectos jurídicos sobre direito internacional privado. O direito internacional privado e a lei de introdução ao código civil. Os elementos de conexão. Contratos. As questões e educação ambiental na sociedade contemporânea.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito internacional privado e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro aliado as diretrizes de educação ambiental, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada, em especial na atuação da defesa dos direitos humanos assegurados em tratados internacionais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Soluções práticas de controvérsias internacionais
2. Hierarquia entre os tratados e as leis internas
3. Hierarquia entre os tratados e as leis internas - continuação

4. Homologação de sentenças estrangeiras
5. Direitos Humanos e Tratados Internacionais
6. Direitos Humanos e Tratados Internacionais - continuação
7. Noções sobre Direito Internacional
8. Aspectos jurídicos sobre direito internacional privado
9. O direito internacional privado e a lei de introdução ao código civil
10. O direito internacional privado e a lei de introdução ao código civil - continuação
11. Os elementos de conexão
12. Elementos de conexão - continuação
13. Contratos
14. Do contrato de risco ou “JOINT VENTURE”
15. Da transferência de tecnologia ou ‘KNOW-HOW’
16. Do contrato de “ENGINEERING”
17. Compra e venda internacional entre entes privados internacionais

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado - 5ª Ed. 2016. Atlas.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado – teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

JAEGER JUNIOR, Augusto / Del ' Olmo, Florisbal de Souza. Curso de Direito Internacional Privado - 12ª Ed. 2017. Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Curso de direito internacional privado - Del'olmo, Florisbal de Souza - Ed. Forense - 12º/2017

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Fábio Luiz. **Direito Internacional – Perspectivas Contemporâneas**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Coleção Direito Vivo – Direito Internacional**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidnei. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TERCEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES

CARGA HORÁRIA : 80 h/a

EMENTA:

Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito das obrigações e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Do direito das obrigações. Introdução ao direito das obrigações. Noções gerais de obrigação.
2. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de dar coisa certa. Das obrigações de dar coisa incerta.
3. Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações indivisíveis.
4. Das obrigações solidárias. Disposições gerais.
5. Da solidariedade ativa. Da solidariedade passiva.
6. Das obrigações civis e naturais. Das obrigações de meio, de resultado e de garantia. Das obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
7. Das obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. Das obrigações líquidas e ilíquidas.

8. Das obrigações principais e acessórias

9. Da transmissão das obrigações. Da cessão de crédito. Da assunção de dívida. Da cessão de contrato.

10. Do adimplemento e extinção das obrigações.

11. Do pagamento. Do pagamento em consignação. Do pagamento com sub-rogação. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento.

12. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão de dívidas.

13. Do inadimplemento das obrigações. Disposições gerais. Da mora.

14. Das perdas e danos.

15. Dos juros legais.

16. Da cláusula penal.

17. Das arras ou sinal.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral das obrigações.** 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Teoria geral das obrigações.** 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

WALD, Arnold. **Direito das obrigações e teoria geral dos contratos.** 18.ed. São Paulo: Saraiva, V.2

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito civil. Obrigações e responsabilidade civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil. Direito das obrigações.** 2ª parte. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:Obrigações.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSETTARI, Cristiano. **Elementos de Direito Civil**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Teoria geral do processo. Direito material e direito processual. Fontes das normas processuais; Jurisdição e ação. Estrutura do poder judiciário. Funções essenciais à justiça – o juiz, o ministério público e o advogado. Da ação – processo e procedimento. Sujeitos do processo. Capacidade: processual e postulatória. Intervenção de terceiros, conceito, modalidades, processamento. Da competência e dos critérios de fixação.

OBJETIVOS:

- desenvolver e estimular o senso crítico e criativo do aluno;
- capacitar o aluno ao exercício da profissão;
- proporcionar ao aluno o conhecimento de conceitos jurídicos necessários à atividade profissional.
- despertar no educando o interesse pelo contingente histórico do passado a fim de bem compreender os institutos jurídicos dos dias atuais.
- compreensão da finalidade e importância da prestação jurisdicional, bem como da organização do poder judiciário.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Apresentação do conteúdo programático, com breve explanação acerca do seu desenvolvimento; forma de avaliação, metodologia e bibliografia básica.
2. Dos conflitos de interesses, formas de solução de conflitos
 - 2.1 auto-tutela
 - 2.2 auto-composição
 - 2.3 arbitragem
 - 2.4 mediação
3. Direito objetivo e direito subjetivo

3.1 Sujeitos e objetos da relação jurídica processual.

4. Direito material e direito processual

4.1 Divisão entre o direito material e direito processual

4.2 Pretensão e lide

4.3 Do processo

4.4 Autonomia do direito processual civil e suas relações com outros ramos do

direito

5. Direito material e direito processual

5.1. Princípios processuais

- a) inafastabilidade;
- b) indeclinabilidade;
- c) indelegabilidade;
- d) juiz natural;
- e) identidade física da pessoa do juiz;
- f) duplo grau de jurisdição;
- g) instrumentalidade;
- h) publicidade.

6. Fontes das normas processuais

6.1 Classificação das leis;

6.2 Natureza das leis processuais;

6.3 Das leis processuais no tempo e no espaço;

6.4. A interpretação das normas processuais:

- a) Gramatical
- b) Lógica ou sistemática;
- c) Finalista;
- d) Histórica.

7. Jurisdição e ação

7.1 Conceito e divisão da jurisdição;

7.2 Elementos característicos e princípios informativos da jurisdição.

7.3 Conceito e elementos característicos da ação.

8. Estrutura do poder judiciário

8.1. Órgãos da jurisdição;

8.2. Organização judiciária;

8.3. Órgãos do poder judiciário:

- a) STF;
- b) STJ;
- c) TRF;
- d) Juizados especiais;
- e) Justiça do trabalho;
- f) Eleitoral;
- g) Militar;
- h) Juizes dos estados;

9. Conselho nacional de justiça

9.1. Organização da justiça federal;

9.2. Organização da justiça no estado de São Paulo
(instâncias/comarcas/entrâncias).

10. Dos auxiliares da justiça

10.1. Serviços auxiliares de justiça

10.2. Classificação dos órgãos auxiliares da justiça

11. Do Juiz

11.1. Ingresso na carreira;

11.2. Das garantias constitucionais;

11.3. Dos impedimentos;

11.4. Das suspeições

12. Das funções essenciais à justiça

12.1. Órgãos do ministério público (MP da União e dos Estados/acesso, carreira, garantias e vedações);

12.2. Advocacia geral da União;

12.3. Advocacia;

12.4. Defensoria pública.

13. Da Ação

13.1. Ação:

- a) definição
- b) modalidades de ação;

- c) ação de conhecimento;
- d) execução;
- e) cautelar;
- f) pressupostos processuais;
- g) condições da ação;
- h) elementos da ação

14. Sujeitos do processo

- 14.1. Das partes;
- 14.2. Dos procuradores;
- 14.3. Da substituição das partes e dos procuradores;
- 14.4. Do litisconsórcio e da assistência.

15. Da intervenção de terceiros

- 15.1. Conceito;
- 15.2. Generalidades;
- 15.3. Da oposição;
- 15.4. Nomeação a autoria;
- 15.5. Da denúncia à lide;
- 15.6. Do chamamento ao processo.

16. Capacidade processual

- 16.1. Capacidade de ser parte;
- 16.2. Capacidade de estar em Juízo;
- 16.3. Capacidade processual das pessoas casadas;
- 16.4. Dos incapazes:
 - a) curador especial
 - b) intervenção do ministério público;
 - c) ausência de capacidade processual;
 - d) capacidade processual plena.

17. Da Competência

- 17.1. Conceito e critérios determinativos;
- 17.2. Competência interna e competência internacional;
- 17.3. Fontes normativas da competência;
- 17.4. Determinação da competência (critérios: objetivo, territorial e funcional);

17.5. Prorrogação da competência.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, J.E. teoria geral do processo - ed. forense – 2017

ZAVASCKI, Teori Albino. processo coletivo - tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos - ed. rt – 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. teoria geral do processo. ed. saraiva - 2017

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo - Vol. 1 - Teoria Geral do Processo**. 5ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REALE, Miguel. Fontes e Modelos do Direito. Para um novo Paradigma Hermenêutico. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 1994.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CARGA HORÁRIA : 40h/a

EMENTA:

Crimes contra a pessoa: contra a vida; lesões corporais; periclitação da vida e da saúde; rixa; crimes contra a honra; e crimes contra a liberdade individual.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno conhecimento dos crimes em espécies, capacitando-o a um aprofundamento do conhecimento técnico-jurídico. Preparar o aluno, com o conteúdo trabalhado, a exercer de forma eficaz a profissão em quaisquer ramos jurídicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Do homicídio simples e da causa de diminuição de pena. Do homicídio qualificado. Conceito.
2. Das qualificadoras em espécies.
3. Do homicídio culposo. Da causa de perdão judicial.
4. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
5. Infanticídio.
6. Aborto.
7. Da lesão corporal dolosa.
8. Da lesão corporal seguida de morte e lesão corporal culposa.
9. Do abandono de incapaz. Da omissão de socorro. Dos maus-tratos. Da rixa.
10. Da Calúnia. Da difamação.
11. Da injúria. Das disposições gerais.
12. Do constrangimento ilegal. Da ameaça
13. Do seqüestro e cárcere privado. Conceito e diferenças.
14. Da forma qualificada.
15. Da redução à condição análoga à de escravo. Da violação de domicílio.
16. Da violação de correspondência. Da violação de correspondência comercial.
17. Da divulgação de segredo. Da violação do segredo profissional.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de. **Direito penal aplicado: parte especial e código penal**. 2.ed. São Paulo: Saraiva

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL: CONSTITUIÇÃO E DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Origem da constituição. Classificação das constituições. Poder constituinte. Eficácia das normas constitucionais. Interpretação e princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Educação Ambiental. Direitos políticos. Nacionalidade. O processo de constituição dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como projeto de sociedade. Os princípios norteadores dos Direitos Humanos

OBJETIVOS:

Dotar o aluno de capacidade para compreender a origem, interpretação e aplicabilidade da constituição federal e sua importância para o estado. Dotar o aluno de capacidade para ter conhecimento dos direitos humanos fundamentais, aliados às questões relevantes sobre a educação ambiental, bem como sua tutela constitucional. Correlacionar os princípios e regras constitucionais com as demais normas do ordenamento jurídicos, sistematicamente.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Origem da constituição. Antecedentes (século XII e iluminismo).
2. Classificação das constituições.
3. Poder constituinte. Aspectos gerais (origem e supremacia). Fundamento e natureza. Poder originário, derivado e decorrente. Constituição Federal de 1.988.
4. Eficácia das normas constitucionais. Exequíveis por si sós e não-exequíveis por si sós. Outras classificações (plena, limitada e contida).
5. Aplicação das normas constitucionais: recepção; repristinação; desconstitucionalização; “vacatio constitutionis”.
6. Interpretação e princípios constitucionais. Conceito. Princípios regras. Conflito de regras e de princípios.
7. Os direitos fundamentais e direitos humanos. Importância política e jurídica. Liberdade. Direitos. Deveres.
8. Direitos fundamentais: vida, liberdade, segurança e propriedade. Princípios jurídicos: legalidade isonomia, irretroatividade e controle judicial. Direitos individuais e coletivos. Garantias constitucionais.
9. Os direitos humanos no Brasil no século XX. Os direitos humanos e as constituições brasileiras. A constituição brasileira de 1.988, cenário de seu surgimento.
10. Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. Educação Ambiental
11. O princípio da dignidade da pessoa humana – definição e múltiplas acepções.
12. Instrumentos de tutela das liberdades. Remédios constitucionais. Considerações gerais.
13. Conceitos. Habeas corpus; Habeas data; Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção; Ação popular; Direito de petição e direito de certidão.
14. Nacionalidade. Brasileiro nato e naturalizado. Estrangeiro no Brasil. Aquisição e perda. Modos de aquisição.
15. Direitos políticos. Cidadania. Aquisição e perda. Suspensão e recuperação dos direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Formas de inelegibilidade.
16. Da ordem social. Significado e evolução. Seguridade social. Educação. Saúde. Cultura. Desporto. Ciência e tecnologia.
17. Meio Ambiente. A família, a criança, o adolescente e o idoso. Índio.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OS 10+ V.01 - Direito Constitucional

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição - Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 7ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL: TEORIA DA EMPRESA

CARGA HORÁRIA : 40h/a

EMENTA:

Introdução ao Direito Empresarial. A autonomia do Direito Empresarial: o novo Direito de Empresa. Conceito, origem e teorias. A existência e a regularidade da atividade empresarial. A capacidade do empresário. Os elementos do exercício e da identificação da empresa e os seus atributos.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito empresarial e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao direito empresarial
2. Conceito da empresa.
3. Origem do direito empresarial.
4. As teorias dos atos de comércio e da empresa.
5. As teorias dos atos de comércio e da empresa.
6. Fontes do direito empresarial.
7. O empresário.
8. As obrigações do empresário.
9. O estabelecimento comercial.
10. O nome empresarial.
11. Conceito de fundo de comercial.
12. Constituição da empresa.
13. Constituição da empresa.
14. Da propriedade industrial.
15. Patente
16. Modelo de invenção.
17. Marcas e desenhos.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

ROCHA, Gustavo Ribeiro / ROCHA FILHO, José Maria. Curso de Direito Comercial - Teoria Geral da Empresa e Direito Societário - 2ª Ed. 2015. D' Plácido.

WALD, Arnaldo. Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial. Direito de empresa.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito empresarial. Estudo unificado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CARGA HORÁRIA : 40 h/a

EMENTA:

Introdução - Desenvolvimento histórico do direito internacional público [DIP] - A sociedade internacional - Fontes do direito internacional público - O conflito entre o direito internacional e o direito interno - Pessoas e sujeitos internacionais - O Princípio “pacta sunt servanda” - O princípio “rebus sic stantibus” – Teoria dos tratados internacionais. O meio ambiente nas relações jurídicas internacionais.

OBJETIVOS:

Apresentar o conteúdo do direito internacional público a partir do conhecimento de suas principais categorias e instituições, enfatizando o papel das organizações internacionais e dos blocos econômicos, destacando a importância dos tratados internacionais, proporcionando a análise, o domínio, a argumentação, a interpretação e a valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, que envolve o direito internacional público. Direitos Humanos nas relações internacionais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

- 1.** Noções gerais de direito internacional público:
 - 1.1. Ordem jurídica internacional;
 - 1.2. A sociedade descentralizada.
- 2.** Conceito de direito internacional público:
 - 2.1. O objeto do direito internacional público.
- 3.** Fontes do direito internacional público:
 - 3.1. Os tratados internacionais;
 - 3.2. Os costumes;
 - 3.3. Os princípios gerais do direito;
 - 3.4. A doutrina;
 - 3.5. A jurisprudência.
- 4.** O conflito entre normas de direito internacional e de direito interno:
 - 4.1. O dualismo;
 - 4.2. O monismo.
- 5.** Pessoas e sujeitos internacionais
- 6.** Estados, formação e tipos
- 7.** Das principais organizações internacionais: ONU, FMI, BIRD, OIT e blocos econômicos
- 8.** Do homem e a humanidade
- 9.** Teoria dos tratados internacionais:
 - 9.1. Conceito;
 - 9.2. Terminologia
 - 9.3. Classificação dos tratados internacionais;
 - 9.4. Negociação bilateral e multilateral;
 - 9.5. Vícios de consentimento.
- 10.** Estrutura dos tratados internacionais:
 - 10.1. Elementos estruturais do documento.
- 11.** Validade dos tratados internacionais:
 - 11.1. Conceito;
 - 11.2. Condições de validade e nulidade.

12. O tratado internacional em vigor:

12.1. Entrada em vigor dos tratados internacionais e fases de celebração;

12.2. Extinção dos tratados internacionais:

12.3. Causas de extinção;

12.4. Efeitos da extinção.

13. A posição hierárquica dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro.

14. Estatuto do estrangeiro

15. Responsabilidade internacional

16. Domínio público internacional

17. Solução pacífica dos conflitos internacionais

18. Direito Humanos nas relações internacionais.

19. O meio ambiente nas relações jurídicas internacionais.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de direito internacional público**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, G. E. do Nascimento T.; ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALLARI, Pedro B. A. **Constituição e tratados internacionais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Fábio Luiz. **Direito Internacional – Perspectivas Contemporâneas**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Coleção Direito Vivo – Direito Internacional**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidnei. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Psicologia e Psicologia Jurídica: histórico, conceito e definições. Interface Psicologia, Psiquiatria e Direito. Áreas de atuação da Psicologia Jurídica. Causas do Comportamento Criminoso – A avaliação psicológica forense. Perícia: o psicólogo como perito e o psicólogo como assistente técnico. Documentos psicológicos forenses.

OBJETIVOS:

Através do estudo dos temas propostos, fazer com que o aluno perceba que sendo o direito um curso ligado à área das ciências humanas, torna-se imprescindível que procure aprofundar seus conhecimentos nas mais diversas áreas ligadas ao homem (filosofia, psicologia, antropologia, sociologia, etc.), fato esse que pode ser o diferencial no futuro de cada profissional do direito. Fazer com que o aluno entenda a importante relação existente entre a psicologia e direito, trazendo, portanto, elementos introdutórios da psicologia, para depois passarmos ao estudo de temas relacionados ao direito. Levar o aluno a compreender que para se almejar a justiça, necessário se faz a presença conjunta de ambas as disciplinas, as quais compartilham o mesmo objeto, que é o homem e seu bem estar.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Psicologia e psicologia jurídica: histórico, conceito e definições
 - 1.1. Psicologia a ciência do comportamento. Psicologia e lei: jurídica, forense e criminal.
 - 1.2. Interface: psicologia e direito; Psicologia e psiquiatria no contexto jurídico e forense.
2. Interface psicologia, psiquiatria e direito

2.1. Imputabilidade. Semi-imputabilidade. Inimputabilidade.

3. Áreas de atuação da psicologia jurídica

3.1. Direito da infância e da juventude. Direito da família;

3.2. Direito do trabalho. Direito civil. Direito penal;

3.3. Noções básicas de negociação, conciliação, arbitragem e mediação.

4. Psicologia do testemunho e interrogatório.

5. Causas do comportamento criminoso – a avaliação psicológica forense

6. Desenvolvimento e vulnerabilidade emocional

7. Psicoses

8. Retardo mental, doenças orgânicas e degenerativas

9. Transtornos do humor

10. Uso de substâncias psicoativas

11. A personalidade e seus transtornos

12. Crimes sexuais – as parafilias.

13. Perícia – o psicólogo como perito e o psicólogo como assistente técnico

13.1. Perícias nas áreas de direito do trabalho, direito civil e direito penal

14. O perfil criminal. Comissão técnica de classificação. Resposta e elaboração de quesitos.

15. Documentos psicológicos forenses

16. Laudo, parecer e atestados

17. Ética em psicologia jurídica. Perspectivas de atuação em psicologia jurídica.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.

DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. Tradução Lenke Perez. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

SERAFIN, Antonio de Pádua ET AL. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora, 2003 e 2006. Vol. I e II.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Fiorelli, Jose Osmir / Mangini, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica - 8ª Ed.** 2017. Atlas.

PINHEIRO, Carla. Coleção Direito Vivo – **Psicologia Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASSETTARI, Crhistiano. **Elementos de Direito Civil**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SPECTOR, PAUL E. **Psicologia nas organizações**. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva

QUARTO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA:

Noção geral. Formação. Classificação. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato. Vício Redibitório. Evicção. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Extinção do contrato.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral da teoria geral dos contratos e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Teoria geral dos contratos.
2. Noção geral dos contratos.
3. Da formação dos contratos.
4. Da formação dos contratos – continuação

5. Classificação dos contratos.
6. Classificação dos contratos - continuação
7. Da estipulação em favor de terceiros
8. Da promessa de fato e de terceiro
9. Dos vícios redibitórios
10. Dos vícios redibitórios – continuação
11. Da evicção
12. Da evicção - continuação
13. Dos contratos aleatórios
14. Do contrato preliminar
15. Do contrato com pessoa a declarar
16. Da extinção do contrato
17. Da extinção do contrato - continuação

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Contratos e atos unilaterais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil. Contratos: teoria geral.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Vol. 4. Tomo I.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Mário Luiz. **Problemas de Direito Intertemporal no Código Civil.** 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ªed. São Paulo: Sariva, 2007.

CUNHA, Leonardo Carneiro. **Direito intertemporal e o novo código de processo civil - ed. forense - 2016**

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DO PROCEDIMENTO COMUM E EXTINÇÃO DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA : 80h/a

EMENTA:

Do processo e do procedimento ordinário. Da petição Inicial: requisitos, pedido, causa de pedir, valor da causa – critérios. Da formação do processo. Da distribuição e do registro. Dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais, das nulidades. Dos prazos processuais. Da resposta do réu. Da Tutela Provisória. Da suspensão do processo. Do julgamento conforme o estado do processo.

OBJETIVOS:

- desenvolver e estimular o senso crítico e criativo do aluno;
- capacitá-lo ao exercício da profissão.
- proporcionar ao aluno o conhecimento de conceitos jurídicos necessários à atividade profissional.
- proporcionar ao aluno o conhecimento técnico e jurídico necessário para sua atividade profissional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Apresentação do programa. Breve explanação acerca de sua aplicação; formas de avaliação, metodologia e bibliografia básica. Importância do estudo da matéria do semestre. Objetivos.

2. Do processo e do Procedimento

2.1. Do procedimento Ordinário;

2.1.1. Competência;

2.1.2. Procedimento;

3. Da petição inicial

3.1. Requisitos do artigo 282

3.2. Especificidades de cada procedimento

3.3. Do valor da causa – critérios, do pedido e da causa de pedir

4. Da formação do processo

4.1. Sujeitos da relação jurídica processual – Autor, Réu e Juiz.

4.2. Generalidades: princípio dispositivo – iniciativa da parte, exceção – princípio inquisitório, princípio do impulso oficial.

4.3. Momento da propositura da ação: distribuição e despacho inicial.

4.4. Os efeitos da formação da relação jurídica processual para o Autor e para o Réu.

5. Da distribuição e do registro

5.1. Dos atos processuais: Conceito, forma dos atos processuais.

5.2. Princípio da Instrumentalidade das Formas.

5.3. Dos atos das partes: atos postulatórios, atos instrutórios, atos dispositivos, atos reais.

5.4. Dos atos processuais dos auxiliares da justiça: atos de movimentação, documentação e de execução: da ata, do termo, do auto e da assentada; atos ordinatórios. Dos atos do Juiz: sentenças, decisões interlocutórias e despachos: da necessidade da distinção dos atos do juiz.

6. Das comunicações dos atos processuais.

6.1. Disposições Gerais. Das cartas;

6.2. Citações: Real e Ficta.

6.3. Formas de citação: correio, mandato, edital. Intimações. Formas: imprensa, correio, mandato e edital. Efeitos. Nulidades.

7. Dos prazos processuais

7.1 Conceito.

7.2 Do termo inicial – dies a Aquo e do termo final – dies ad quem.

7.3 Da forma da contagem de prazos processuais. Prazos: processuais, legais e judiciais. Efeitos da suspensão e interrupção dos prazos processuais. Prazos dilatatórios e peremptórios.

8. Da resposta do réu

8.1 Generalidades;

8.2 Defesa de mérito e defesa processual;

8.3 Da contestação e da reconvenção.

9. Da resposta do réu

9.1. Das exceções: incompetência do juízo e suspeição e impedimento do juiz, da impugnação ao valor da causa.

10. Da revelia e seus efeitos

11. Da suspensão do processo

11.1. Morte ou perda da capacidade processual das partes ou dos procuradores.

11.2. Convenção das partes.

11.3. Oposição de exceções de incompetência do juízo e de impedimento ou suspeição do juiz.

11.4. Questões prejudiciais, força maior.

11.5. Efeitos e prazos de suspensão.

12. Do julgamento conforme o estado do processo

12.1 Do julgamento antecipado da lide;

12.2 Possibilidade, matéria de direito.

12.3 Da audiência preliminar.

12.4 Do acordo entre as partes, possibilidade de transação.

12.5 Do processo e do saneamento.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de .** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. Processo de conhecimento convencional e eletrônico.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo I.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência do Código Civil de 2002 na Legislação Processual. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CARGA HORÁRIA: 80 /a

EMENTA:

Dos Crimes contra o patrimônio: furto; roubo e extorsão; usurpação; dano; apropriação indébita; estelionato e outras fraudes; receptação; e disposições gerais. Crimes contra a propriedade Imaterial: violação de direito autoral.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno conhecimento dos crimes em espécies, capacitando-o a um aprofundamento do conhecimento técnico-jurídico. Preparar o aluno, com o conteúdo trabalhado, a exercer de forma eficaz a profissão em quaisquer ramos jurídicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Do furto. Conceito e classificação. Do furto simples. Do conceito de coisa alheia móvel. Do furto de energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico. Da causa de aumento de pena. Da causa de diminuição de pena.

2. Do furto qualificado. Espécies de qualificadoras. Do furto de veículo automotor para outro Estado ou para o exterior. Do furto de coisa comum.

3. Do roubo. Conceito e classificação.

4. Do roubo com causa de aumento de pena. Das causas de aumento.

5. Do latrocínio. Conceito e conseqüências no caso que resulta morte da vítima.

6. Da extorsão. Conceito e classificação.
7. Da extorsão mediante seqüestro.
8. Da usurpação. Do dano. Da ação Penal.
9. Da apropriação indébita. Conceito e classificação.
10. Do aumento de pena.
11. Da apropriação indébita previdenciária.
12. Do estelionato. Conceito e formas.
13. Da fraude para recebimento de seguro. Da duplicata simulada. Do abuso de incapazes.
14. Outras Fraudes.
15. Recepção Simples. Conceito e formas.
16. Recepção qualificada. Espécies.
17. Das disposições gerais.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Federalismo. Espécies. Separação dos poderes. Poder executivo, legislativo e judiciário. Processo legislativo. Poder judiciário. Políticas e ações em educação ambiental.

OBJETIVOS:

Desenvolver a formação técnica e prático-jurídica, juízo crítico e reflexivo sobre o direito constitucional e as ações e políticas em educação ambiental, como forma de capacitar o bacharel em direito na compreensão dos textos legais, desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio, pesquisa e produção científica, bem como dotar o aluno de conhecimentos sobre o trâmite do processo legislativo e o controle da constituição federal nas ações e políticas sobre educação ambiental.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Federação brasileira. Conceito. Federalismo e unitarismo. Formação. Modalidade.
2. Federação brasileira. Repartição e divisão de competências e de rendas.
3. Federação brasileira. Descentralização brasileira: união, estados-membros, distrito federal, municípios e territórios.
4. Separação de poder. Poder legislativo. Considerações gerais. Funções do congresso nacional. Competências, imunidades, impedimentos e incompatibilidades.
5. Separação de poder. Poder legislativo.
6. Processo legislativo. Lei ordinária, complementar, medidas provisórias e emendas

7. Separação de poder. Poder executivo. Considerações gerais. Estrutura do executivo nacional.

8. Separação de poder: requisitos, atribuições, responsabilidades do presidente da república.

9. Órgãos auxiliares do presidente da república: ministros de estado, conselho da república e conselho de defesa nacional.

10. Funções essenciais da justiça. Ministério público. Advocacia pública. Defensoria pública.

11. Da defesa do estado e das instituições democráticas. Considerações gerais e evolução histórica. Medidas excepcionais: Estado de sítio. Estado de defesa.

12. Separação de poder. Poder judiciário. Considerações gerais. Funções e garantias de independências. Órgãos do poder judiciário. Reforma do judiciário.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição. Fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REALE, Miguel. **Política e Direito – Ensaio**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL: SOCIEDADES EM ESPÉCIE

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Direito societário. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Sociedade comum. Sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. Do estabelecimento. Institutos complementares.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito empresarial e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Direito societário. Disposições gerais.
2. Da sociedade não personificada. Sociedade comum.
3. Sociedade em conta de participação.
4. Da sociedade personificada. Sociedade simples.
5. Sociedade em nome coletivo
6. Sociedade em comandita simples.
7. Sociedade limitada. Sociedade anônima.
8. Sociedade em comandita por ações.
9. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Liquidação da sociedade.
10. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades.
11. Sociedade dependente de autorização.
12. Do estabelecimento. Disposições gerais.

13. Institutos complementares

14. Registro

15. Nome empresarial

16. Dos prepostos

17. Da escrituração

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Direito Empresarial II**. 2.ed., Ed. São Paulo: RT, 2009.

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial: sociedade anônima**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Alexandre Couto. **Direito Societário - Estudos Sobre a Lei de Sociedades Por Ações**. Saraiva.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: Direito de empresa**. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL: TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA:

Noções gerais. Procedimentos. Conceito e autonomia. Finalidade e relações com outros ramos. Princípios. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Fontes do processo penal. Sujeitos da relação processual. Das citações e intimações.

OBJETIVOS:

Preparar o estudante para a correta interpretação e aplicação do direito processual penal, capacitando-o a uma melhor atuação profissional e um colaborador na distribuição da Justiça. Fazer com que o aluno possa ter amplo domínio da matéria processual penal, mecanismo esse essencial para o exercício da atividade jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Noções de processo penal.
2. Procedimentos. Formas de processo.
3. Conceito e autonomia do processo penal;
4. Finalidade do processo penal e relações com outros ramos do direito.
5. Princípios que regem o processo penal.
6. Princípios constitucionais de direito processual penal.
7. Aplicação e interpretação da lei processual penal: eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço.
8. Fontes do direito processual penal.
9. Do juiz e do ministério público.
10. Do acusado. do defensor.
11. Dos assistentes em geral.
12. Dos funcionários da justiça.
13. Dos peritos e dos intérpretes.
14. Das citações.
15. Das intimações.
16. Reflexos e nulidades pela falta de citação e intimação.
17. Da intimação da sentença.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO INDIVIDUAL

CARGA HORÁRIA: 80h/a

EMENTA:

Introdução. Natureza. Princípios. Fontes. Evolução do direito do trabalho. Evolução constitucional dos direitos sociais. Relação de trabalho. Contrato de trabalho. Remuneração e salário. Estabilidade. Duração do trabalho. Descansos remunerados. Extinção do contrato de trabalho. Segurança e medicina do Trabalho.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito do trabalho e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução. Natureza
2. Princípios de direito do trabalho. Princípio da proteção. Princípio da irrenunciabilidade. Princípio da continuidade. Princípio da primazia da realidade. Princípio da razoabilidade.
3. Fontes do direito do trabalho
4. Evolução constitucional dos direitos sociais
5. Relação de trabalho
6. Contrato de trabalho
7. Remuneração e salário. Evolução da política salarial (1964-2007)
8. Duração do trabalho
9. Descansos remunerados
10. Extinção do contrato de trabalho
11. Segurança e medicina do trabalho

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Curso de Iniciação Ao Direito do Trabalho**. Elsevier - Campus.
- FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho - Teoria Geral do Direito do Trabalho**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROMAR, Carla Tereza Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HINZ, Henrique Macedo. **Direito individual do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

QUINTO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO COLETIVO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Da Terceirização. Do FGTS. Das Normas especiais do Trabalho. Do Trabalho Infantil. Da Organização sindical. Da Greve. Da Organização judiciária do trabalho.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito do trabalho e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Terceirização
2. FGTS
3. Normas Especiais do Trabalho
4. Trabalho Infantil
5. Organização Sindical
6. Greve
7. Organização da Justiça do Trabalho

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual de direito e processo do trabalho**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Maria Inês Moura Alves S. A. da. **Direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HINZ, Henrique Macedo. **Direito individual do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho - Teoria Geral do Direito do Trabalho**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROMAR, Carla Tereza Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno conhecimento dos crimes em espécies, capacitando-o a um aprofundamento do conhecimento técnico-jurídico. Preparar o aluno, com o conteúdo trabalhado, a exercer de forma eficaz a profissão em quaisquer ramos jurídicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação á ele relativo. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária. Violação de sepultura. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver. Vilipêndio á cadáver.

2. Estupro.

3. Violação sexual mediante fraude. Assédio sexual.

4. Crimes sexuais contra vulnerável.

5. Lenocínio e rapto de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.

6. Dos crimes contra o casamento.

7. Dos crimes contra o estado de filiação.

8. Dos crimes contra a assistência familiar.

9. Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

10. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes de incêndio, desabamento e desmoronamento.

11. Dos crimes contra a saúde pública. Da epidemia. Da omissão de notificação de doença. Do envenenamento de água potável ou de substância alimentícia.

12. Da corrupção ou poluição de água potável. Da falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios.

13. Da falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Do charlatanismo. Do curandeirismo.

14. Dos Crimes contra a paz pública.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal IV – Parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado**. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL: JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Jurisdição e competência. Elementos da jurisdição. Competência. Questões processuais incidentes. Das exceções.

OBJETIVOS:

Preparar o estudante para a correta interpretação e aplicação do direito processual penal, capacitando-o a uma melhor atuação profissional e um colaborador na distribuição da justiça. Fazer com que o aluno possa ter amplo domínio da matéria processual penal, mecanismo esse essencial para o exercício da atividade jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da jurisdição e competência: noções gerais.

2. Elementos da jurisdição. Princípios da jurisdição.
3. Da competência: critérios; lugar da infração.
4. Da competência: em razão da matéria; em razão da pessoa.
5. Domicílio ou residência do réu. Natureza da infração
6. Distribuição. Conexão.
7. Continência. Prevenção.
8. Pela prerrogativa da função.
9. Questões e processos incidentes: considerações gerais.
10. Das questões prejudiciais.
11. Questões e processos incidentes: exceções; processamento das exceções.
12. Da incompatibilidade e impedimentos.
13. Restituição de coisas apreendidas.
14. Das medidas assecuratórias ou cautelares: seqüestro.
15. Das medidas assecuratórias ou cautelares: hipoteca legal; arresto.
16. Do incidente de falsidade.
17. Incidente de insanidade mental do acusado.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL: TÍTULOS DE CRÉDITO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Teoria geral dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Exigibilidade do crédito cambiário. Duplicatas. Exigibilidade do crédito representado por duplicata. Títulos de crédito impróprios. Conhecimento. Títulos de crédito rural.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito comercial e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Teoria geral dos títulos de crédito. Os títulos de crédito e o novo código civil.
2. Conceito de título de crédito; princípios gerais do direito cambiário; classificação dos títulos de crédito.
3. Letra de câmbio; legislação aplicável.
4. Constituição do crédito cambiário; saque; aceite; endosso; aval; o plano Collor e os títulos de crédito.
5. Exigibilidade do crédito cambiário; vencimento; pagamento; protesto; ação cambial.
6. Nota promissória; requisitos; regime jurídico.
7. Cheque; modalidades do cheque; pagamento do cheque; cheque sem fundos.
8. Duplicatas; duplicata mercantil; causalidade da duplicata mercantil; aceite.
9. Duplicatas; duplicata mercantil; causalidade da duplicata mercantil; aceite.
10. Exigibilidade do crédito representado por duplicata.
11. Títulos de crédito por prestação de serviços.

12. Títulos de crédito impróprios.

13. Títulos representativos.

14. Títulos de financiamento.

15. Títulos de investimento.

16. Conhecimento de depósito e warrant; conhecimento de transporte marítimo; conhecimento de frete original; conhecimento de transporte férreo.

17. Títulos de crédito rural. Cédula rural pignoratícia. Cédula rural hipotecária. Nota de crédito rural. Nota promissória rural. Cédula de produto rural (CPR).

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial – direito de empresa: empresa e estabelecimento, títulos de crédito. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: CONTRATOS EM ESPÉCIE

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Das várias espécies de contrato. Da compra e venda. Das cláusulas especiais à compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Da locação de coisas e imóveis. Do empréstimo. Do comodato. Do mútuo. Da empreitada. Do mandato. Do transporte. Do seguro. Do depósito. Da prestação de serviço. Dos contratos especiais. Dos contratos bancários. Do arrendamento mercantil ou “LEASING”. Da franquia ou “FRANCHISING”. Da faturização ou “FACTORING”. Da comercialização de programa de computador (“SOFTWARE”). Da educação ambiental nos contratos.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral dos contratos e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada, sempre atentos as normas e diretrizes da educação ambiental.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Das várias espécies de contrato

1. Da compra e venda. Das cláusulas especiais à compra e venda.
2. Da troca ou permuta
3. Do contrato estimatório
4. Da doação
5. Da locação de coisas e imóveis
6. Do empréstimo. Do comodato. Do mútuo
7. Da empreitada
8. Do mandato.
9. Do transporte.
10. Do seguro.
11. Do Depósito
12. Da prestação de serviço

Dos contratos especiais

13. Dos contratos bancários
14. Do arrendamento mercantil ou “LEASING”
15. Da franquia ou “FRANCHISING”
16. Da faturização ou “FACTORING”
17. Da comercialização de programa de computador (“SOFTWARE”)
18. A educação ambiental nos contratos

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Contratos e atos unilaterais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.
- WALD, Arnaldo. **Direito civil: contratos em espécie.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.
- DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil. Contratos em espécie.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4. Tomo II.
- CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Direito intertemporal e o novo código de processo civil.** ed. forense - 2016
- MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA : 80h/a

EMENTA:

Das provas. Das audiências. Da Sentença e Coisa julgada. Da Remessa Necessária.

OBJETIVOS:

- desenvolver e estimular o senso crítico e criativo do aluno;
- capacitá-lo ao exercício da profissão.
- proporcionar ao aluno o conhecimento de conceitos jurídicos necessários à atividade profissional.
- proporcionar ao aluno o conhecimento técnico e jurídico necessário para sua atividade profissional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da teoria geral da prova.
 - 1.1. Do depoimento pessoal do réu e da confissão.
 - 1.2. Da prova documental: argüição de falsidade, da produção de prova documental.
2. Da teoria geral da prova
 - 2.1. Da prova testemunhal: do valor da prova testemunhal.
 - 2.2. Da produção da prova testemunhal.
 - 2.3. Da prova pericial e da inspeção judicial
 - 2.4. Da audiência de instrução debates e julgamento.
3. Da extinção do processo
 - 3.1. Sem julgamento de mérito.
 - 3.2. Coisa julgada formal.
 - 3.3. Indeferimento de inicial – causas que levam ao indeferimento.
 - 3.4. Possibilidade, forma e prazo de retratação do juízo.
 - 3.5. Inércia das partes: prazo e efeitos.
 - 3.6. Abandono pelo autor: prazo e efeitos do abandono.
 - 3.7. Ausência de pressupostos processuais: emenda da inicial, forma, prazo.
4. Da Extinção do Processo
 - 4.1. Extinção do processo por preempção, litispendência e coisa julgada: impossibilidade de renovação da ação.
 - 4.2. Ausência de condições da ação.

- 4.3. Convenção de arbitragem.
- 4.4. Desistência: possibilidade, efeitos.
- 4.5. Ações intransmissíveis.
- 4.6. Confusão entre autor e réu.

5. Da extinção do processo

- 5.1. Com julgamento do mérito. Coisa julgada formal.
- 5.2. Diferenças entre coisa julgada formal e coisa julgada material.
- 5.3. Breve comparação entre extinção com e sem mérito.
- 5.4. Causas: acolhimento ou rejeição do pedido do autor.
- 5.5. Reconhecimento do pedido pelo réu: formas e efeitos.
- 5.6. Acordo entre as partes: possibilidade, ações indisponíveis, efeitos da transação.
- 5.7. Homologação do juízo.
- 5.8. Extinção por decadência ou prescrição, declaração de ofício pelo Juízo.
- 5.9. Renúncia do autor: distinção dos efeitos entre a desistência e a renúncia.

6. Da remessa necessária

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. Processo de conhecimento convencional e eletrônico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo I.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

ROCHA, Felipe Borring. manual dos juizados especiais civeis estaduais - teoria e pratica - ed. atlas - 2017

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro. Espécies. Controle difuso. Controle concentrado. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros.

OBJETIVOS:

Desenvolver a formação técnica e prático-jurídica, juízo crítico e reflexivo sobre o direito constitucional, como forma de capacitar o bacharel em direito na compreensão dos textos legais, desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio e na pesquisa e produção científicas, bem como dotar o aluno de conhecimentos sobre o trâmite do processo legislativo e o controle da constituição federal.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro.
2. Espécies de inconstitucionalidade.
3. Momentos de controle.
4. Sistema e vias de controle judicial.
5. Controle difuso.
6. Controle concentrado.

7. ADI (ação direta de inconstitucionalidade) genérica.

8. ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental).

9. ADO (ação direta de inconstitucionalidade por omissão).

10. ADI (ação direta de inconstitucionalidade) interventiva.

11. ADC (ação declaratória de constitucionalidade).

12. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros. Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição. Fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIMÃO, Calil. Elementos do Sistema de Controle de Constitucionalidade. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JUNIOR, Osvaldo Canela. Controle Judicial de Políticas Públicas. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONAVIDES, Paulo. curso de direito constitucional - ed. Malheiros, 2017.

SEXTO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DOS RECURSOS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Teoria geral dos recursos. Princípios processuais aplicáveis. Dos recursos em espécie. Da apelação. Dos agravos. Dos embargos de declaração. Do Recurso Adesivo. Do recurso ordinário. Do recurso especial. Do recurso extraordinário e o requisito da repercussão geral. Dos embargos de divergência e da uniformização da jurisprudência. Do Incidente de Colegialidade Qualificada.

OBJETIVOS:

Proporcionar aos alunos uma visão prática e atual do direito processual civil, colocando-os em condições de estudar, conhecer e dominar as mais recentes inovações legais e doutrinárias, contidas nas modificações de legislação e orientações adotadas por autores e jurisprudência, voltadas para a realidade sócio-econômica hoje vigente no País. Proporcionar ao aluno o conhecimento técnico e jurídico necessário para sua atividade profissional.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Apresentação do programa e breve explanação sobre seu desenvolvimento, forma de avaliação, metodologia e bibliografia básica.
2. Dos recursos: atos de juiz; classificação das decisões; decisões interlocutórias, sentenças e despachos.
3. Princípios processuais: princípio do duplo grau de jurisdição, proibição da reformatio in pejus; conceito de recurso.
4. Pressupostos objetivos dos recursos. pressupostos subjetivos dos recursos.
5. Os recursos no código de processo civil.
6. Classificação dos recursos; efeito dos recursos.
7. Recurso adesivo: cabimento e processamento do recurso.
8. Apelação: conceito de apelação; efeitos de apelação; interposição e processamento; procedimento e julgamento da apelação nos vários tribunais.
9. Agravo: conceito de agravo; efeitos do agravo; espécies de agravo.

10. Cabimento do agravo; procedimento do agravo nos juízos de primeiro grau e nos vários tribunais.

11. Embargos de declaração: conceito de embargos de declaração; pressupostos e efeitos dos embargos de declaração; procedimento dos embargos de declaração nos vários graus de jurisdição.

12. Recurso ordinário: conceito; pressupostos do recurso ordinário; procedimento do recurso ordinário no superior tribunal de justiça e no supremo tribunal federal.

13. Recurso especial: conceito de recurso especial; pressupostos e efeitos do recurso especial; procedimento do recurso especial no juízo “a quo” e no supremo tribunal federal; recurso especial retido; função e natureza jurídica do recurso especial.

14. Recurso extraordinário: conceito; pressupostos e efeitos do recurso extraordinário; procedimento do recurso extraordinário no juízo “a quo” e no supremo tribunal federal; função e natureza jurídica do recurso extraordinário.

15. Da repercussão geral no recurso extraordinário

16. Embargos de divergência em recurso especial e extraordinário: conceito; pressupostos e efeitos do recurso; forma procedimental do recurso. da uniformização da jurisprudência.

17. Do Incidente de Colegialidade Qualificada

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.

PINHO, Humberto Dalla B. **Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil - processo de conhecimento: tutela antecipada, provas, recursos e cumprimento da sentença**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1. Tomo II.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 1.

EQUIPE REVISTA DOS TRIBUNAIS. Novo CPC urgente. Guia esquemático para conhecer o novo CPC. Revista dos Tribunais, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. **Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência do Código Civil de 2002 na Legislação Processual**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: RESPONSABILIDADE CIVIL

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Idéias gerais sobre responsabilidade civil. Elementos essenciais da responsabilidade civil. Os meios de defesa ou as excludentes da ilicitude.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral da responsabilidade civil e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Idéias gerais sobre a responsabilidade civil
2. Elementos essenciais da responsabilidade civil
3. Responsabilidade extracontratual - ação ou omissão do agente, por ato próprio, por ato ou fato de terceiro
4. Dos empresários individuais e das empresas pelos produtos postos em circulação
5. Das pessoas jurídicas e de direito público
6. Pelo fato da coisa, pelo fato ou guarda de animais

7. Responsabilidade contratual. Responsabilidade decorrente dos transportes. Responsabilidade dos estabelecimentos bancários.

8. Responsabilidade dos médicos, cirurgiões plásticos e dentistas. Responsabilidade civil dos advogados. Responsabilidade dos empreiteiros e construtores. Responsabilidade dos depositários e encarregados da guarda e vigilância dos veículos. Acidente de trabalho e responsabilidade civil. Responsabilidade dos tabeliães. Responsabilidade civil ambiental.

9. Da culpa. Conceito. A culpa no cível e no crime. Da relação de causalidade.

10. Do dano e sua liquidação. Do dano indenizável.

11. Dano material. Dano moral. Liquidação do dano em face do direito positivo, doutrina e jurisprudência.

12. Os meios de defesa ou as excludentes da ilicitude. Estado de necessidade. Legítima defesa.

13. Culpa exclusiva da vítima. Fato de terceiro.

14. Caso fortuito e força maior

15. Cláusula de não indenizar

16. Prescrição

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Responsabilidade civil.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 7.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Responsabilidade civil.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta -** 10ª Ed. 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NETTO, Felipe P. Braga. **Responsabilidade civil.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Orlando. Responsabilidade Civil. Forense.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA:

Do crime de moeda falsa. Falsificação de papéis públicos. Falsidade documental. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Criminologia.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno conhecimento dos crimes em espécies, capacitando-o a um aprofundamento do conhecimento técnico-jurídico. Preparar o aluno, com o conteúdo trabalhado, a exercer de forma eficaz a profissão em quaisquer ramos jurídicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da moeda falsa. Da falsificação de papéis públicos.
2. Da falsificação de documento público. Da falsificação de documento particular.
3. Da falsidade ideológica.
4. Falso reconhecimento de firma ou letra. Da certidão ou atestado ideologicamente falso. Da falsidade de atestado médico.
5. Uso de documento falso. Supressão de documento.
6. Falsa identidade. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311 do CPB.
7. Do peculato.
8. Inserção de dados falsos em sistema de informações. Modificação ou alteração não autorizada de sistemas de informações.
9. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

10. Concussão e excesso de exação.
11. Corrupção passiva e corrupção ativa
12. Contrabando e descaminho e facilitação. Conceito de funcionário público.
13. Resistência. Desacato. Desobediência.
14. Trafico de influência e exploração de prestígio.
15. Falso testemunho ou falsa perícia. Coação no curso do processo.
16. Criminologia: conceito, método e objeto.
17. Sociologia criminal. Funções da criminologia.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: Dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos. Vol. V, 7^o.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte especial**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. **Direito penal: parte especial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

CAMPOS, Pedro Franco de; THEODORO, Luis Marcelo de Mileo; BECHARA, Fábio Ramazzinni; ESTEFAM, André. **Direito penal aplicado**. Parte especial do código penal (arts. 121 a 361). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquematizado – Parte Especial**. 4^o ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1^oed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO

CARGA HORÁRIA:40 h/a

EMENTA:

Crimes falimentares. Teoria geral dos títulos de crédito. Conhecimentos. Títulos de crédito rural. O direito dos contratos mercantis. Direito bancário.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito comercial e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Teoria geral do direito falimentar contemporâneo: noções fundamentais. Histórico, conceitos básicos e elementares à recuperação judicial e à falência.

2. Fases do processo; deferimento ou indeferimento da recuperação judicial; ações judiciais em andamento ao tempo do pedido de recuperação judicial; autos de declaração de crédito; verificação e habilitação de créditos; o administrador judicial; o comitê de credores.

3. Recuperação judicial. Conceito e finalidade.

4. O pedido e o processamento a recuperação judicial. Plano de recuperação judicial. O processamento da recuperação judicial.

5. A conversão da recuperação judicial em falência. Hipóteses legais. Regime jurídico do devedor. Conseqüências legais.

6. A falência. O procedimento para a decretação da falência.

7. Os efeitos da falência em relação ao falido. Os efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor. Classificação dos créditos na falência. O pedido de restituição.

8. O encerramento da falência e da extinção das obrigações do falido.

9. A recuperação extrajudicial. Previsão legal. Meio de reorganizar o empresário e a sociedade empresária. Procedimentos.

10. Crimes falimentares. Introdução; elementos específicos do tipo penal falimentar.

11. O direito dos contratos mercantis. Contratos – a unificação do direito obrigacional: conseqüências.

12. Características básicas dos contratos de empresa. Princípios gerais do direito contratual. Princípios acatados pelo novo código civil.

13. A formação dos contratos. O contrato eletrônico. A compra e venda – características e elementos essenciais. Obrigações do vendedor. Tradição e responsabilidade pelos vícios ocultos. Obrigações do comprador.

14. O contrato de crédito documentado. Modalidades específicas: o contrato de fornecimento: a venda pública; o contrato estimatório. Crítica.

15. Direito Bancário. O crédito e as instituições financeiras. Intermediação na circulação da moeda. Mercado financeiro e mercado de capitais. Sistema financeiro nacional: conselho monetário nacional; Banco Central do Brasil – composição e competências. Atividades específicas dos bancos públicos – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Tipos de instituições financeiras privadas.

16. Formas societárias e capital social. Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras. Abertura de crédito. Empréstimos e financiamento. Crédito rotativo. Conta corrente bancária. Desconto bancário.

17. Serviços financeiros e o direito do consumidor – dever de lealdade. Conflito de interesses. O sigilo nas instituições financeiras. Iliquidez e o BCB como garantidor de última instância. Insolvência de instituições financeiras: intervenção e liquidação extrajudicial. Sistema de Pagamentos Brasileiro.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NEGRÃO, Ricardo. **Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta** - 10ª Ed. 2015. Atlas.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas** (lei nº 11.101/2005). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRUSCATO, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUYVEN, Luis Fernando Martins. **Temas Essenciais de Direito Empresarial - Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Introdução ao direito administrativo. A educação ambiental e o direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Princípios da administração pública. Poderes administrativos. Administração pública. Controle da administração pública. Ato administrativo e agentes públicos. Licitação. Conceito. Modalidades. Contratos administrativos. Conceito. Modalidades. Concessão. Parceria- público privada. Responsabilidade civil do estado. Intervenção do estado na propriedade. Desapropriação.

OBJETIVOS:

Relacionar o direito administrativo com outras disciplinas jurídicas e também com outras ciências não jurídicas como a sociologia, a hermenêutica, a educação ambiental e a filosofia com vistas a melhor compreensão do direito administrativo, bem como proporcionar ao aluno o

conhecimento básico das normas gerais administrativas para que ele possa atuar nos procedimentos administrativos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao direito administrativo (origem, objeto, conceito e função administrativa), Fontes do direito administrativo (fonte primária- lei, fontes secundárias: costumes, doutrina, jurisprudência, princípios gerais do direito e do direito público)

2. Princípios do direito administrativo, princípios constitucionais explícitos e implícitos da administração pública (supremacia do interesse público, indisponibilidade do interesse público, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência)

3. Poderes administrativos, administração pública direta- conceito e classificação, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas.

4. Controle da administração pública

5. Atos administrativos- conceito, espécies, - características, atributos e extinção

6. Agentes públicos- conceito, cargo, função e emprego público, lei da improbidade administrativa

7. Agentes públicos- lei de responsabilidade fiscal

8. Licitação. conceito e procedimento, princípios, modalidades e tipos de licitação

9. Inexigibilidade e dispensa de licitação

10. Contratos administrativos. características. forma e prazos e cláusulas exorbitantes, extinção dos contratos administrativos

11. Serviço público. conceito e espécies, concessão, permissão e autorização de serviço público. conceito. características

12. Lei de concessão.aspectos gerais, concessão. modalidades, tipos e extinção

13. Parcerias público privada

14. Responsabilidade civil do estado. conceito e teorias

15. Intervenção do estado na propriedade e na economia. conceito. formas

16. Desapropriação

17. Processo administrativo

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Fábio Bellote. **Elementos de Direito Administrativo**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL: INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO PENAL

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Inquérito policial. Condições de procedibilidade. Ação civil “ex delicto”. Das provas. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Interrogatório e confissão. Reconhecimento das pessoas e das coisas. Documentos. Índícios. Da busca e apreensão. Das provas proibidas. Teoria do fruto da árvore envenenada.

OBJETIVOS:

Preparar o estudante para a correta interpretação e aplicação do direito processual penal, capacitando-o a uma melhor atuação profissional e um colaborador na distribuição da justiça. Fazer com que o aluno possa ter amplo domínio da matéria processual penal, mecanismo esse essencial para o exercício da atividade jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Inquérito policial: noções gerais; natureza do inquérito policial.
2. Inquérito policial: inquéritos extrapoliciais; valor probante; conclusão e remessa. Identificação dactiloscópica; prazos.
3. Dispensabilidade do inquérito policial. Dos procedimentos da Lei 9.099/95.
4. Da ação penal: noções gerais; condições da ação; classificação da ação.
5. Condições de procedibilidade: renúncia; desistência; perdão.
6. Condições de procedibilidade: perempção; preclusão; prescrição; ação penal originária.
7. Da ação civil ex delicto: noções gerais; sistemas de apuração.
8. Influência da sentença penal no cível. Ação cível na esfera penal.
9. Das provas: considerações gerais; classificação.
10. Princípios gerais da prova: sistemas sobre a apreciação da prova.
11. Do exame de corpo de delito. Das perícias em geral.
12. Do interrogatório e da confissão.
13. Das testemunhas. Da acareação.
14. Do reconhecimento das pessoas e das coisas. Dos documentos.
15. Dos indícios.
16. Da busca e apreensão.
17. Das provas proibidas: provas ilícitas e ilegítimas. Teoria do fruto da árvore envenenada.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013

DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E INFORTUNÍSTICA - CUSTEIO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Seguridade Social. Sistema Nacional de Seguridade Social. Assistência Social.

OBJETIVOS:

Desenvolver e estimular o senso crítico e criativo do aluno, capacitando-o ao exercício da profissão. Proporcionar ao aluno o conhecimento de conceitos jurídicos necessários à atividade profissional. Despertar no aluno o interesse pelo contingente histórico do passado a fim de bem compreender os institutos jurídicos dos dias atuais. Fixar conceitos básicos indispensáveis à vida acadêmica e profissional. Levar ao conhecimento do aluno o surgimento da seguridade social no Brasil e no mundo, demonstrando que atualmente o sistema de proteção é baseado em três vertentes: previdência social, assistência social e saúde. Demonstrar ao aluno a diferença entre benefícios e serviços previdenciários, analisando os requisitos necessários para concessão das prestações de seguridade social. Fornecer ao aluno conhecimento quanto aos prazos prescricionais contra a previdência social e contra o beneficiário, além da imprescritibilidade dos serviços.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Origens da proteção social. Evolução histórica
2. Desenvolvimento da seguridade social. Finalidade da seguridade social
3. Sistema nacional de seguridade social. Saúde. Assistência e previdência
4. Da seguridade social
5. Princípios constitucionais
6. Beneficiário da previdência social. Segurados obrigatórios e facultativos. Filiação e inscrição
7. Contribuições, salário de contribuição e benefício
8. Período de manutenção. Perda da qualidade de segurado
9. Período de carência
10. Dependentes. Perda da qualidade de dependentes

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes contra a previdência social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Conceito, 2008

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Previdenciário - Coleção os 10+ - VOL. 6**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco S. **Manual de Direito Previdenciário**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito Previdenciário para concursos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SÉTIMO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Da liquidação e do cumprimento da sentença. Da impugnação. Do processo de execução e seus requisitos. Das partes. Do título. A responsabilidade patrimonial. Das execuções em espécie. Da penhora e do depósito. Avaliação, adjudicação e da alienação de bens do devedor. Dos embargos a execução. Do pagamento ao credor. Das formas de extinção da execução.

OBJETIVOS:

Oferecer aos alunos uma visão prática e atual do direito processual civil, colocando-os em condições de estudar, conhecer e dominar as mais recentes inovações legais e doutrinárias, contidas nas modificações de legislação e orientações adotadas por autores e jurisprudência, voltadas para a realidade sócio-econômica hoje vigente no País.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da liquidação de sentença: cálculos, arbitramento e artigos
2. Do cumprimento da sentença. Da intimação para pagamento e da multa pelo inadimplemento.
3. Da impugnação e seus efeitos.
4. Do processo de execução: requisitos.

5. Do processo de execução: do título executivo, partes, competência.
7. Da penhora e do depósito
8. Da avaliação, adjudicação e da alienação de bens do devedor.
9. Dos embargos à execução
10. Do pagamento ao credor
11. Das formas de extinção da execução.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de processo civil. processo de execução. Dos títulos extrajudiciais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015**. 3 ed, editora Método, 2016

JUNIOR, Fredie Didier. **Regras Processuais no Código Civil - Aspectos da Influência do Código Civil de 2002 na Legislação Processual**. 4ºed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZAVASCKI, Teori Albino. **processo coletivo - tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos** - ed. rt - 2017

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta** - 10ª Ed. 2015. Atlas.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: POSSE E PROPRIEDADE

CARGA HORÁRIA : 80 h/a

EMENTA:

Introdução. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio geral. Propriedade resolúvel, fiduciária, científica, literária e artística.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito de posse e propriedade e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução
2. Da posse. Noções gerais sobre a posse. Classificação da posse. Da aquisição e perda da posse
3. Dos efeitos da posse
4. Da manutenção e da reintegração de posse. Do interdito proibitório. Ações afins aos interditos possessórios
5. Os demais efeitos da posse
6. Dos direitos reais. Disposições gerais
7. Da propriedade. Da propriedade em geral
8. Da aquisição da propriedade imóvel. Da usucapião
9. Da aquisição pelo registro do título. Da aquisição por acessão
10. Da aquisição da propriedade móvel
11. Da perda propriedade
12. Dos direitos de vizinhança
13. Do condomínio geral
14. Do condomínio edilício
15. Da propriedade resolúvel
16. Da propriedade fiduciária
17. Da propriedade científica, literária e artística

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil. Direito das coisas.** 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: direitos reais e intelectuais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

WALD, Arnaldo. **Direito civil: direito das coisas.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Coisas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL: LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E CRIMINOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Crimes contra a ordem tributária. Crimes contra o sistema financeiro. Crimes contra o meio ambiente. Crimes de responsabilidade dos prefeitos. Crimes de imprensa. Crime de racismo: Lei 7.716/1989 e Lei 12.288/2010; Crimes falimentares. Abuso de autoridade. Criminologia. Estatuto da criança e do adolescente. Crimes hediondos. Crimes previstos na Lei 8.666/93. Lei sobre drogas. Estatuto do desarmamento. Código de trânsito brasileiro. Lei Maria da Penha. Propriedade intelectual. Tortura. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Lei de combate às organizações criminosas. Interceptações telefônica.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno conhecimento dos crimes em espécies, capacitando-o a um aprofundamento do conhecimento técnico-jurídico. Preparar o aluno, com o conteúdo trabalhado, a exercer de forma eficaz a profissão em quaisquer ramos jurídicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Dos crimes contra a ordem tributária. Conceito. Dos crimes em espécies.
2. Dos crimes contra o sistema financeiro. Conceito e espécies. Dos crimes contra o meio ambiente. Conceito.
3. Teorias incidentes na lei ambiental. Dos crimes em espécies.
4. Dos crimes de responsabilidades dos prefeitos e vereadores. Conceito e fundamento legal. Dos crimes em espécies.
5. Dos crimes de imprensa. Conceito, fundamento e aplicabilidade. Adequação da Lei de imprensa com a nova realidade constitucional. Dos crimes em espécies.
6. Crimes de racismo: estudo das Leis Lei 7.716/1989 e Lei 12.288/2010. Conceito e espécies. Abuso de autoridade. Conceito e espécies.
7. Dos crimes falimentares. Conceito, fins e aplicabilidade. Dos crimes em espécies.
8. Criminologia. Conceito, importância e aplicabilidade.
9. A criminologia e o direito.
10. Dos crimes previstos no estatuto da criança e adolescente. Conceito, fins e aplicabilidade. Dos crimes em espécies.
11. Dos crimes hediondos. Dos crimes previstos na Lei de Licitação. Finalidade e aplicabilidade.
12. Dos crimes previstos na lei sobre drogas. Conceito e finalidade. Do estudo dos crimes. Das disposições gerais.
13. Dos crimes previstos na Lei 10.826 “Estatuto do Desarmamento”. Conceito e finalidade. Do estudo dos crimes.
14. Dos crimes de trânsito. Finalidade. Lei Maria da Penha. Finalidade.
15. Dos crimes contra a propriedade intelectual. Conceito e finalidade. Dos crimes em espécies.

16. Crime de tortura. Finalidade da lei. Dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Finalidade.

17. Do crime organizado. Conceito e espécies de crimes. Interceptação Telefônica. Finalidade.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação penal especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes hediondos: texto, comentários e aspectos polêmicos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANCTLS, Fausto Martin de. **Crime organizado e lavagem de dinheiro: destinação de bens apreendidos, delação premiada e responsabilidade social**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Victor Rios. **Direito Penal Esquemático – Parte Especial**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da Pena, Limites, Princípios e novos parâmetros**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. **Manual de Direito Penal**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013..

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL: DA PRISÃO E DA LIBERDADE

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Prisão em flagrante. Prisão provisória. Prisão temporária. Prisão administrativa. Medidas Cautelares. Liberdade provisória. Processo comum ou ordinário. Processo sumário. Sentença em geral. Coisa julgada. Habeas Corpus. Lei de execução penal.

OBJETIVOS:

Preparar o estudante para a correta interpretação e aplicação do Direito Processual Penal, capacitando-o a uma melhor atuação profissional e um colaborador na distribuição da Justiça. Fazer com que o aluno possa ter amplo domínio da matéria processual penal, mecanismo esse essencial para o exercício da atividade jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Prisão: conceito.
2. Prisão em flagrante: conceito; espécies.
3. Prisão preventiva: conceito; pressupostos; fundamentos.
4. Prisão temporária: conceito; fundamentos; crimes hediondos; procedimentos.
5. Prisão administrativa: conceito; espécies.
6. Medidas cautelares
7. Liberdade provisória: considerações gerais; conceito; espécies.
8. Liberdade provisória sem fiança: com ou sem vinculação.
9. Liberdade provisória com fiança: fiança; inafiançabilidade; valor da fiança; modalidades; arbitramento; reforço; dispensa; obrigações; concessão; cassação; quebramento; perda.
10. Processo comum ou ordinário: instrução criminal; interrogatório; defesa prévia; diligências; alegações finais.
11. Processo sumário: rito procedimental; testemunhas; procedimento sumário (Lei 9.099/95).
12. Revelia e seus efeitos.
13. Sentença em geral: conceito; classificação; requisitos formais; encargos declaratórios; efeitos; princípios da correlação.
 - 13.1. Sentença condenatória. Sentença absolutória.
14. Coisa julgada: formal e material.

15. Emendatio libeli: muttatio libeli; muttatio libeli com aditamento; justiça alternativa.

16. Habeas Corpus: conceito; competência e processamento.

17. Lei de execução penal: juiz competente; extinção da punibilidade; unificação das penas; progressão e regressão do regime prisional; detração e remição da pena; suspensão condicional da pena; livramento condicional; incidente na execução; procedimento judicial; agravo em execução; indulto.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal anotado**. 26ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MESSA, Ana Flávia. **Da prisão e liberdade**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – CIVIL

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Petição inicial – Procedimento ordinário, sumário e a tutela diferenciada (Monitória). Conteúdo da contestação – Matéria de defesa – Processos de rito ordinário, sumário e os embargos - Ação

monitória; reconvenção; exceções (Incompetência relativa e absoluta e de impedimento e suspeição); impugnação ao valor da causa; memoriais; elaboração de peças práticas de todo o conteúdo ministrado. Teoria geral dos recursos. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo retido. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Recurso ordinário. Recurso extraordinário. Recurso especial. Noções Gerais do processo de execução. Noções gerais do processo cautelar.

OBJETIVOS:

I. Transmitir ao alunado os mecanismos processuais necessários à propositura de uma ação judicial, desde a elaboração da petição inicial, da defesa e da reconvenção nos processos regidos pelo rito ordinário, sumário e especial, até a interposição e resposta dos recursos previstos no código de processo civil e legislação extravagante.

II. Mostrar e instruir o alunado quanto à forma que deve proceder o advogado em uma audiência, com interdisciplina com a ética profissional do advogado, quer seja de conciliação, instrução, debates e julgamento, bem como a deontologia da magistratura e membros do ministério público em relação à prática dos atos processuais, desde o ajuizamento da ação até o trânsito em julgado da sentença. Desenvolver a efetividade do processo.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Petição inicial

- 1.1. procedimento ordinário
- 1.2. procedimento sumário
- 1.3. procedimento especial
- 1.4. ação monitória

2. Contestação nos procedimentos ordinário, sumário e especial, inclusive da ação monitória;

3. Reconvenção;

- 3.1. Teoria e peça processual

4. Exceções (Incompetência relativa, absoluta e de impedimento e suspeição);

- 4.1. Teoria e peça prática;

5. Impugnação ao valor da causa;

- 5.1. Teoria e peça prática;

6. Memoriais - peça prática;
7. Teoria geral dos recursos;
 - 7.1. Teoria geral e requisitos para seu exercício;
8. Apelação;
 - 8.1. Teoria e peça processual;
9. Agravo retido;
 - 9.1. Teoria e peça prática;
10. Agravo de instrumento;
 - 10.1. Doutrina e peça prática;
11. Embargos declaratórios;
 - 11.1. Teoria e peça processual – prática;
12. Embargos de divergência;
 - 12.1. Teoria e peça processual – prática;
13. Embargos infringentes;
 - 13.1. Teoria e peça processual – prática;
14. Recurso ordinário constitucional
 - 14.1. Teoria e peça processual – prática;
15. Recurso extraordinário;
 - 15.1. Teoria e peça processual – prática;
16. Recurso especial;
 - 16.1. Teoria e peça processual – prática;
17. Noções gerais do processo de execução
 - 17.1. Teoria e peça prática;

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. Prática Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, Jaqueline Mielke, COLOMBO, Juliano. Manual De Prática Civil - Teoria E Prática - 8ª Ed. 2017 . Verbo Jurídico.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PALAIÁ, Nelson. tecnica da peticao inicial - ed. saraiva – 2017

VALENTE, Rubem. Direito civil facilitado. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E INFORTUNÍSTICA - BENEFÍCIO
CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Previdência Social. Prestações Previdenciárias. Prescrição Previdenciária. Direito acidentário e educação ambiental.

OBJETIVOS:

Desenvolver e estimular o senso crítico e criativo do aluno, capacitando-o ao exercício da profissão. Proporcionar ao aluno o conhecimento de conceitos jurídicos necessários à atividade profissional. Despertar no aluno o interesse pelo contingente histórico do passado a fim de bem compreender os institutos jurídicos dos dias atuais. Fixar conceitos básicos indispensáveis à vida acadêmica e profissional. Levar ao conhecimento do aluno o surgimento da seguridade social no Brasil e no mundo, demonstrando que atualmente o sistema de proteção é baseado em três vertentes: previdência social, assistência social e saúde. Demonstrar ao aluno a diferença entre benefícios e serviços previdenciários, analisando os requisitos necessários para concessão das prestações de seguridade social. Fornecer ao aluno conhecimento quanto aos prazos prescricionais contra a previdência social e contra o beneficiário, além da imprescritibilidade dos

serviços. Apresentar a importância da educação ambiental para a formação do cidadão e seus benefícios.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Prestações previdenciárias (benefícios e serviços). Aposentadoria por idade
2. Salário-família. Salário-maternidade. Pensão por morte. Auxílio reclusão
3. Direito acidentário. Riscos e prevenções.
4. Auxílio acidente.
5. Ação acidentária, competência e papel do ministério público
6. Ação acidentária.
7. Prescrição previdenciária: contra a previdência social e contra e beneficiário.

Serviços: imprescritibilidade

8. Educação Ambiental e o direito acidentário

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes contra a previdência social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Conceito, 2008

NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Previdenciário - Coleção os 10+ - VOL. 6**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed. 2015. Atlas.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco S. **Manual de Direito Previdenciário**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALENCAR, Hermes Arrais. Direito Previdenciário para concursos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

OITAVO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Dos procedimentos especiais. Da consignação em pagamento. Da ação de Exigir Contas. Das ações possessórias. Da divisão e demarcação de terras. Da dissolução parcial de sociedades. Do inventário e da partilha. Dos embargos de terceiro. Da oposição. Da habilitação e da restauração dos autos. Das ações de família. Da ação monitória. Da homologação de Penhor Legal. Da regulação de avaria grossa. Do Juizado Especial Cível. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária.

OBJETIVOS:

Transmitir ao alunado os mecanismos processuais e particularidades, à luz da lei, doutrina e jurisprudência, que envolvem o processo de execução, cautelar, procedimentos especiais e de jurisdição voluntária. Possibilitar ao aluno os conhecimentos teóricos necessários a proporcionar o ingresso em Juízo com a ação que melhor tutele os interesses do interessado, bem como sua defesa em Juízo, e os recursos correlatos até o trânsito em julgado da sentença.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Apresentação do professor, conteúdo programático e da metodologia de aula e de avaliação.
2. Dos procedimentos especiais. Especificidades.
3. Da consignação em pagamento – Judicial e Extrajudicial.

4. Da ação de exigir contas
5. Das ações Possessórias
6. Da divisão e demarcação de terras
7. Da dissolução parcial de sociedade
8. Do inventário e da partilha
9. Dos embargos de terceiro
10. Da oposição
11. Da habilitação e da restauração dos autos
12. Das ações de família
13. Da ação monitória
14. Da homologação de penhor legal
15. Da regulação de avaria grossa
16. Do Juizado Especial Cível
17. Dos procedimentos de jurisdição voluntária

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. Curso completo no novo processo civil. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

PINHO, Humberto Dalla B. Direito Processual Civil Contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed. 2017. Atlas.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

FUX, Luiz, NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC comparado – o código de processo civil lei 13.105/2015. 3 ed, editora Método, 2016

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil v. 3 - execução - 16ª edição, 2017

LENZA, Pedro. oab esquematizado - 1º fase - vol. Único. ed. Saraiva – 2017

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Enfitese.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral dos direitos reais sobre coisas alheias e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da superfície
2. Das servidões
3. Do usufruto
4. Do usufruto - continuação
5. Do uso
6. Do uso - continuação
7. Da habitação
8. Do Direito do promitente comprador
9. Do Direito do promitente comprador - continuação
10. Dos direitos reais de garantia
11. Disposições gerais
12. Disposições gerais - continuação
13. Do penhor
14. Do penhor – continuação

15. Da hipoteca

16. Da anticrese

17. Da enfiteuse

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das coisas.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil. Direito das coisas.** 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: direitos reais e intelectuais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

WALD, Arnoldo. **Direito civil: direito das coisas.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 4.

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil.** 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro. **direito intertemporal e o novo código de processo civil.** ed. forense - 2016

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO: SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Sistema Tributário Nacional. Das limitações ao poder de tributar. Princípios constitucionais e educação ambiental. Competências. Do princípio da legalidade estrita. Da igualdade tributária. Da irretroatividade. Da anterioridade normal e nonagesimal. Da utilização do tributo com efeito

de confisco. Da limitação ao tráfego. Da uniformidade geográfica. Repartição das receitas tributárias.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno o conhecimento básico sobre a matéria e questões relativas à educação ambiental, assim como, a legislação pertinente e sua aplicação dentro da disciplina de prática tributária, bem como as decisões recentes dos tribunais sobre as questões envolvendo a área da disciplina.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Sistema constitucional tributário. Conceito e finalidade
2. Das limitações ao poder de tributar
3. Princípios constitucionais tributários
4. Da Legalidade estrita
5. Da igualdade e capacidade contributiva
6. Da irretroatividade tributária
7. Da anterioridade normal
8. Da anterioridade nonagesimal
9. Da utilização do tributo com efeito de confisco
10. Da limitação ao tráfego
11. Da uniformidade geográfica
12. Competência tributária
13. Competência da união
14. Competência do estado
15. Competência dos municípios
16. Repartição das receitas tributárias
17. Repartição das receitas tributárias

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de direito tributário**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: constituição e código tributário nacional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, Alexandre Barros. **Noções de Direito Tributário**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – PENAL

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Organização judiciária. Auto de prisão em flagrante. Varas Criminais. Tribunal do Júri. Processo. Denúncia. Denúncia. Liberdade provisória e relaxamento de prisão. Do pedido de revogação de prisão preventiva. Defesa prévia. Recursos. Alegações finais. Sentença. Habeas Corpus. Mandado de segurança. Revisão criminal. Lei de execução penal.

OBJETIVOS:

Organização judiciária. Auto de prisão em flagrante. Varas Criminais. Tribunal do Júri. Processo. Denúncia. Denúncia. Liberdade provisória e relaxamento de prisão. Do pedido de revogação de prisão preventiva. Defesa prévia. Recursos. Alegações finais. Sentença. Habeas Corpus. Mandado de segurança. Revisão criminal. Lei de execução penal.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Organização judiciária do estado de São Paulo: competência (DIPO). Organização Policial no Estado de São Paulo.
2. Auto de prisão em flagrante: termo circunstanciado (Lei 9.099/95). Audiências: tentativa de conciliação e transação penal.
3. Varas criminais no estado de São Paulo.
4. Varas criminais nos fóruns regionais da capital-SP.
5. Tribunal do Júri (Organização das Varas Competentes na Capital e no Estado).
6. O processo.
7. Denúncia. Elaboração de peça e suas particularidades na prática.
8. Da Liberdade provisória e do relaxamento da prisão: orientação na elaboração de peças.
9. Do pedido de revogação de prisão preventiva. Do pedido de revogação de prisão temporária. Orientação na elaboração de peças.
10. Da defesa Prévia:
11. Dos recursos: peças práticas.
12. Das alegações finais, conforme art 406 do CPP (Tribunal do Júri)
13. Sentença.
14. Do “habeas corpus”. Técnicas de elaboração.
15. Mandado de segurança.
16. Revisão criminal.
17. Lei de execução penal: peças práticas.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. **Prática forense penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHAVES, Luiz Gonzaga. **Exame da OAB – penal – 2ª fase**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de processo penal: teoria e prática**. 4ª ed. São Paulo: HM Editora, 2005.

MASSON, Cleber, VILHENA, Júnior, ERNAN, Menezes. **Prática Penal - Ministério Público - 3ª Ed.** 2017. Elsevier/Método.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MESSA, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da OAB**. 6ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PALAIÁ, Nelson. **tecnica da petição inicial**, ed. saraiva – 2017

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL: PROCEDIMENTOS E RECURSOS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Processos dos crimes de competência do júri. Nulidades. Recursos gerais. Recursos em sentido estrito. Apelação. Apelação das decisões do tribunal do júri. Protesto por novo júri. Revisão criminal. Recurso extraordinário. Recurso especial. Recurso ordinário constitucional. Correição parcial. Embargos de declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Mandado de segurança. Procedimentos especiais.

OBJETIVOS:

Preparar o estudante para a correta interpretação e aplicação do direito processual penal, capacitando-o a uma melhor atuação profissional e um colaborador na distribuição da justiça. Fazer com que o aluno possa ter amplo domínio da matéria processual penal, mecanismo esse essencial para o exercício da atividade jurídica.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Processo dos crimes de competência do júri: princípios constitucionais; sumário da culpa; diligências; da pronúncia; da impronúncia; despronúncia; desclassificação; absolvição sumária; libelo; desaforamento; organização do júri.

2. Nulidades: nulidades em geral; nulidades em espécies; argüição, saneamento e efeitos.

3. Recursos gerais: fundamentos; pressupostos e requisitos; impetração; tempestividade; interesse e sucumbência; recursos de ofício; classificações; juízo de admissibilidade; fungibilidade; desistência; efeitos; extinção.

4. Recurso em sentido estrito: conceito; cabimento; hipóteses legais; competência para julgamento; prazos e processamento; efeitos.

5. Apelação: conceito; apelação plena e apelação limitada; interesse; legitimidade; renúncia e desistência; apelação de sentença do juiz singular.

6. Apelação: conceito; apelação plena e apelação limitada; interesse; legitimidade; renúncia e desistência; apelação de sentença do juiz singular.

7. Apelação das decisões do tribunal do júri: prazo; processamento; liberdade provisória; deserção; efeitos; reformatio in pejus; reformatio in melius.

8. Processamento e julgamento dos recursos em sentido estrito, apelações e embargos: competência; processamento; diligências; desclassificação;

9. Revisão criminal: conceito e natureza jurídica; legitimidade; processamento e competência; decisão e efeitos; admissibilidade.

10. Recurso extraordinário: conceito e pressupostos; legitimidade e cabimento; interposição, impugnação e juízo de admissibilidade.

11. Recurso especial;

12. Recurso ordinário constitucional;

13. Correição parcial;

14. Embargos de declaração;

15. Embargos infringentes e de nulidade;

16. Mandado de segurança;

17. Procedimentos especiais: processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos; processo e julgamento dos crimes de calúnia, difamação e injúria, da competência do juiz singular; crime organizado e interceptação telefônica; lavagem de dinheiro; código do consumidor; código eleitoral.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **O direito penal e processual penal na visão dos tribunais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de Processo Penal - 21ª Ed.** 2017. Atlas.

NETO, Ameleto Masini. **Processo Penal Coleção OS 10+ VOL. 8**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Requisitos do trabalho monográfico. Etapas da construção monográfica. Elaboração e estrutura do projeto de pesquisa. Estrutura e formatação da monografia. Notas de rodapé. Postura e linguagem perante a banca examinadora.

OBJETIVOS:

Estimular no aluno a capacidade de desenvolvimento de um trabalho científico, sob a égide da organização de pensamento, senso crítico e coordenação de idéias. Transmitir o conhecimento metodológico possibilitando ao aluno expressar os resultados da pesquisa de forma cientificamente lógica e sistematizada. Apresentar diretrizes técnicas e operacionais visando estimular no aluno a adoção de uma postura de pesquisador rumo à construção do conhecimento. Dotar o aluno de capacidade para elaborar um projeto de pesquisa e sua postura perante à banca.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Abordagem e conscientização da importância da matéria no contexto curricular do curso, explicações procedimentais do projeto de monografia na universidade, portaria n. 09/2004.
2. Pré-requisitos do trabalho científico
 - 2.1. Demonstração
 - 2.2. Raciocínio.
3. Trabalho Monográfico
 - 3.1. Monografia: conceito
 - 3.2. Da necessidade do uso da linguagem científica.
4. Fases da elaboração da monografia
 - 4.1. Fase heurística:
 - 4.2. Regras para escolha do tema
5. Escolha do tema provisório (observando as linhas de pesquisa)
6. Fase projetiva
 - 6.1. Elaboração de fichamentos como técnica de pesquisa
7. Elaboração do projeto de pesquisa. Função. Estrutura e formatação.
 - 7.1 Estrutura do projeto
 - 7.2 Elementos ante-textuais
8. Elementos textuais
 - 8.1. Tema
 - 8.2. Problema (problematização)
 - 8.3. Objetivos, justificativas, métodos e técnicas
 - 8.4. Fundamentação teórica
 - 8.5. Cronograma de atividades
 - 8.6. Referências bibliográficas
9. Fase executiva
 - 9.1. Desenvolvimento do trabalho monográfico
 - 9.2. Elementos ante-textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão)
10. Fase executiva
 - 10.1. Desenvolvimento do trabalho monográfico
 - 10.2. Elementos ante-textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão)

11. Formação de parágrafos
 - 11.1. formação de capítulos (variáveis)
 - 11.2. citações e paráfrases
12. Referências bibliográficas (uso e indicação)
13. Elementos pós-textuais.
 - 13.1. Anexos. O que pode ser anexo?
14. Formatação da monografia
 - 14.1. Regras da ABNT
15. Formatação da monografia
 - 15.1. Regras da ABNT
16. Postura, linguagem e raciocínio diante da banca examinadora

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Guia de metodologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N.A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Makron, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Jurídica - 5ª Ed.** 2016. Del Rey.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMO, Pedro. **Praticar Ciência – Metodologias do Trabalho Científico**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

NONO SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DO PROCESSO COLETIVO E DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS I

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Principais institutos do Direito Processual civil coletivo. Histórico das ações coletivas no mundo e no Brasil. Ações coletivas no Código de Processo Civil brasileiro. Conciliação, Mediação e Arbitragem

OBJETIVOS:

Transmitir ao alunado os mecanismos processuais e particularidades, à luz da lei, doutrina e jurisprudência, que envolvem o processo de execução, cautelar, procedimentos especiais e de jurisdição voluntária. Possibilitar ao aluno os conhecimentos teóricos necessários a proporcionar o ingresso em Juízo com a ação que melhor tutele os interesses do interessado, bem como sua defesa em Juízo, e os recursos correlatos até o trânsito em julgado da sentença.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Institutos do processo civil coletivo
2. Ações coletivas no Brasil
3. Ações coletivas no CPC
4. Conciliação
5. Mediação
6. Arbitragem

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed.** 2017. Atlas.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, R.T. **Novo Curso de Processo Civil – Vol. 3 – Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferentes– 3ª Ed.** 2017

MACEDO, Elaine Harzheim / THAMAY, Rennan Faria Krüger / TESHEINER, José Maria. **Procedimento Comum - da Petição Inicial À Sentença - Col. Inovações No Processo Civil Brasileiro**. 2015. Juruá.

LENZA, Pedro. **Oab esquematizado - 1º fase - vol. Único**. ed. saraiva - 2017

DISCIPLINA: DIREITO DAS FAMÍLIAS

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Introdução ao direito das famílias. Do direito pessoal. Do casamento. Da dissolução do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável e do concubinato. Da tutela e da curatela.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito das famílias e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Introdução ao Direito das Famílias

1. As novas famílias no direito brasileiro

Do direito pessoal

2. Do casamento. Disposições gerais.
3. Do processo de habilitação para o casamento
4. Dos impedimentos.
5. Das causas suspensivas.
6. Da oposição dos impedimentos e causas suspensivas
7. Da celebração do casamento.
8. Das provas do casamento.
9. Espécies de casamento válido.
10. Da inexistência e da invalidade do casamento.
11. Da eficácia jurídica do casamento.
12. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal
13. Da união estável e do concubinato
14. Das relações de parentesco.
15. Da filiação.
16. Do reconhecimento dos filhos
17. Do poder familiar

Do Direito Patrimonial

18. Do regime de bens entre os cônjuges
19. Do pacto
20. Do regime de comunhão universal de bens
21. Do regime de comunhão parcial de bens
22. Do regime de separação de bens
23. Da Separação legal de bens
24. Do regime de participação final nos aqüestos
25. Do regime de participação final nos aqüestos - continuação
26. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores
27. Dos alimentos

28. Dos alimentos - continuação
29. Do bem de família
- 30 - Direito protetivo
31. Da tutela
32. Da curatela
33. Da adoção
34. E.C.A.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito de família.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 5.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito de família.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 6.
- LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- SILVA, Tavares, BEATRIZ, Regina De Almeida Camargo Neto, GRANDES, Theodureto. **Grandes Temas de Direito de Família e Das Sucessões – Vol. 2.** Saraiva.
- MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil – direito de família.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 2.
- NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de Direito Civil - Família** - Col. Manuais Instrumentais Para Graduação. RT.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Direito intertemporal e o novo código de processo civil.** ed. forense - 2016
- MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO: FORMAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Atividade financeira do estado. Fontes do direito tributário. Vigência, interpretação e aplicação das leis tributárias. Dos tributos (conceitos e espécies). Obrigação tributária. Fato gerador. Imunidades tributárias. Crédito tributário. Suspensão. Extinção. Repetição do indébito tributário. Das garantias e privilégios tributários. Dos impostos em espécie. Prescrição e decadência.

OBJETIVOS:

Proporcionar ao aluno o conhecimento básico sobre a matéria, assim como, a legislação pertinente e sua aplicação dentro da disciplina de direito tributário, bem como as decisões recentes dos tribunais sobre as questões envolvendo a área da disciplina. Apresentar aos alunos, do ângulo jurídico, o universo dos problemas tributários à luz da teoria geral do direito tributário, qualificá-lo para atividade profissional pertinente e prepará-lo para julgamento crítico.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da atividade financeira do estado
2. Fontes do direito tributário
3. Da sistemática do C.T.N
4. Vigência, aplicação e interpretação da norma tributária
5. Relação jurídica tributária. Partes e objeto
6. Competência e capacidade tributária
7. Contribuinte e responsáveis
8. Espécies tributárias. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição social e empréstimos compulsórios e interventivas
9. Da obrigação tributária. Obrigação principal e acessória
10. Do lançamento tributário. Tipo de lançamento
11. Contribuinte e responsáveis
12. Das imunidades tributárias e suas espécies
13. Crédito tributário
14. Suspensão do crédito tributário. Moratória e parcelamento

15. Depósito do montante e reclamações e recursos administrativos, liminar e tutela antecipada, extinção do crédito tributário. Pagamento, consignação em pagamento, repetição do indébito tributário

16. Prescrição e decadência

17. Das garantias e privilégios dos créditos tributários

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de direito tributário**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta - 10ª Ed.** 2015. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: constituição e código tributário nacional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BECHO, Renato Lopes. **Lições de Direito Tributário – Teoria Geral e Constitucional**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

VALENTE, Rubem. **Direito civil facilitado**. Editora Método, 2017.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Introdução ao direito processual do trabalho. Formas de solução dos conflitos trabalhistas. Princípios do direito processual do trabalho. Organização e funcionamento da justiça do trabalho. Normas de direito processual do trabalho. Competência da justiça do trabalho. Ação trabalhista. Dissídio Individual. Nulidades no direito processual do trabalho.

OBJETIVOS:

O acadêmico vir a reconhecer direitos e obrigações trabalhistas dentro de nossa legislação, para aplicar perante o poder judiciário. O acadêmico vir a reconhecer direitos e obrigações trabalhistas dentro de nossa legislação para defender direitos e satisfazer obrigações na esfera judicial e extrajudicial.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao direito processual do trabalho:
 - 1.1. Conceito
 - 1.2. Autonomia do direito processual do trabalho;
 - 1.3. Relação do direito processual do trabalho com os outros ramos do direito.
2. Formas de solução dos conflitos trabalhistas:
 - 2.1. Autodefesa
 - 2.2. Autocomposição;
 - 2.2.1. Comissões prévias de conciliação;
 - 2.3. Heterocomposição;
 - 2.3.1. Mediação;
 - 2.3.2. Arbitragem;
 - 2.3.3. Jurisdição;
3. Princípios do direito processual do trabalho:
 - 3.1. Princípios gerais;
 - 3.2. Princípios do direito processual do trabalho;
 - 3.3. Princípio protecionista;
 - 3.4. Outros princípios;
4. Organização e funcionamento da justiça do trabalho:
 - 4.1. Introdução;
 - 4.2. Tribunal Superior do Trabalho;
 - 4.3. Tribunal Regional do Trabalho;

4.4. Varas do Trabalho;

4.5. Composição e Funcionamento.

5. Normas de direito processual do trabalho:

5.1. Fontes do direito processual do trabalho;

5.2. Aplicação das normas;

5.3. Eficácia;

5.4. Interpretação;

5.5. Integração.

6. Competência da justiça do trabalho:

6.1. Competência material;

6.2. Competência em razão das pessoas;

6.3. Competência em razão do lugar;

6.4. Competência por distribuição;

6.5. Foro de eleição;

6.6. Competência funcional;

6.7. Incompetência da justiça do trabalho.

7. Ação trabalhista:

7.1. Natureza jurídica da ação;

7.2. Elementos da ação;

7.3. Classificação da ação;

7.4. Condições da ação;

7.5. Pressupostos de existência e validade do processo.

8. Dissídio individual:

8.1. Dissídio individual;

8.2. Partes;

8.3. O advogado e o “jus postulandi”;

8.4. Audiência

8.5. Introdução;

8.6. Divisão;

8.7. Forma

8.8. Comparecimento das partes e do juiz

8.9. Desenvolvimento da audiência

8.10. Ausência das partes;

8.11. Ordem para a produção das provas;

9. Resposta do réu

9.1. Exceções;

9.2. Contestação;

9.3. Preliminares;

9.4. Reconvenção;

9.5. Suspensão do processo;

9.6. Conciliação;

10. Provas:

10.1. Conceito;

10.2. Natureza;

10.3. Objetivo e finalidade;

10.4. Princípios;

10.5. Momento e lugar da produção das provas;

10.6. Ônus da prova;

10.7. Prova documental;

10.8. Prova oral;

10.9. Prova Pericial;

11. Alegações finais

11.1. Momento da apresentação;

11.2. Forma;

11.3. Efeitos;

12. Sentença

12.1. Conceito;

12.2. Finalidade;

12.3. Modalidade de sentença;

12.4. Natureza jurídica;

12.5. Estrutura da sentença;

12.6. Conteúdo da sentença;

12.7. Procedimento;

13. Recursos

- 13.1. Princípios;
- 13.2. Pressupostos;
- 13.3. Recurso ordinário;
- 13.4. Recurso de revista;
- 13.5. Embargos;
- 13.6. Agravo de petição;
- 13.7. Agravo de instrumento;
- 14. Dos procedimentos especiais**
 - 14.1. Inquérito para apuração de falta grave;
 - 14.2. Ação rescisória;
 - 14.3. Mandado de segurança
 - 14.4. Medidas cautelares;
 - 14.5. Tutela cautelar antecipada;
- 15.- Nulidades no direito processual do trabalho:**
 - 15.1. Sistema das nulidades;
 - 15.2. Vícios;
 - 15.3. Princípios das nulidades;
 - 15.4. Nulidades do direito processual do trabalho;
 - 15.5. Regras para pronunciamento das nulidades.
- 16. Execução**
 - 16.1. Título executório;
 - 16.2. Liquidação de sentença;
 - 16.3. Citação e penhora;
- 17. Meios impugnativos na execução

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THOME, Candy Florencio, SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Direito Processual do Trabalho** - Curso de Revisão e Atualização. Elsevier - Campus.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho – doutrina e prática forense**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. Conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao processo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do trabalho sintetizado**. Editora Método, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Processo do Trabalho**. Atlas.

SOUZA, Josyanne Nazareth. **Direito Processual do Trabalho- Pockets Jurídicos 33** . 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Noções básicas sobre o direito do consumidor. Proteção das relações de consumo. Teoria geral do direito do consumidor. Proteção do consumidor no âmbito civil. Proteção do consumidor no âmbito administrativo. Proteção do consumidor no âmbito penal. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional.

OBJETIVOS:

1- Dar condições aos alunos para que estes adquiram conhecimentos básicos da disciplina, tanto teórico como prático, bem como desenvolver a capacidade de interpretar e aplicar os conceitos legais, com lógica, clareza e exatidão, aprofundando-lhes o senso crítico, despertando o espírito ético e democrático, no intuito de formar cidadãos capazes de interagir na sociedade.

2- Conscientizar os alunos da importância da defesa do consumidor como instrumento de trabalho em geral, em especial, na área das ciências Jurídicas.

3- Proporcionar situações aos alunos que os levem a compreender a importância do aprendizado para seu crescimento intelectual, cultural e profissional.

4- Conscientizar os alunos de que o aprendizado da disciplina aqui tratada os levarão a ter acesso às mais diversas situações que circundam as relações sociais, tornando-os capazes de contribuir ativamente para o progresso individual e coletivo dentro da realidade social.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Proteção das relações de consumo
 - 1.1. A evolução nas relações de consumo
 - 1.2. Política nacional de relações de consumo.
 - 1.3. Objetivos
 - 1.4. Princípios constitucionais de proteção ao consumidor
 - 1.5. A vulnerabilidade do consumidor
 - 1.6. Instrumentos de defesa do consumidor
2. Teoria geral do direito do consumidor
 - 2.1. Conceito de consumidor
 - 2.2. Conceito de fornecedor
 - 2.3. Direitos básicos do consumidor
3. Teoria geral do direito do consumidor
 - 3.1. Conceito de produto e de serviço
 - 3.2. Serviços públicos nas relações de consumo
 - 3.3. Princípios básicos do consumidor
4. Proteção do consumidor no âmbito civil
 - 4.1. Da responsabilidade civil do fornecedor
 - 4.1.1. Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço
 - 4.1.1.1. Responsabilidade objetiva
 - 4.1.1.2. Responsabilidade do profissional liberal
 - 4.1.1.3. Responsabilidade do comerciante
 - 4.1.1.4. Requisitos da responsabilidade
 - 4.2. Tipos de defeito e campo de abrangência

4.3. Prescrição

5. Proteção do consumidor no âmbito civil

5.1. Responsabilidade por vício do produto e do serviço

5.2. Tipos de vícios

5.3. A garantia legal e o regime de responsabilização

5.4. Prazos para reclamar

5.5. Requisitos da responsabilidade por vício

5.6. Exclusão da responsabilidade

6. Proteção do consumidor no âmbito civil

6.1. Responsabilidade nos serviços públicos

6.2. Desconsideração da personalidade jurídica

6.3. Inversão do ônus da prova

6.4. Das práticas comerciais

6.4.1. Da oferta

6.4.2. Requisitos

6.4.3. Campo de abrangência

6.4.4. Regime de responsabilização

6.4.5. Oferta de componentes e peças de reposição

7. Proteção do consumidor no âmbito civil

7.1. Da publicidade

7.1.1. Publicidade clandestina

7.1.2. Publicidade enganosa: efeito sobre o consumidor

7.1.3. Ampla garantia

7.1.4. O chamariz

7.1.5. Informação distorcida

7.1.6. Parâmetros para a aferição da enganiosidade

7.1.7. Publicidade enganosa por omissão.

8. Proteção do consumidor no âmbito civil

8.1. Publicidade abusiva

8.2. Publicidade subliminar e seus efeitos

8.3. Das práticas abusivas e sua vedação

8.3.1. Conceito de práticas abusivas

- 8.3.2. Análise das práticas abusivas
- 8.3.3. Regime de responsabilização
- 8.3.4. Exigência de prévio orçamento
- 8.3.5. O cadastro de fornecedores.

9. Proteção do consumidor no âmbito civil

- 9.1. Da proteção contratual
- 9.2. Limitações à liberdade de contratar
- 9.3. Requisitos do contrato de consumo
- 9.4. Princípios norteadores
- 9.5. Adimplemento e invalidação dos contratos
- 9.6. A função social do contrato

10. Proteção do consumidor no âmbito civil

- 10.1. Cláusulas abusivas e sua nulidade
- 10.2. O direito de arrependimento
- 10.3. Contratos de crédito e financiamento
- 10.4. Contratos de compra e venda e alienação fiduciária
- 10.5. Contratos de consórcio
- 10.6. Contratos de adesão
- 10.7. Revisão dos contratos

11. Proteção do consumidor no âmbito administrativo

- 11.1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC
- 11.2. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC
 - 11.2.1. Procons estaduais e municipais
 - 11.2.2. As entidades civis
 - 11.2.3. O Ministério Público

12. Proteção do consumidor no âmbito administrativo

- 12.1. Práticas infrativas
- 12.2. Sanções administrativas
- 12.3. A fiscalização e aplicação das sanções administrativas
- 12.4. Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e seu Conselho Gestor

13. Proteção do consumidor no âmbito penal

- 13.1. A tutela penal no CDC

- 13.2. Análise sucinta dos tipos penais no CDC
- 14. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional**
 - 14.1. Generalidade sobre tutela individual e coletiva
 - 14.2. Tutela individual
 - 14.3. Tutela coletiva
- 15. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional**
 - 15.1. Os provimentos antecipatórios
 - 15.1.1. As ações cautelares
 - 15.1.2. A liminar na ação principal
 - 15.1.3. A tutela antecipada
- 16. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional**
 - 16.1. Ação civil pública
 - 16.1.1. Conceito
 - 16.1.2. Legitimidade para agir
 - 16.1.3. Foro competente
 - 16.1.4. Coisa julgada
- 17. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional**
 - 17.1. Ação civil coletiva
 - 17.1.1. Conceito
 - 17.1.2. Legitimação para agir
 - 17.1.3. Foro competente
 - 17.1.4. Sentença e coisa julgada
 - 17.1.5. Liquidação e execução de sentença

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juízo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **A nova interpretação do código brasileiro de defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOLZAN, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor – Direito Processual**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SMANIO, Giampaolo Poggio. **Direito Do Consumidor Coleção os 10+ - Vol. 13** . 1ªed, São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: BIODIREITO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Da bioética ao biodireito. Alimentos geneticamente modificados. Reprodução humana assistida. Eutanásia. Hemotransfusão e a administração de escolhas religiosas. Doações de órgãos.

OBJETIVOS:

Abordar o conceito de Biodireito e Bioética e seus questionamentos, estimulando a reflexão crítico-valorativa do aluno sobre os diferentes posicionamentos apresentados pelos temas propostos e suas relações com o ordenamento jurídico.

PROGRAMA DE DISCIPLINA:

1. Conceito de bioética e biodireito
2. Alimentos geneticamente modificados
3. Reprodução humana assistida
4. Eutanásia
5. Doação de órgãos

6. Adequação sexual
7. Experiência em seres humanos
8. Erro médico
9. Hemotransfusão e religião

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEITE, José Rubens Morato; Antônio Carlos Wolkmer orgs. **Os ‘novos’ direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOUREIRO, Cláudia Regina Magalhães. **Introdução ao biodireito**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Princípios do direito processual ambiental – a defesa judicial do patrimônio genético, do meio ambiente cultural, do meio ambiente artificial, do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente natural no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Vitor da. **bioética - visão multidimensional**. ed. erica - 2015

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabos. **Curso de Bioética e Biodireito**. 2ºed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Bioética, biodireito e modernização**. Razão e humanização. Juruá, 2015.

DELFIN, Marcio Rodrigo. **Noções Básicas de Bioética e Biodireito**. Lumen Juris.

DISCIPLINA: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Conceito de ética e moral. Pensamento ético contemporâneo. Ética e Direitos Humanos. Princípios fundamentais. Educação Ambiental. A ética profissional no dia a dia do futuro

profissional de direito e do advogado militante. Assimilação dos deveres e direitos no exercício da advocacia, a sua importância e indispensabilidade à administração da justiça. O estatuto da advocacia e o código de ética detalham o acervo deontológico que o advogado deve materializar em sua atividade profissional. Reúnem todos os contornos comportamentais para que o advogado possa bem representar os interesses dos seus constituintes, elevando, de forma sempre ascendente, o relacionamento com os demais profissionais do direito, numa projeção superior da advocacia. Uma das mais nobres missões do advogado é preservar direitos, aperfeiçoar as instituições e manter em posição elevada o estado democrático de direito.

OBJETIVOS:

1. Conscientizar o acadêmico sobre a importância da ética geral, da educação ambiental e da ética profissional na carreira advocatícia para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades dentro dos cânones deontológicos. O relacionamento com as demais carreiras será uma realidade plena de êxitos, na direta proporção do respeito que efetivará no exercício da carreira do advogado, assim como, pela reciprocidade, será igualmente respeitado na missão de defender os direitos e conhecer os tribunais nos quais procederá as apelações.
2. Levar o acadêmico a comportar-se de forma escorreita na defesa dos direitos constituídos pelos clientes, potencializando ao máximo os conhecimentos jurídicos, sem quaisquer ofensas aos relacionamentos com as demais carreiras: magistratura, promotoria, procuradoria, polícia civil e demais entidades de direito público. Conscientizar o futuro profissional sobre os seus deveres éticos, que apresentam campos sancionadores, a fim de que a profissão seja a mais produtiva, sem soluções de continuidade no que tange às transgressões disciplinares. Os detalhamentos sobre os tribunais lhe produzirão segurança advocatícia.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Conceito de ética e moral
2. Pensamento ético contemporâneo.
3. Ética e direitos humanos
4. Educação ambiental
5. Da atividade de advocacia.
2. Dos direitos do advogado.
3. Da inscrição.

4. Da sociedade de advogados.
5. Do advogado empregado.
6. Dos honorários advocatícios.
7. Das incompatibilidades e impedimentos.
8. Da ética do advogado.
9. Das infrações e sanções disciplinares.
10. Das regras deontológicas fundamentais.
11. Das relações com o cliente.
12. Do sigilo profissional. Da publicidade.
13. Do dever de urbanidade. Do processo disciplinar.
14. Tribunal de ética e disciplina: estrutura e produções.
 - 14.1. A inscrição na Ordem dos Advogados para advogados e estagiários.
15. Tabela de honorários (importância e possíveis punições).
16. Seções da OAB-SP (organização e funcionamento).
17. Subseções da OAB/SP (organização e funcionamento).

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LÔBO, Paulo. **Comentários ao estatuto de advocacia e da OAB**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Josyanne Nazareth de; COLNAGO, Rodrigo. **Ética profissional da advocacia**. Coleção estudos direcionados. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Sérgio Sérulo da. *Ética*. São Paulo: Saraiva

SROUR, P R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Campus.

DE FREIT, Alysso Cesar Augusto. **Ética e Estatuto da Advocacia – Coleção os 10+**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIELA JUNIOR. **Ética na OAB – Questões Resolvida**. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CLARET, Martin. **Ética a nicômaco: Aristóteles**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

DÉCIMO SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 Horas

EMENTA: Estudo interdisciplinar dos temas em direito civil, penal, trabalhista, constitucional, tributário, administrativo, ambiental, filosofia, comercial, trabalhista e ética profissional

OBJETIVOS:

Fornecer ao aluno uma visão geral disciplinas de direito civil, penal, trabalhista, constitucional, tributário, comercial, trabalhista e ética, integrando as disciplinas, aprofundando os conhecimentos. Possibilitar aos alunos uma revisão geral das principais áreas do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos ao exercício da profissão e preparados para os momentos de exigências sobre os conteúdos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA:

1. Questões relevantes do Direito Civil
2. Questões relevantes do Direito Penal
3. Questões relevantes do Direito do Trabalho
4. Questões relavantes do Direito Constitucional
5. Questões relavantes do Direito Administrativo
6. Questões relavantes do Direito Ambiental
7. Questões relavantes do Direito Comercial
8. Questões relavantes da Filosofia
9. Questões relavantes em Ética

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUILHERME, Luiz fernando do Vale de Almeida. Manual de direito civil: tabela com resumo e questões de concursos e da ordem. Editora Manole, 2016

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007. Vol. 2.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Gustavo; FIGUEIREDO, Patrícia Vanzolini. Manual de Direito Penal. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LENZA, Pedro. oab esquematizado - 1º fase - vol. Único. ed. saraiva - 2017

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual de direito e processo do trabalho. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 1.

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Introdução ao estudo do direito ambiental. Conceito de direito ambiental. Constituição Federal e o meio ambiente. Instrumento da política nacional do meio ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos Bens ambientais. Áreas de preservação permanente. Meio ambiente do trabalho e legislação vigente. Dano nuclear. Aspectos jurídicos da poluição. Infrações administrativas ambientais. Responsabilidade civil para reparação do dano ecológico. Meios processuais. Crimes ambientais. Estatuto da cidade. Espaços territoriais e seus componentes

especialmente protegidos. Proteção da fauna. Aspectos jurídicos da engenharia genética. Terceiro setor (ONG e OSCIP). Educação ambiental.

OBJETIVOS:

Proporcionar aos alunos os conhecimentos básicos sobre o conceito de meio ambiente e o objetivo do direito processual ambiental, possibilitando também que eles possam ter uma opinião crítica sobre o assunto. Capacitar os discentes conhecimentos dos princípios, educação ambiental e legislação nacional e internacional sobre meio ambiente, principalmente diante da moderna conceituação multifacetária que o assunto hoje possui. Ao mesmo tempo conscientizar os discentes da necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico/social com a preservação ambiental, habitando-os ao uso dos instrumentos de defesa, proteção e reparação dos danos ambientais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução ao estudo de direito ambiental;
 - 1.1. Breves considerações sobre a matéria meio ambiente;
 - 1.2. Conceito meio ambiente;
 - 1.3. Aspectos do tema meio ambiente;
 - 1.4. Direito ambiental;
2. Direito ambiental
 - 2.1. Principais princípios do direito ambiental.
3. Constituição Federal e o meio ambiente;
 - 3.1. Direito comparado
4. Instrumento da política nacional do meio ambiente;
 - 4.1. Procedimentos administrativos;
 - 4.2. Zoneamento ambiental;
 - 4.3. Estudo prévio de impacto ambiental;
5. Instrumento da política nacional do meio ambiente
 - 5.1. Licenciamento ambiental;
 - 5.2. Infrações administrativas ambientais;
6. Bens ambientais

- 6.1. Conceito;
- 6.2. Registro de bens culturais de natureza imaterial;
- 7. Bens ambientais**
 - 7.1. Tombamento: Política pública de preservação;
- 8. Áreas de preservação permanente;**
 - 8.1. Reserva legal florestal
 - 8.2. Fauna;
- 9. Áreas de preservação permanente;**
 - 9.1. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza
- 10. Meio ambiente do trabalho e legislação vigente;**
 - 10.1. Características
 - 10.2. Estudo específico da legislação
- 11. Dano Nuclear**
 - 11.1. Conceito
 - 11.2. Conseqüências ambientais
- 12. Aspectos jurídicos da poluição**
 - 12.1. Conceito de poluição;
 - 12.2. Poluição atmosférica;
 - 12.3. Poluição por resíduos sólidos;
- 13. Aspectos jurídicos da poluição**
 - 13.1. Poluição por refeitos perigosos;
 - 13.2. Poluição por agrotóxicos;
 - 13.3. Poluição sonora
- 14. Infrações administrativas ambientais.**
 - 14.1.** Responsabilidade civil para reparação do dano ecológico
 - 14.2. Conceito de dano ecológico;
 - 14.3. Conseqüenciais jurídicas do dano ecológico
- 15. Meios processuais**
 - 15.1. Inquérito civil;
 - 15.2. Ação civil pública
 - 15.3. Ação popular
- 16. Principais crimes ambientais**

- 16.1. Crimes contra fauna;
- 16.2. Crimes contra flora;
- 17. Estatuto da cidade.
 - 17.1. Espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos.
- 18. Proteção da fauna.
- 19. Aspectos jurídicos da engenharia genética.
- 20. Terceiro setor (ONG e OSCIP).
- 21. Educação ambiental.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação de direito ambiental**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Ambiental: Introdução, Fundamentos e Teoria Geral**. São Paulo, Saraiva: 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Curso de direito da energia: tutela jurídica da água, do petróleo e do biocombustível**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito Ambiental de Conflitos**. Lumen Juris, 2015

FERRARI, Vanessa Carolina Fernandes. **Leis ambientais**. Coleção leis especiais comentadas. Editora Ridel, 2016.

TRENNPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental**. 5ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DO PROCESSO COLETIVO E DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS II

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Interesses difusos, indivisíveis, coletivos e individuais homogêneos. Ação civil pública. Ação Popular. Ações Coletivas no CDC. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Coletivo. Aplicabilidade dos meios alternativos de resolução dos conflitos nos direitos difusos e coletivos.

OBJETIVOS:

Transmitir ao alunado os mecanismos processuais e particularidades, à luz da lei, doutrina e jurisprudência, que envolvem o processo de execução, cautelar, procedimentos especiais e de jurisdição voluntária. Possibilitar ao aluno os conhecimentos teóricos necessários a proporcionar o ingresso em Juízo com a ação que melhor tutele os interesses do interessado, bem como sua defesa em Juízo, e os recursos correlatos até o trânsito em julgado da sentença.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos
2. Ação civil Pública
3. Ações coletivas no CDC
4. Mandado de Segurança Coletivo
5. Mandado de injunção coletivo
6. Meios alternativos de resolução dos conflitos nos interesses difusos e coletivos

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HARTMANN, Rodolfo Kronemberg. **Curso completo no novo processo civil**. 4º ed. Editora Impetus, 2017

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 3.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed.** 2017. Atlas.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, R.T. **Novo Curso de Processo Civil – Vol. 3 – Tutela Dos Direitos Mediante Procedimentos Diferentes– 3ª Ed.** 2017

MACEDO, Elaine Harzheim / THAMAY, Rennan Faria Krüger / TESHEINER, José Maria. **Procedimento Comum - da Petição Inicial À Sentença - Col. Inovações No Processo Civil Brasileiro**. 2015. Juruá.

LENZA, Pedro. **Oab esquematizado - 1º fase - vol. Único.** ed. saraiva – 2017

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

EMENTA:

Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Dos legados. Do Inventário. Da colação. Da partilha e sobrepilha.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos uma visão geral do direito das sucessões e sua inserção dentro do sistema jurídico brasileiro, de maneira que ao final do curso os alunos estejam aptos a explorar adequadamente esse ramo importante do direito e aplicá-lo de forma adequada.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Da sucessão em geral. Disposições gerais. Da herança e de sua administração. Da vocação hereditária

2. Da aceitação e renúncia da herança. Dos excluídos da sucessão. Da herança jacente e da herança vacante. Da petição de herança.

3. Da sucessão legítima. Da ordem de vocação hereditária
4. Dos herdeiros necessários
5. Do direito de representação
6. Da sucessão testamentária. Do testamento em geral. Da capacidade de testar. Das formas ordinárias de testamento. Dos codicilos
7. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias em geral
8. Dos legados. Disposições gerais. Dos efeitos do legado e do seu pagamento. Da caducidade dos legados
9. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da deserdação
10. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação do testamento. Do rompimento do testamento
11. Do testamenteiro
12. Do inventário e da partilha
13. Do inventário
14. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas
15. Da colação
16. Da partilha
17. Da garantia dos quinhões hereditários. Da anulação da partilha.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito das sucessões.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. 7.

WALD, Arnaldo. **Direito civil. Direito das sucessões.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de direito civil. Direito das sucessões.** 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 6.

OLIVEIRA, Euclides de. **Direito de herança: a nova ordem da sucessão.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; Adriana Caldas do Rego Freitas. **Curso de Direito das Sucessões.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELGADO, Mário Luiz. **Problemas de Direito Intertemporal no Código Civil.** 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8ºed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

O estudo da medicina legal caracteriza-se pelo conjunto de conhecimentos médico e paramédico. A introdução ao estudo da medicina legal propicia ao estudante conhecimento dos conceitos de medicina, sua divisão e relações com outras ciências. A importância da perícia médico-legal e o conhecimento da atuação dos peritos nos diversos ramos do direito.

OBJETIVOS:

I - O curso de medicina legal visa oferecer ao corpo discente as condições necessárias para a interpretação e o entendimento dos documentos médico-legais.

II - Possibilitar ainda o conhecimento da linguagem pericial utilizadas nos documentos médico-legais. Esse conhecimento visa dar condições para que o futuro profissional possa analisar laudos periciais e assim poder contestar suas conclusões.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Introdução a medicina legal
 - 1.1. conceito
 - 1.2. da necessidade e da utilidade.
 - 1.3. relações diversas com as outras ciências
2. Perícia médico legal

- 2.1. conceitos
- 2.2. necessidade da perícia no direito
- 2.3. perícias e peritos
- 2.4. documentos médico-legais

3. Antropologia forense

- 3.1. biotipologia;
- 3.2. identificação médico-legal;
- 3.3. espécie, raça, sexo, idade, sinais individuais, odontologia forense, imagens,

DNA

4. Traumatologia médico-legal

- 4.1. classificação das energias responsáveis
- 4.2. ofensas à integridade física ou à saúde produzidos por agentes mecânicos, físicos, químicos e biodinâmicos.
- 4.3. diagnóstico das lesões.

5. Asfixiologia

- 5.1. conceito
- 5.2. Asfixia por constrição do pescoço.
 - 5.2.1. Enforcamento.
 - 5.2.2. Estrangulamento.
- 5.2.3. Esganadura
- 5.3. Asfixia por sufocação direta e indireta.
- 5.4. Asfixias por introdução da pessoa em meio líquido
- 5.5. Asfixia por gases irrespiráveis.

6. Estudo de balística:

- 6.1. balística interna, externa e dos efeitos;
- 6.2. identificação das armas de fogo;
- 6.3. projéteis.

7. Tanatologia

- 7.1. conceito
- 7.2. generalidades
- 7.3. diagnóstico da realidade da morte

7.4. cronologia da morte

8. Sexologia forense

8.1. investigação de paternidade

8.2. aborto

8.3. infanticídio

9. Sexologia forense

9.1. sexologia criminal

9.2. transtorno da sexualidade

9.3. dos crimes contra os costumes

9.4. dos crimes de perigo de contágio venéreo e de contágio de doença grave.

10. Psiquiatria forense

10.1. divisão e áreas de atuação;

10.2. relação dos distúrbios psíquicos com os códigos, civil e penal;

10.3. morfologia e circunstâncias delitivas;

10.4. especificidade e tipicidade delitiva;

11. Psiquiatria forense

11.1. periculosidade e temibilidade;

11.2. pena e medida de segurança;

11.3. imputabilidade e responsabilidade penal;

11.4. perícias e quesitos

12. Psicologia forense

12.1. estudo da personalidade.

12.2. inteligência e seus graus.

12.2.1. avaliação pericial.

12.3. fenômenos afetivos

12.4. As paixões. Crimes passionais.

12.5. psicanálise. Noções fundamentais.

12.6. interpretação psicanalítica do crime.

13. Psicologia forense

13.1. psicologia da confissão.

13.2. testemunho e suas fases. A apreensão e conservação do fato.

- 13.3. testemunho infantil.
- 13.4. alienação.
- 13.5. psiconeuroses.
- 13.6. personalidades psicopáticas.
- 13.7. verificação da periculosidade.
- 14. Identidade e identificação:**
 - 14.1. identidade.
 - 14.2. identificação e seus processos.
 - 14.3. identificação dactiloscópica.
- 15. Identidade e identificação**
 - 15.1. determinação da idade.
 - 15.2. impressões digitais, plantares, dentárias e outras.
 - 15.3. identificação antropológica, incluindo-se a genética.
- 16. Crime e criminosos:**
 - 16.1. criminologia e vitimologia
 - 16.2. objetos da criminologia.
 - 16.3. funções da criminologia.
- 17. Toxicologia**
 - 17.1. conceito de toxicologia forense
 - 17.2. tipos de drogas
 - 17.3. análise e detecção do uso de drogas, incluindo as psicoativas.
 - 17.4. perícias

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina legal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 2008.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso básico de medicina legal**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. **Medicina legal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELCAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Curso e Concurso Vol. 20 – Medicina Legal I**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DOUGLAS, William, GRECO, Rogerio. **Medicina Legal À Luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal** - 13ª Ed. 2017. Impetus.

BENFICA, Francisco Silveira, VAZ, Márcia. **Medicina legal aplicada ao direito**. Editora Unisinos, 2005

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional - Versão Compacta** - 10ª Ed. 2015. Atlas.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE – DIREITO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Petição inicial. Distribuição. Audiência. Resposta do Réu. Reconvenção. Provas. Alegações Finais. Sentença. Recursos e Procedimentos Especiais.

OBJETIVOS:

Direcionar o acadêmico a atingir o aprendizado quanto a prática forense na justiça do trabalho, observando o direito material e regras processuais. O acadêmico ingressar com a medida cabível em casos concretos e simulados da OAB.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Petição Inicial

1.1. Conceito

1.2. Forma

2. Requisitos da petição inicial

2.1. Cumulação de pedidos

2.2. Documentos

2.3. Indeferimento

3. Inépcia

4. Distribuição

4.1. Distribuição por dependência

4.2. Procedimentos

4.3. Efeitos da distribuição.

5. Audiência

5.1. Introdução;

5.2. Divisão;

5.3. Forma;

5.4. Comparecimento das partes e do juiz;

5.5. Desenvolvimento da audiência;

6. Ausência das partes;

7. Ordem para produção de provas em audiência.

8. Resposta do réu:

8.1. Exceções

8.2. Contestação

8.3. Preliminares de direito

8.4. Preliminares de mérito

9. Suspensão do processo

9.1. Conciliação

9.2. Homologação.

10. Reconvenção

10.1. Pressupostos;

10.2. Requisitos;

10.3. Instrução processual;

10.4. Sentença;

10.5 Recurso;

10.6. Suspensão do processo;

10.7. Conciliação;

10.8. Homologação;

11. Provas:

11.1. Conceito;

- 11.2. Natureza;
- 11.3. Objeto e Finalidade;
- 11.4. Princípios;
- 11.5. Momento e lugar da produção das provas;

12. Provas

- 12.1. Classificação e meios de prova;
- 12.2. Ônus da prova;
- 12.3. Procedimento probatório;
- 12.4. Prova documental;
- 12.5. Prova testemunhal;
- 12.6. Prova pericial.

13. Alegações finais:

- 13.1. Momento;
- 13.2. Forma;
- 13.3. Efeitos.

14. Sentença:

- 14.1. Conceito;
- 14.2. Finalidade;
- 14.3. Modalidades de sentença;

15. Natureza jurídica da sentença

- 15.1. Estrutura da sentença;
- 15.2. Conteúdo da sentença;
- 15.3. Procedimento.

16. Recursos:

- 16.1. Conceito;
- 16.2. Sistema recursal;
- 16.3. Princípios;
- 16.4. Pressupostos;
- 16.5. Modalidades;
- 16.6. Procedimentos;
- 16.7. Recurso ordinário;
- 16.8. Recurso de revista;

- 16.9. Embargos;
- 16.10. Agravo de petição;
- 16.11. Agravo de instrumento.

17. Procedimentos especiais:

- 17.1. Inquérito para apuração de falta grave;
- 17.2. Ação rescisória;
- 17.3. Mandado de segurança;
- 17.4. Ação de consignação em pagamento;
- 17.5. Tutela antecipada;
- 17.6. Medidas cautelares.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARDONE, Marly A. **Advocacia trabalhista**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REDINS, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CISNEIROS, Gustavo. **Processo do Trabalho sintetizado**. Editora Métodos, 2016.

PEREIRA, Agostinho Zechin. **Coleção exame da OAB – segunda fase – área trabalhista**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. ed. Saraiva - 2017

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. 6ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE - TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Processo e Procedimento. Aspectos gerais do processo judicial tributário- Competências. Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública. Ação Declaratória. Ação Anulatória de ato declarativo de dívida. Ação de Consignação em pagamento. Ação Cautelar Fiscal. Mandado de Segurança. Ação de repetição do indébito tributário. Ação de Execução Fiscal- Embargos a Execução Fiscal. Exeção de Pré-Executividade. Recursos em matéria Tributária. Apelação. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

OBJETIVOS:

I. Desenvolver a capacidade de apreensão, transmissão e produção criativa da Prática do Processo Trabalhista, a partir de constante pesquisa e investigação dos processos e das peças que o compõem. Desenvolver as potencialidades dos acadêmicos no que diz respeito ao domínio das questões práticas a fim de prepará-los para o equacionamento dos problemas reais, que surgirão na vida profissional do operador do Direito, habilitando-os para as demandas e desenvoltura nas problemáticas processuais de natureza judicial e nas de natureza extrajudicial.

II. Desenvolver o conhecimento técnico específico na área da prática jurídica, particularmente no processo trabalhista, com diuturnas pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais na composição da argumentação que comporá as peças, com pleno domínio do preenchimento de cada uma na correspondência com a realidade individual e social, dentro dos apurados parâmetros processuais. Ao profissional do direito exige-se segurança na produção das peças processuais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Processo e Procedimento
2. Aspectos gerais do processo judicial tributário- Competências
3. Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública
4. Ação Declaratória
5. Ação Anulatória de ato declarativo de dívida
6. Ação de Consignação em pagamento
7. Ação Cautelar Fiscal

8. Mandado de Segurança
9. Ação de repetição do indébito tributário
10. Ação de Execução Fiscal- Embargos a Execução Fiscal
11. Exeção de Pré-Executividade
12. Recursos em matéria Tributária
13. Apelação
14. Embargos de Declaração
15. Embargos Infringentes
16. Recurso Especial
17. Recurso Extraordinário

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Alexandre Barros. **Procedimento administrativo tributário – teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Tributário #NaPrática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHIMENTI, Ricardo Cunha; PIERRI, Andréa de Toledo. **Teoria e prática do direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, José Jayme Macêdo. **Impostos estaduais: ICMS, ITDC e IPVA**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Renata Elaine. **Decisões em matéria tributária**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Português na Prática para Cursos de Graduação e Concursos Públicos**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PALAIÁ, Nelson. **Técnica da petição inicial**. ed. saraiva - 2017

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributario**. Ed. malheiros - 38º/2017

DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Análise e comparações entre as situações jurídicas do campo. O direito de propriedade rural e o código do estatuto da terra. O estatuto do trabalhador rural.

OBJETIVOS:

Apresentar, sob o ângulo jurídico, os principais temas relacionados ao ambiente agrário. Para tanto, oferece ao aluno o conhecimento dos princípios gerais da matéria e das questões estudadas pelo direito constitucional, administrativo, civil, e ambiental. Visa, também, capacitar os futuros profissionais da área do direito para o exercício da função na área proposta e correlata, com o intuito de fornecer ao mercado de trabalho, profissionais capacitados para avaliar problemas correlatos ao direito agrário.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Conceito de direito agrário. A localização do direito agrário no quadro do direito.
2. Objeto; relações jurídicas que disciplina; divisão.
3. O problema da autonomia do direito agrário
4. Fontes e pressupostos. Princípios fundamentais. Relações com outros ramos do direito.
5. A propriedade rural - conceito; função social.
6. Latifúndio e minifúndio
7. Propriedade familiar e módulo rural.
8. Empresas rurais. Parceiros. Cooperativas
9. Terras públicas e particulares
10. Meios de acesso à propriedade rural
11. Desapropriação por interesse social e distribuição de terras
 - 11.1. Reforma agrária. Colonização
 - 11.2. Contratos agrários. Classificação. Formas. Princípios gerais.
 - 11.3. Arrendamento rural. Princípios. Subarrendamento. Retomada e despejo.
12. Parceria agrícola. Princípios.
 - 12.1. Parceria pecuária, agro-industrial ou extrativa.

13. Ocupação de terras públicas. Posseiros
 - 13.1. Os contratos agrários e o INCRA.
14. Seguro agrícola. Financiamento. Empréstimo.
15. A relação de trabalho rural e o estatuto do trabalhador rural.
 - 15.1. O empregador rural
 - 15.2. O empregador rural. Colonos. Meeiros. Safristas
 - 15.3. Trabalhadores excluídos da proteção do E.T.R.
 - 15.4. Direitos do empregado rural. A carteira de trabalho.
16. O salário. Salário mínimo. Descontos. Cálculo e recibo. 13º salário
 - 16.1. Repouso remunerado e férias
 - 16.2. Aviso prévio e indenizações
 - 16.3. Estabilidade e tempo de serviço.
 - 16.4. Rescisão do contrato de trabalho
 - 16.5. Previdência social rural
17. Reclamação perante a justiça do trabalho

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, argüições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FERRETO, Vilson. **Contratos agrários. Aspectos polêmicos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- OPTIZ, Oswaldo; OPTIZ, Silvia. **Curso completo de direito agrário.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBEIRO, Benedito Silvério. **Tratado de usucapião – 2 Vols.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Coleção Saraiva de legislação - **Estatuto da terra.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CASSETARI, Chirstiano. **Direito Agrário.** 1ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro.** 10ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário, vol. 2.** 5ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

TRENTINI, Flávia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo.** 1ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL - DISCIPLINA OPTATIVA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Análise do registro de candidatura e campanha eleitoral. Ações eleitorais e propaganda eleitoral. Arrecadação e prestação de contas.

OBJETIVOS:

Expor ao aluno a evolução do direito eleitoral e a legislação no Brasil, estabelecendo relação entre o Direito Eleitoral e a sociedade democrática, evidenciando a função social da justiça eleitoral.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

1. Registro de candidatura
2. Campanha eleitoral
3. Condições de elegibilidade e de inelegibilidades
4. Convenções
 - 4.1. invalidade de convenção
5. Coligação
 - 5.1. número de vagas e vagas remanescentes
 - 5.2. pedido avulso de registro
 - 5.3. substituição de candidatos
6. Organização das eleições
7. Resoluções e instruções do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral
8. Ilícitos eleitorais
 - 8.1. tipicidade e características de condutas vedadas

8.2. abuso do poder em matéria eleitoral, em suas várias manifestações – econômico, político, de comunicação, etc, captação ilícita de sufrágio

9. Ações eleitorais

10. Propaganda eleitoral

10.1. Propaganda política

10.2. Propaganda partidária

10.3. Propaganda intrapartidária

11. Propaganda eleitoral

11.1. Propaganda eleitoral gratuita

11.2. Propaganda na imprensa escrita

11.3. Propaganda no rádio, televisão e na Internet

12. Medidas de urgência

12.1. Poder de polícia e a propaganda

12.2. Liminares em representações

13. Direito de resposta e suspensão de programas de rádio e TV

13.1. Censura prévia

14. Questões criminais

14.1. Corrupção eleitoral

14.2. Boca de urna

15. Questões criminais

15.1. Transporte e alimentação de eleitores

15.2. Garantias eleitorais

16. Questões processuais

17. Arrecadação

17.1. Prestações de contas

17.2. Aprovação e rejeição de contas e seus efeitos.

AVALIAÇÃO:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. **Manual das eleições**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

TELLES, Olívia Raposo da Silva. **Direito eleitoral comparado – Brasil – Estados Unidos – França**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PONTE, Antônio Carlos da. **Crimes eleitorais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRETTI, Gleibe. **Direito Eleitoral - Col. Legislações**. 2016. Alfacon (já atualizado novo CPC).

PEREIRA, Erik Wilson. **Direito Eleitoral – Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais-Eleitorais**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito eleitoral**. Coleção elementos do direito. Vol. 20, 3. ed. Revista dos Tribunais, 2016.

BARRETTO, Rafael. **Saberes do Direito 47 – Direito Eleitoral**. 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS - DISCIPLINA OPTATIVA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

EMENTA:

Aspectos históricos da surdez e da modalidade gestual-visual; os surdos como uma minoria lingüística; a educação de surdos no Brasil, legislação e o intérprete de LIBRAS. Linguagem, pensamento e cultura. Língua e sociedade. Teorias de aquisição da linguagem. Parâmetros em libras; noções lingüísticas de libras; tipos de frases em libras; incorporação de negação; conteúdos básicos de libras; expressão corporal e facial; alfabeto manual.

OBJETIVOS:

Fornecer ao aluno uma visão geral do método de aprendizado por linguagem de sinais com o escopo de possibilitar a inclusão social.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Historia da Língua de Sinais e Suas Filosofias Educacionais.

Unidade 1: Os primeiros passos em prol dos surdos.

- 1.1. Os monges beneditinos;
- 1.2. Congresso em Milão;
- 1.3. Instituto L'Epee.

Unidade 2: Educação Surda

- 2.1. Oralismo;
- 2.2. Comunicação total;
- 2.3. Bilingüismo.

Surdos no Brasil.

Unidade 1: Educação dos surdos no Brasil.

- 1.1. Período imperial D. Pedro II;
- 1.2. Instituto nacional de educação surda.

Unidade 2: Surdos como minoria lingüística.

- 2.1. Família;
- 2.2. Escola;
- 2.3. Comunidade.

Surdos na sociedade.

Unidade 1: A importância da Libras.

- 1.1. Identidade surda; a de Sinais
- 1.2. Cultura surda;
- 1.3. Comunidade surda.

Unidade 2: Direitos adquiridos.

- 2.1. Leis;
- 2.2. Decretos;
- 2.3. Interprete de libras.

Libras e sua estrutura.

Unidade 1: Parâmetros de Libras.

- 1.1. Configuração das mãos;
- 1.2. Ponto de articulação;
- 1.3. Movimento;
- 1.4. Orientação/direcionalidade;
- 1.5. Expressão facial e/ou corporal.

Unidade 2: Regras básicas e frases.

2.1. Substantivos;

2.2. Verbos.

AValiação:

As avaliações, em número mínimo de duas por semestre letivo, constam de trabalhos escolares, provas, arguições, seminários, relatórios e outras formas de verificação previstas no plano de ensino da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOLDFELD, MARCIA. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**, São Paulo: Editora Plexus, 2000.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira – estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

HONORA, Márcia et al. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. 1ºed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Intérprete de libras; Editora Mediação, 2009.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. Conceitos abstratos. Escolhas interpretativas do português para libras. 2 ed. Appris editora, 2017.

GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras**. 1ºed. São Paulo: Revinter, 2010.

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Valquíria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. 1ºed. São Paulo: Edusp, 2012.

ANEXO II - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 1º - As atividades complementares do curso de direito, são regidas pela legislação vigente e por este regulamento.

Artigo 2º - As atividades complementares do curso de graduação em direito são obrigatórias e devem ser cumpridas em conformidade com as disposições deste regulamento.

Parágrafo único – Estão sujeitos ao cumprimento das atividades complementares todos os alunos matriculados, bem como aqueles iniciantes em períodos anteriores e que venham a concluir o curso, ou transferidos de outras Instituições, com a finalidade de obter aprovação final no curso e colação de grau.

Artigo 3º - as atividades complementares subdividem-se em 03 (três) grupos, a saber:

Grupo 1 – atividades de ensino;

Grupo 2 – atividades de pesquisa, e

Grupo 3 – atividades de extensão.

Artigo 4º - O aluno deverá cumprir um mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades complementares, num período de 08 (oito) semestres, a partir da primeira etapa do curso de graduação.

§ 1º - A carga horária de 200 (duzentas) horas deve ser cumprida dentre as atividades previstas no artigo 2º (inseridas exemplificativamente no tabela), assim distribuídas, 100 horas em atividades de ensino, 50 horas em atividades de pesquisa e 50 horas em atividades de extensão, computando-se as excedentes como facultativas, para registro e certificação.

§ 2º - Os acadêmicos cumprirão, obrigatoriamente, carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas por ano, comprovadas ao final do 2º, 4º, 6º e 8º semestres, respeitadas as demais disposições do presente regulamento.

§ 3º - O aluno que não integralizar a carga horária de 200 (duzentas) horas, fica impedido de colar grau.

§ 4º - Os alunos devem fazer a inscrição na coordenação do curso de direito, nos períodos previamente fixados, fornecendo, em formulário próprio:

nome completo, número de matrícula e etapa;

número do registro geral da cédula de identidade;

número de inscrição do CPF/MF;

endereço completo (rua, alameda, n.º, andar, apartamento, bairro, CEP);
números dos telefones residencial/comercial/celular, e
foto 3x4 recente.

Artigo 5º - As atividades de ensino, elencadas no tabela do presente regulamento, compreendem:

- a) disciplinas jurídicas e núcleos temáticos interdisciplinares de matérias não previstas no currículo;
- b) disciplinas de outros cursos da universidade não abrangidas pela grade curricular do curso de direito;
- c) atividades de prática jurídica além das obrigatórias em escritórios experimentais e Juizado Especial, e
- d) monitorias em disciplina jurídica.

Parágrafo Único – São computadas, também, como atividades de ensino, quaisquer atividades pertinentes a este grupo.

Artigo 6º - As atividades de pesquisa, detalhadas na tabela do presente regulamento, compreendem:

- a) participação em projetos aprovados pelo professor orientador das atividades complementares, não computadas as horas de trabalho dedicadas à monografia jurídica;
- b) participação em grupos de estudos aprovados pelo professor orientador das atividades complementares, e
- c) iniciação científica, incluindo pesquisas doutrinárias, de legislação ou de direito comparado e de jurisprudência.

Artigo 7º - As atividades de extensão, detalhadas na tabela do presente Regulamento, compreendem:

- a) participação em seminários, palestras, conferências, congressos, semanas jurídicas, encontros nacionais e regionais, cursos de atualização e similares, promovidos pelo IMMES ou por outras Instituições;
- b) participação em estágios extracurriculares;
- c) representação estudantil em colegiados de curso ou conselhos;
- d) trabalhos jurídicos publicados em mídia de reconhecida idoneidade, a critério da comissão, inclusive em páginas da web;
- e) pesquisas de campo realizadas em órgãos públicos (municipal, estadual e federal);

- f) participação em grupos de estudos regulares;
- g) atividades culturais e desportivas, e
- h) artigos aceitos para apresentação em eventos científicos.

Parágrafo Único – São computadas, também, como atividades de extensão, quaisquer atividades pertinentes a este grupo.

Artigo 8º - As atividades complementares são dirigidas, controladas e documentadas pelo professor orientador das referidas atividades e respectiva secretaria.

Artigo 9º - Compete ao professor orientador, responsável pelas Atividades Complementares:

- a) ajustar as atividades complementares de cada aluno, conforme planos ou propostas que lhes forem apresentados;
- b) exigir e aprovar a documentação comprobatória pertinente;
- c) controlar e lançar as atividades cumpridas na ficha individual e eletrônica de cada aluno;
- d) remeter ao coordenador do curso de Direito relatório anual de suas atividades;
- e) remeter à secretaria acadêmica, informações referentes ao tipo de atividade complementar e respectiva carga horária computada, para registro no histórico escolar de cada aluno, após o cumprimento de carga mínima de 200 (duzentas) horas;
- f) atribuir as horas das atividades complementares de cada aluno, conforme os tipos e limites previstos neste regulamento, mediante análise das atividades respectivas e da importância da mesma dentro do currículo do curso de direito;
- g) demais atribuições que forem pertinentes a esta função.

Artigo 10 - Os documentos comprobatórios das atividades complementares devem ser entregues pelos alunos à secretaria da coordenação do curso de direito, através de requerimentos visados pelo responsável das atividades complementares e devidamente registrados manualmente e eletronicamente.

Artigo 11 - Os casos omissos neste regulamento são deliberados pelo colegiado do curso.

Artigo 12 - Após a aprovação pelos colegiados superiores, este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

ESPÉCIES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	LIMITE MÁXIMO TOTAL	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
ATIVIDADES DE ENSINO		
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação do IMMES ou de outras instituições oficiais de ensino, durante o curso de Direito ou, se anteriormente, em até 3 (três) anos do ingresso no curso, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento para dispensa de disciplina do referido curso.	Até 100 horas	Histórico escolar
Disciplinas cursadas durante o curso de direito, não integrantes do currículo pleno do curso de Direito do IMMES.	Até 50 horas	Histórico escolar
Monitorias.	Até 50 horas	Declaração
Estágios extracurriculares, voluntários, realizados na Magistratura, em Juizados Especiais Cíveis, no Ministério Público e nas Procuradorias da União, Estados e Municípios, desde que devidamente comprovados por documento expedido pelo Magistrado, Membro do Ministério Público ou Procurador a quem esteve subordinado o estagiário.	Até 50 horas	Declaração
Aprendizado prático junto ao Escritório de Assistência Judiciária Gratuita do IMMES, Escritórios de Advocacia e Departamentos Jurídicos de empresas, devidamente credenciados pela Ordem dos Advogados do Brasil, desde que não haja vínculo empregatício.	Até 100 horas	Declaração
Visitas a órgãos públicos (Procon; Ciretran; Delegacia, Cartório de Registro de Imóveis, Notas, Civil, Pessoa Jurídica, etc.)	Até 2 horas por visita por órgão	Carteira de Atividades Complementares devidamente

		carimbadas e assinadas pela autoridade, acompanhadas de relatório
ATIVIDADES DE PESQUISA		
Participação em projetos aprovados pelo professor orientador das atividades complementares, desde que não convertidas em horas de trabalho de Monografia.	Até 50 horas	Declaração
Trabalhos jurídicos, publicados em mídia, a critério do professor orientador das Atividades Complementares, inclusive páginas da web.	Até 50 horas	Cópia do trabalho identificada pelo ISSN
Pesquisas de campo realizadas em Órgãos Públicos (municipal, estadual e federal).	Até 50 horas	Cópia da Pesquisa e declaração do respectivo órgão
ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
Participação como ouvinte em seminários, palestras, conferências, congressos, semanas jurídicas, encontros nacionais e regionais, cursos de atualização e similares, etc., promovidos pelo IMMES ou por outras instituições.	Até 25 horas	Certificado
Participação como organizador ou colaborador em seminários, palestras, conferências, congressos, semanas jurídicas, encontros nacionais e regionais, cursos de atualização e similares, etc., promovidos pelo IMMES ou por outras instituições.	Até 50 horas	Certificado
Representação estudantil em colegiados de curso, diretórios acadêmicos, departamento, cursos e outros reconhecidos.	Até 20 horas	Declaração

Realização de cursos de língua estrangeira durante o curso de direito ou se anteriormente, em até 2 (dois) anos do ingresso no curso, e que tenham como pré-requisito a conclusão de curso básico da língua estrangeira respectiva.	Até 50 horas	Certificado
Realização de curso de Informática durante o curso de Direito.	Até 20 horas	Certificado
Realização de curso de gramática da língua portuguesa durante o curso de direito.	Até 30 horas	Declaração
Atividades culturais e desportivas.	Até 20 horas	Declaração
Participação do Núcleo de Apoio Pedagógico.	Até 50 horas	Declaração
Participação em eventos sociais	Até 10 horas	Declaração

ANEXO III – ESCRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O ensino jurídico brasileiro, consoante a Resolução do CNE/CES nº 9, de 29 setembro 2004, deve munir o acadêmico de conceitos teóricos robustos, mas deve articulá-los à prática a fim de que os futuros operadores do direito sejam profissionais preparados para o cotidiano forense, em todas as áreas de atuação das carreiras jurídicas.

Em razão disto, a referida resolução mantém a obrigatoriedade de que o estágio supervisionado seja realizado no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, cabendo-lhe a tarefa de organizar, de controlar e de avaliar as atividades práticas e de estágios supervisionados curriculares além dos serviços de assistência judiciária e das funções delegadas pelos convênios firmados pelo IMMES.

Pode estar sob a responsabilidade do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) as seguintes atividades:

- a) de assistência jurídica;
- b) executadas através de convênios firmados entre o IMMES e os órgãos do poder judiciário, do ministério público da defensoria pública, da representação de classe;
- c) de prática jurídica desenvolvidas em caráter experimental;
- d) de mediação e arbitragem;
- e) de cartório de autos findos, e
- f) de estágio curricular supervisionado.

Sendo assim, apresenta-se o regulamento do NPJ:

Da organização

Art. 1º - O Núcleo de Prática Jurídica, como parte integrante do curso de direito, subordina-se à coordenação do curso que atribuirá a um professor do curso a responsabilidade sobre as suas atividades.

Parágrafo único: O responsável pelo NPJ deve ser docente no curso de direito, ter titulação de mestre ou doutor, experiência mínima de 05 (cinco) anos na advocacia, e estar inscrito nos quadros da OAB há pelo menos 03 (três) anos.

Art. 2º - Integram o Núcleo de Prática Jurídica:

- I – o Escritório de Assistência Jurídica e Judiciária (EAJ);

II – a Unidade Avançada de Atendimento;

III – o Cartório de Processos Findos;

IV – o Escritório Experimental, e

V – as atividades do estágio curricular supervisionado.

Art. 3º - São atribuições do Núcleo de Prática Jurídica:

I – disponibilizar aos discentes os estágios curriculares obrigatórios à graduação do acadêmico de direito;

II – incentivar a análise crítica e a reflexão criativa sobre as práticas relacionadas ao exercício da atividade profissional;

III – aprimorar os fundamentos de ética geral e profissional informados ao longo do curso;

IV – facilitar o acesso dos acadêmicos aos órgãos do poder público e da iniciativa privada que desempenhem atividades relacionadas ao estágio, e

V – atuar no interesse dos reconhecidamente carentes, na forma da legislação vigente, por meio da prestação de serviços jurídicos gratuitos à comunidade.

Do professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica

Art. 4º - Compete ao professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica:

I – administrar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas;

II – implementar as decisões do colegiado do curso de graduação em direito referentes a estágios;

III – elaborar, semestralmente, proposta de distribuição entre os professores de estágio das diversas atividades atinentes ao estágio supervisionado, encaminhando à coordenação do curso de direito;

IV – propor à coordenação do curso de direito projetos de trabalho interdisciplinares a serem desenvolvidos com os docentes do curso de direito, bem como de outros cursos do IMMES;

V – dar parecer sobre propostas de projetos de estágio encaminhados à coordenação do curso de direito;

VI – organizar semestralmente a agenda das atividades de estágio curricular supervisionado;

VII – apresentar à coordenação do curso propostas de novos convênios;

VIII – autorizar, planejar, acompanhar e avaliar atividade externa de estágio em escritório de advocacia ou órgão, entidade ou empresa conveniada com a instituição de ensino;

IX – elaborar e supervisionar as escalas de horário dos professores orientadores do estágio nas diversas atividades do NPJ, e

X – exercer as demais atribuições pertinentes ao funcionamento do NPJ.

Dos professores orientadores

Art. 5º - Compete aos professores orientadores:

I – orientar e acompanhar o atendimento realizado pelos estagiários;

II – deliberar em conjunto com o professor responsável pelo NPJ sobre os casos que serão patrocinados pelo Escritório de Assistência Jurídica, observadas as disposições do regulamento interno do NPJ;

III – orientar, acompanhar o processo de elaboração, bem como assinar as peças jurídicas necessárias à defesa dos interesses dos assistidos, independentemente da divisão interna de atendimentos;

IV – zelar pelo cumprimento dos despachos e das decisões judiciais, observados os prazos correspondentes a cada ato, de acordo com as normas processuais vigentes;

V – cumprir e orientar os estagiários no cumprimento das normas éticas e profissionais;

VI – acompanhar e avaliar o desempenho dos estagiários sob a sua orientação, bem como a qualidade dos trabalhos desenvolvidos;

VII – elaborar relatório de avaliação de desempenho dos estagiários e o seu grau de aprendizado de cada discente;

VIII – cumprir a escala de plantão definida pelo professor responsável;

IX – controlar a frequência dos estagiários, pontualidade e cumprimento dos plantões de audiência e acompanhamento processual;

X – elaborar e assinar comunicações e advertências aos estagiários sob a sua orientação;

XI – acompanhar e orientar a execução das atividades práticas internas e externas;

XII – desempenhar as demais atividades vinculadas à orientação de estágio e àquelas designadas pelo professor responsável, e

XIII – exercer outras atribuições expressamente delegadas pela professor responsável.

Do pessoal administrativo

Art. 6º - Compete ao pessoal administrativo vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica:

I – prestar o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades do NPJ;

II – administrar com responsabilidade e zelo os recursos materiais e os equipamentos necessários ao funcionamento do NPJ;

III – elaborar, receber, enviar e arquivar as correspondências, as declarações e as certidões pertinentes às atividades do NPJ;

IV – registrar os compromissos e manter o controle da agenda do NPJ;

V – arquivar e manter em perfeita ordem a documentação do corpo docente e discente vinculados ao NPJ;

VI – atender, no âmbito de suas atribuições, às solicitações do corpo docente e discente do NPJ, e

VII – desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo professor responsável e orientadores.

Dos estagiários e conciliadores

Art. 7º - São deveres comuns aos estagiários e conciliadores do Núcleo de Prática Jurídica:

I – cumprir as condições fixadas para o estágio;

II – observar as normas pertinentes às diversas modalidades práticas;

III – executar, com zelo e diligência, as atividades práticas internas e externas;

IV – apresentar, sempre que solicitado, relatórios e certidões de suas atividades;

V – observar as disposições do estatuto da advocacia e os preceitos do código de ética e disciplina da OAB;

VI – cumprir os plantões de estágio com assiduidade e pontualidade;

VII – submeter-se às atividades internas e externas e às avaliações propostas pelo orientador de estágio;

VIII – elaborar as peças, processuais ou não, afetas ao desenvolvimento do estágio, atendendo às recomendações e aos ajustes propostos pelo orientador;

IX – comparecer às atividades externas agendadas ou determinadas pelo orientador.

X – dispensar aos assistidos do NPJ tratamento respeitoso e cortês, bem como aos professores orientadores, à coordenação e aos demais funcionários que colaboram com o trabalho do NPJ;

XI – portar crachá de identificação em todas as atividades, internas e externas, no desempenho de suas funções de estagiário e conciliador do NPJ;

XII – apresentar-se adequadamente trajado no desempenho de suas funções de estágio, sejam internas e externas, considerado o traje forense admitido pelos usos e costumes, observando que:

em hipótese alguma, poderá o estagiário ou conciliador apresentar-se ao plantão trajando calça jeans, bermudas, tênis, camiseta, boné ou similares.

às estagiárias ou às conciliadoras, é proibido o uso de vestimenta inconveniente.

XIII – providenciar a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, a partir do sétimo semestre, o que autoriza a emissão da carteira de estagiário, necessária ao efetivo desempenho de suas funções;

XIV – abster-se de comentários relacionados aos professores das disciplinas do curso de direito;

XV – zelar pelos materiais e pelos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de estágio;

XVI – abster-se da instalação de softwares estranhos aos trabalhos do NPJ, bem como se abster de alternar os modelos de formulários já existentes, e

XVII – abster-se do acesso a sites de internet alheios às atividades de estágio, tais como e-mails, sites de relacionamento e, principalmente, aqueles que contrariem a moral e os bons costumes.

Princípios gerais do estágio curricular supervisionado

Art. 8º - Este regulamento rege as atividades de estágio supervisionado e curricular do curso de graduação em direito, composto de 400 horas/aula, distribuídas em 80 horas no quinto semestre; 80 horas, no sexto semestre, e 240 horas, entre o sétimo e décimo semestre, para o desenvolvimento das atividades de estágio, na forma do presente regulamento geral do Núcleo de Prática Jurídica.

Art. 9º - As atividades de estágio são essencialmente práticas, reais e simuladas, e devem proporcionar ao estudante a atuação em situações simuladas e reais de prática profissional.

Art. 10 - As atividades de estágio visam à articulação entre a teoria e a prática, como forma de proporcionar ao aluno o aprendizado de maneira efetiva, primando pela interdisciplinaridade.

Art. 11 - O estudo da ética profissional e sua prática norteia todas as atividades vinculadas ao estágio de forma a proporcionar, além da formação técnica profissional, a atuação de forma a atender os princípios éticos de cada uma das carreiras jurídicas.

Art. 12 - A realização do estágio curricular objetiva proporcionar ao acadêmico de direito o desenvolvimento das competências e habilidades práticas ao aperfeiçoamento técnico-jurídico indispensáveis ao exercício profissional.

Art. 13 - A formação teórica-prática, relacionada ao estágio curricular, será desenvolvida em dois grupos de atividades, a prática real e a prática simulada, sobre as quais será atribuída carga horária.

Das visitas e da assistência à audiências reais

Art. 14 - Compete ao Núcleo de Prática Jurídica, elaborar semestralmente roteiro de atividades a serem desenvolvidas pelos alunos matriculados a partir do 7º semestre do curso.

§ 1º - As atividades, mencionadas no caput, consistem em visitas a órgãos públicos e administrativos com a finalidade de proporcionar ao aluno contato com as rotinas de atendimento daqueles órgãos e o desenvolvimento de suas atividades.

§ 2º - Para o cumprimento do estágio curricular, deverá o aluno, observado o roteiro divulgado pelo Núcleo de Prática Jurídica a cada semestre, participar de audiências relacionadas aos procedimentos cíveis, penais e do trabalho, na condição de ouvinte e efetuar visita aos órgãos determinados pelo roteiro.

Art. 15 - As atividades previstas no artigo anterior, podem ser substituídas:

I - pelo estágio do discente em escritórios conveniados com a Ordem dos Advogados do Brasil, comprovado mediante a apresentação de certidão atualizada emitida pela OAB e por declaração descritiva das atividades de estágio, firmada pelo profissional responsável, e

II - pelo estágio do discente em órgãos públicos tais como Magistratura, Ministério Público, Defensorias Públicas, Procuradoria e órgãos afins, comprovado por declaração descritiva das atividades, firmada pelo responsável pela atividade.

Parágrafo Único – A atividade mencionada no caput só poderá ser ratificada pelo Núcleo de Prática Jurídica mediante convênio firmado entre a instituição de ensino e o responsável pelo estágio, resguardada ao professor responsável pelo NPJ e aos professores

orientadores o acompanhamento, mediante relatório periódico do responsável pelo estágio, atentando o desempenho do estagiário.

Art. 16 - Em todos os casos mencionados nos artigos 14 e 15, a comprovação da atividade dar-se-á por meio de apresentação de assinatura e carimbo da autoridade receptora, em ficha própria, assim como pela confecção de relatório que descreva minuciosamente a atividade desenvolvida.

Do escritório de assistência jurídica

Art. 17 – O estágio supervisionado do Escritório de Assistência Jurídica tem a competência prevista no presente regulamento, cujo funcionamento se rege pelas disposições do regulamento interno do escritório.

Art. 18 - O Escritório de Assistência Jurídica e Judiciária atua gratuitamente no patrocínio dos interesses de seus assistidos, população carente de recursos financeiros, de acordo com regulamento interno do EAJ, com âmbito de competência delimitado pelo foro localizado na cidade de Matão, em razão da necessidade de locomoção dos estagiários para acompanhamento dos atos processuais correspondentes.

Art. 19 - Cabe ao professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica administrar o Escritório de Assistência Jurídica e Judiciária, com o auxílio da equipe de professores orientadores que têm, como competência principal, a orientação dos estagiários no desenvolvimento das atividades de estágio.

Da prática forense conveniada

Art. 20 - A atividade prática conveniada será desenvolvida por meio de convênios, firmados entre a Instituição de Ensino e órgãos judiciais e/ou administrativos, na forma da legislação vigente, e regem-se pelas disposições previstas no seu regimento.

Da unidade avançada

Art. 21 - Por força de convênio poderá ser firmado entre o IMMES e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a unidade avançada, estando os alunos conciliadores subordinados às disposições vigentes.

Art. 22 - O corpo de conciliadores será formado por alunos do curso de direito, regularmente matriculados, que serão selecionados por meio de concurso para provimento das respectivas vagas.

Art. 23 - Os alunos integrantes do quadro de conciliadores deverão estar devidamente matriculados no curso de direito do IMMES.

Art. 24 - Os alunos selecionados deverão cumprir um plantão semanal, em dia pré-determinado, de acordo com quadro elaborado pelo professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica, com a participação do professor orientador, considerada a conveniência da unidade.

Do escritório experimental

Das audiências e processos simulados

Art. 25 - A atividade prática simulada será desenvolvida por meio da realização de, no mínimo, uma audiência simulada por disciplina de prática forense, com conteúdo programático elaborado e atualizado periodicamente, em reuniões setoriais, pelos professores das respectivas disciplinas, aprovados pelo colegiado do curso, após parecer do professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica.

I – As audiências simuladas mencionadas no item anterior contam com a participação dos alunos regularmente matriculados nas disciplinas de prática forense, mediante a distribuição das funções pelos professores responsáveis pela disciplina.

II – O conteúdo da audiência será determinado pelo professor responsável pela disciplina, de acordo com a matriz curricular, podendo haver consenso entre este e o coordenador do NPJ.

III – Após a definição da situação fática e a distribuição das atribuições de cada aluno, caberá ao professor da disciplina coordenar os trabalhos no sentido da composição dos autos simulados referentes à audiência.

IV – Pode o professor da disciplina contar com o auxílio do NPJ para a autuação e certificação dos atos processuais que comporão os autos simulados.

V – Cabe ao professor da disciplina o agendamento da audiência simulada, podendo a mesma ocorrer nas dependências da sala de aula ou nas dependências do NPJ, mediante agendamento prévio.

VI – A audiência simulada deve contar com a presença de todos os alunos da disciplina, os quais deverão, obrigatoriamente, elaborar o relatório correspondente.

Do cartório de autos findos

Art. 26 – O Cartório de Autos Findos, instalado nas dependências do NPJ, tem como objetivo propiciar aos alunos o contato direto com processos extintos e já arquivados;

Da avaliação de desempenho

Art. 27 - A avaliação de desempenho do estagiário integrante do Núcleo de Prática Jurídica observará aos critérios de:

- I – frequência;
- II – pontualidade;
- III – dedicação;
- IV – conhecimentos teóricos e práticos assimilados no período;
- V – habilidade de trabalhar em equipe, e
- VI – comportamento ético.

Art. 28 – A avaliação de desempenho dos estagiários e conciliadores será procedida ao final de cada semestre pelo professor orientador, observando:

I – para a elaboração da avaliação mencionada no caput, são considerados os itens mencionados no art. 27, observando especialmente, assiduidade, pontualidade, postura, interesse, desenvolvimento das tarefas atribuídas, redação e pesquisa, atendimento aos assistidos;

II – a avaliação é elaborada por escrito, com fundamentação de cada item avaliado, em formulário próprio, por meio de parecer do professor orientador;

III – o conceito atribuído ao estagiário e conciliador se dá na forma suficiente ou insuficiente, acrescentando-se as horas correspondentes, e

VI – em se tratando de alunos matriculados entre o 1º e 6º semestres, em caso de conceito de suficiente, o estagiário ou conciliador receberá a atribuição de horas para o cumprimento das atividades de ensino e pesquisa, relativos às atividades complementares curriculares, de acordo com o aproveitamento do aluno, apurado na avaliação mencionada no caput.

Parágrafo Único – A exclusão do aluno conciliador prejudicará a atribuição do conceito referente ao semestre, independente da data do referido ato.

Disposições gerais

Art. 29 – Para o bom andamento dos trabalhos do Núcleo de Prática Jurídica, os estagiários e conciliadores podem ser submetidos a regime disciplinar, sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, por escrito:

a) pela falta de comprometimento com os trabalhos do Núcleo, atestada pelo respectivo professor orientador;

b) pela perturbação da ordem e pela descortesia a qualquer integrante do Núcleo e/ou da comunidade;

c) pela impontualidade no comparecimento aos plantões e audiências designadas.

II – suspensão, por tempo determinado:

a) pela reincidência em qualquer das faltas previstas no inciso anterior;

b) pela falta de organização dos documentos e registros sob sua responsabilidade;

c) pela falha constante e recorrente na orientação aos assistidos pelo NPJ ou na elaboração de peças processuais que, pela natureza, impliquem risco ao bom andamento dos trabalhos e/ou prejuízos à I.E. ou à comunidade;

d) pela falta injustificada aos plantões e às audiências agendadas;

III – desligamento:

a) pela reincidência em qualquer das faltas previstas no inciso anterior;

b) pelo uso de meios fraudulentos no desempenho de suas atribuições;

c) pela perda de prazos processuais.

Parágrafo Único: Na aplicação das penalidades previstas neste artigo serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 30 - Cabe ao professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica a aplicação das sanções previstas no presente regime disciplinar e, em caso de desligamento, ao colegiado do curso, após parecer do coordenador do curso.

Art. 31 – O presente regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelos órgãos colegiados da Instituição, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Regulamento para elaboração e defesa de monografia jurídica

Art. 1º - Este regulamento tem por objetivo estabelecer as normas e procedimentos relativos à elaboração, ao acompanhamento, à orientação e à avaliação do trabalho de conclusão do curso que é condição indispensável à colação de grau.

Parágrafo único: O trabalho de conclusão de curso no IMMES é a monografia jurídica que deve ser defendida diante de uma banca examinadora.

Art. 2º - A defesa de monografia jurídica é obrigatória aos alunos matriculados a partir do 8º semestre do curso de direito, sendo considerada requisito obrigatório para a conclusão do curso.

Art. 3º - A monografia jurídica consiste na pesquisa individual de um tema, realizada sob orientação dos professores do IMMES e avaliada perante banca examinadora previamente designada para esse fim.

Art. 4º - São objetivos da monografia jurídica:

- a) estimular à investigação científica na área do direito, respeitadas as linhas de pesquisas oferecidas pelo curso;
- b) dotar o aluno de conhecimentos técnicos na área de metodologia, proporcionando capacidade e habilidade de formular projetos de pesquisa, trabalhos científicos, coletar dados, analisar e interpretar com profundidade os estudos jurídicos;
- c) capacitar o aluno a desenvolver o raciocínio crítico, e
- d) fomentar o desenvolvimento da argumentação e da oratória.

Do(a) professor(a) responsável pelo trabalho de curso

Art. 5º - O professor(a) responsável pelo TCC é designado pela coordenação do curso de direito, entre os professores do curso que tenham titulação de mestre ou doutor.

Art. 6º - São atribuições do(a) professor(a) responsável pelo trabalho de conclusão de curso:

- a) elaborar a estrutura operacional concernente ao trabalho monográfico, como editais, requerimentos, cronogramas de atividades, designação de professores orientadores,
- b) designação de bancas examinadoras, entre outros;
- c) supervisionar e orientar os professores de Metodologia, auxiliando-os na operacionalidade da estrutura básica da monografia;
- d) proporcionar, juntamente com os professores da disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica, orientação básica aos alunos;
- e) atender, subsidiariamente aos professores orientadores, quando necessário, os alunos em fase de orientação;
- f) atender, em esquema de plantão, os alunos a partir do 8º semestre, para dirimir eventuais dúvidas metodológicas, **sem interferir** no programa das disciplinas metodológicas nem tão pouco nas instruções dos professores orientadores;
- g) atender os professores orientadores, em caso de dúvidas quanto à operacionalidade da estrutura monográfica;
- h) reunir, quando necessário, os professores orientadores bem como os alunos orientandos;
analisar juntamente com o coordenador do curso de direito, os requerimentos relativos ao trabalho de conclusão de curso;
- i) manter, junto a coordenação do curso, toda a documentação necessária em relação à estrutura da monografia;
- j) divulgar os cronogramas de atividades semestrais para os alunos de 8º, 9º e 10º semestres, e
- l) encaminhar cópias das monografias aprovadas à biblioteca da faculdade.

Art. 7º - Considerando a diversidade de áreas a serem pesquisadas, e entendendo que a pesquisa deve estar orientada ao melhor aproveitamento das competências existentes no IMMES, institui 6 (seis) linhas de pesquisa, para as quais os projetos e as monografias deverão orientar-se.

§ 1º - Ficam instituídas as seguintes linhas de pesquisa:

- a) **área de criminalística**: abrangendo direito penal, direito processual penal e medicina legal;
- b) **área de relações sociais e seguridade**: abrangendo direito do trabalho, direito processual do trabalho e direito previdenciário/Infortunistica;

c) área de direitos difusos e coletivos: abrangendo direito do consumidor e direito ambiental;

d) área de Interesses de ordem pública e direito privado: abrangendo direito civil, direito processual civil, direito comercial, biodireito, mediação e arbitragem e direito internacional privado;

e) área de interesse de direito público: abrangendo direito constitucional, direito tributário, direito administrativo, direito financeiro/econômico e direito internacional público, e

f) área dos tópicos de filosofia e ética aplicada ao direito: abrangendo filosofia do direito e ética geral e profissional.

§ 2º - Os professores orientadores do curso de direito, para fins de orientação, encontrar-se-ão classificados nas áreas de pesquisa acima relatadas conforme a sua aderência.

§ 3º - O aluno deverá ter a sua proposta de trabalho orientada para apenas uma linha de pesquisa. É terminantemente proibida a mudança de linha de pesquisa, após o preenchimento da ficha de escolha, como também no decorrer da orientação.

§ 4º - Todo início de semestre o curso de direito do IMMES, publicará temas específicos referentes as linhas de pesquisa, por quais os alunos deverão determinar sua pesquisa.

Dos professores orientadores

Art. 8º - Os professores orientadores **são escolhidos dentre aqueles que integram o quadro de docentes** do IMMES, cuja designação dependerá de aceitação prévia por parte do professor para desempenhar tal função de orientação dentro das normas estabelecidas no curso de Direito, e que possuam formação e experiência compatíveis com as responsabilidades da orientação e da produção científica.

Art. 9º - Os professores orientadores são escolhidos pelos alunos no **8º semestre**, em requerimento próprio, desde que respeitada a pertença dos Professores à linha de pesquisa em que se enquadra a proposta do aluno e os limites quantitativos de orientandos por orientador estabelecidos por esse regulamento.

§ 1º - O professor orientador poderá assumir, no máximo, 10 (dez) alunos por semestre.

§ 2º - O aluno deverá em requerimento próprio, optar pela linha de pesquisa escolhida, indicando em ordem decrescente de preferência 3 (três) professores orientadores.

§ 3º - Cabe ao(a) professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso a distribuição dos orientandos juntos aos professores orientadores, que manterá, **sempre que possível**, a escolha crescente de preferência do aluno, obedecendo ao aceite do professor e ao limite máximo de orientação estipulada neste regulamento.

Da orientação do projeto de pesquisa

Art. 10 - O curso de direito do IMMES, institui a orientação da escolha do tema no **8º semestre**, conforme regras a seguir expostas:

§ 1º - O aluno matriculado no 8º semestre do curso de direito, no decorrer das aulas de metodologia da pesquisa jurídica, **deverá escolher o professor orientador** conforme regras contidas no artigo 9º deste regulamento.

§ 2º - No **8º semestre**, o aluno iniciará a **orientação do tema e a realização do projeto de pesquisa**, mediante ficha própria sob a guarda do aluno e vistada pelo professor orientador.

§ 3º - Após a orientação e aceite do tema da monografia pelo professor orientador, será terminantemente proibida a sua mudança.

Da orientação do conteúdo da monografia

Art. 11 - O aluno matriculado no 9º semestre continuará com seu professor orientador, para dar início à orientação do conteúdo do trabalho monográfico, que também será anotada na ficha do aluno.

Da quantidade limite de orientações

Art. 12 - A quantidade estabelecida de visitas das orientações do projeto de pesquisa e da monografia, visa a controlar a qualidade do trabalho monográfico e supervisionar o andamento da pesquisa, além de ser requisito para aferição de nota.

§ 1º - Nas orientações do projeto de pesquisa no 8º semestre, o aluno deverá possuir no mínimo três orientações relativas ao tema, respectivamente assinadas e datadas pelo professor orientador;

§ 2º - Os encontros em grupo serão feitos em data, horário e local designado previamente pelo professor orientador ao seu grupo de orientandos.

§ 3º - Não será aceito o depósito da monografia sem que haja sido completado o conjunto de orientações previstas para o aluno anotadas em sua ficha.

§ 4º - Não serão aceitas fichas de controle com orientações feitas fora do semestre cursado ou orientações cumulativas nos semestres.

Dos deveres dos professores orientadores

Art. 13 - São atribuições dos professores orientadores do projeto de pesquisa no **8º semestre:**

- a) acompanhar através de ficha de controle o projeto de pesquisa do aluno, no tocante ao tema;
- b) seguir as normas de formatação estabelecidas pela ABNT e difundidas aos alunos nas aulas de Metodologia da Pesquisa Jurídica;
- c) prestar assistência ao aluno, revisando, sugerindo e adequando, quando necessário, o tema proposto pelo aluno à realidade e à necessidade da pesquisa;
- d) sugerir sempre indicações bibliográficas, discutir e aprimorar a pesquisa, para facilitar a continuidade das orientações no 9º semestre.

Art. 14 - São atribuições dos professores orientadores da Monografia no **9º semestre:**

- a) participar de reuniões convocadas pela coordenação do curso de direito e pelo(a) professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso;
- b) cumprir os prazos e demais deveres acadêmicos relativos à estrutura da monografia estabelecidos no cronograma de atividades;
- c) presidir as bancas examinadoras de seus orientandos e integrar as demais quando convocado.
- d) levar ao conhecimento do professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso, qualquer ocorrência que entenda ser necessária a intervenção da coordenação do curso.

Parágrafo Único: É de total responsabilidade do aluno a elaboração da monografia, o que não exime o professor orientador de desempenhar bem e fielmente as atribuições específicas inerentes à sua função.

Dos deveres dos alunos orientandos

Art. 15 - São deveres dos alunos em fase de orientação:

- a) comparecer às reuniões convocadas pelo coordenador do curso de direito, pelo(a) professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso ou pelo professor orientador;
- b) cumprir a quantidade de orientações do projeto e da monografia, sob pena de ser sofrer as penalidades cominadas neste regulamento;
- c) cumprir todos os prazos estabelecidos no cronograma de atividades publicados pelo(a) professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso;
- d) cumprir as determinações do professor orientador, no tocante ao processo de orientação;
ser responsável pela fichas de controle de orientação no tocante ao seu preenchimento e assinatura pelos professores orientadores;
- e) depositar e defender a sua monografia, perante banca examinadora, em dia, hora e local previamente estabelecido pelo(a) professor(a) responsável pelo Trabalho de Curso.

Da estrutura e apresentação do projeto de pesquisa

Art. 16 - A elaboração do projeto de pesquisa será realizada no decorrer do 8º semestre, como matéria constante no programa de metodologia da pesquisa jurídica.

Art. 17 - Simultaneamente à disciplina de metodologia da pesquisa jurídica, os alunos serão orientados pelos professores orientadores, em relação à escolha e adequação do tema da pesquisa.

Art. 18 - Na formulação do projeto de pesquisa, o aluno deverá atender as estruturas estabelecidas neste regulamento, às indicações das aulas do professor de metodologia em relação à forma e as indicações dos professores orientadores em relação ao tema.

Art. 19 – Estruturalmente, o projeto de pesquisa do curso de direito do IMMES seguirá as normas da ABNT e será constituído de:

- a) capa;
- b) folha de rosto;
- c) sumário,
- d) palavras-chave,
- e) tema;
- f) problema;
- g) justificativa;
- h) objetivos;

- i) metodologia e técnicas;
- j) fundamentação teórica;
- l) cronograma de atividades;
- m) anexos, e
- n) referências bibliográficas.

Art. 20 - O projeto deverá ser entregue em 2 (duas) vias encadernado em espiral para o professor de metodologia da pesquisa jurídica juntamente com a ficha de controle de orientação de tema, devidamente assinada pelo professor orientador. Ficando uma das cópias arquivadas na Coordenação do curso e a outra sendo encaminhada ao professor orientador.

Art. 21 - A entrega do projeto e da ficha de controle substituem uma das avaliações na disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, e valerá de 0 (zero) a 10,0 (dez).

Art. 22 - Em caso de **exame** na disciplina de metodologia da pesquisa jurídica, este será **feito mediante a elaboração de novo projeto** com o objetivo de adaptá-lo as exigências do professor de metodologia **ou será realizada prova** exigindo os conhecimentos metodológicos da elaboração de um projeto de pesquisa.

Da estrutura, fases, apresentação, avaliação e defesa da monografia

Art. 23 - São fases do trabalho monográfico:

- a) elaboração do projeto e orientação do tema;
- b) escolha e do tema provisório e escolha do professor orientador da forma estipulada no cronograma de atividades;
- c) entrega do requerimento do tema provisório e da escolha do professor orientador;
- d) entrega da ficha de orientação do projeto e definição do tema;
- e) entrega do projeto de pesquisa;
- f) orientação da monografia,
- g) depósito da monografia e da ficha de controle das orientações, e
- h) defesa oral da monografia.

§1º - A defesa do trabalho monográfico constará da entrega da parte escrita e da defesa oral.

Da parte escrita

Art. 24 - Quanto à parte escrita deverão ser seguidas às aulas de metodologia científica e da metodologia da pesquisa jurídica, com base nas normas da ABNT, e com a seguinte estrutura:

- a) capa;
- b) folha de rosto;
- c) folha de aprovação da banca examinadora;
- d) folha de dedicatória (opcional);
- e) folha de agradecimentos (opcional);
- f) epígrafe (opcional);
- g) termo de responsabilidade;
- h) resumo (em língua vernácula);
- i) sumário;
- j) introdução;
- l) desenvolvimento;
- m) conclusão;
- n) anexos, e
- o) referências bibliográficas.

Do depósito da monografia

Art. 25 - Na data designada pelo(a) professor(a) responsável pelo trabalho de curso, após findo o prazo de orientação, o aluno deverá depositar **3 (três) vias em espiral**, da monografia final e a ficha de orientação, mediante requerimento junto a coordenação do curso de direito.

Parágrafo Único: Após a defesa, com a aprovação do aluno, este terá o prazo de 15 (quinze) dias para depositar 1 (uma) via encadernada e uma cópia digitalizada da monografia final junto à coordenação do curso.

Da parte oral e composição das bancas examinadoras

Art. 26 - A apresentação e defesa da monografia serão públicas, mediante o cronograma a ser definido pelo(a) professor(a) responsável pelo trabalho de curso.

Art. 27 - A composição das bancas examinadoras, contará com a participação obrigatória do professor orientador figurando como presidente, e outros 2 (dois) professores,

sendo um deles obrigatoriamente do quadro docente do curso de direito e todos do quadro docente do IMMES.

Art. 28 - O aluno terá 15(quinze) minutos sem interrupções, para a defesa oral do trabalho, sendo posterior e obrigatoriamente argüido pelos componentes da mesa, que terão 20 (vinte) minutos para as respectivas sabatinas.

Parágrafo Único: Os alunos poderão utilizar, na apresentação e na defesa da monografia, recursos como utilização da lousa ou retroprojeção, desde que requeridos até 5 (cinco) dias úteis antes da apresentação à banca.

Da avaliação da monografia

Art.29 - A avaliação da monografia será efetuada da seguinte forma:

I – cada membro atribuirá nota a três quesitos:

- a. pesquisa aferida pelo trabalho escrito;
- b. apresentação oral, e
- c. defesa.

II – a nota será atribuída tirando-se a média aritmética das notas apresentadas pelos membros da banca.

Das reprovações

Art. 30 - Na defesa da monografia diante da banca examinadora, será considerado reprovado o aluno que obtiver média menor do que 6,0 (seis), ou ainda aquele aluno aquele que não comparecer à sessão de argüição sem motivo justificado.

Parágrafo único: O aluno será considerado **REPROVADO** caso seja verificada a existência de fraude ou de **plágio**, em qualquer fase da monografia, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Disposições finais

Art. 31 - Eventuais requerimentos de mudança de professores orientadores, de tema ou linhas de pesquisa, deverão ser minuciosamente justificados, devendo ser encaminhados ao professor(a) responsável pelo trabalho de curso que poderá deferir, ou não, o pedido.

Art. 32 - Em casos da ocorrência de imprevistos como desligamentos, licenças ou outros afastamentos de professores orientadores, o(a) professor(a) responsável pelo trabalho de

curso imediatamente substituirá o professor orientador, após ouvir a coordenação do curso de direito, respeitando sempre a aderência, disponibilidade e limites quantitativos de orientação dos outros professores.

Art. 33 - Todas as fichas de controle de orientações dos projetos de pesquisa e da monografia **são de responsabilidade do aluno** seu correto preenchimento, sua tutela e sua posterior devolução no prazo estabelecido.

Parágrafo único: Não serão substituídas fichas de orientação por motivos de esquecimento, de perda ou de inutilização das mesmas.

Art. 34 - Pelo menos 30% (trinta por cento) das orientações dadas ao aluno deverão ocorrer presencialmente.

Art. 35 - Este regulamento entra em vigor a partir de 1º de abril de 2010, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO V - REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

REGULAMENTO DO ESTAGIO SUPERVISIONADO:

O ensino jurídico brasileiro, consoante a Resolução do CNE/CES nº 9, de 29 setembro 2004, deve munir o acadêmico de conceitos teóricos robustos, mas deve articulá-los à prática a fim de que os futuros operadores do direito sejam profissionais preparados para o cotidiano forense, em todas as áreas de atuação das carreiras jurídicas.

Em razão disto, a referida resolução mantém a obrigatoriedade de que o estágio supervisionado seja realizado no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, cabendo-lhe a tarefa de organizar, de controlar e de avaliar as atividades práticas e de estágios supervisionados curriculares além dos serviços de assistência judiciária e das funções delegadas pelos convênios firmados pelo IMMES.

Assim, apresenta-se o regulamento do Estágio Supervisionado, parte integrante do Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ (anexo III).

Regulamento de estagio supervisionado:

Art. 1º - Este regulamento rege as atividades de estágio supervisionado e curricular do curso de graduação em direito, composto de 400 horas/aula, distribuídas em 80 horas no quinto semestre; 80 horas, no sexto semestre, e 240 horas, entre o sétimo e décimo semestre, para o desenvolvimento das atividades de estágio, na forma do presente regulamento geral do Núcleo de Prática Jurídica.

Art. 2º - As atividades de estágio são essencialmente práticas, reais e simuladas, e devem proporcionar ao estudante a atuação em situações simuladas e reais de prática profissional.

Art. 3º - As atividades de estágio visam à articulação entre a teoria e a prática, como forma de proporcionar ao aluno o aprendizado de maneira efetiva, primando pela interdisciplinaridade.

Art. 4º - O estudo da ética profissional e sua prática norteia todas as atividades vinculadas ao estágio de forma a proporcionar, além da formação técnica profissional, a atuação de forma a atender os princípios éticos de cada uma das carreiras jurídicas.

Art. 5º - A realização do estágio curricular objetiva proporcionar ao acadêmico de direito o desenvolvimento das competências e habilidades práticas ao aperfeiçoamento técnico-jurídico indispensáveis ao exercício profissional.

Art. 6º - A formação teórica-prática, relacionada ao estágio curricular, será desenvolvida em dois grupos de atividades, a prática real e a prática simulada, sobre as quais será atribuída carga horária.

Das visitas e da assistência à audiências reais

Art. 7º - Compete ao Núcleo de Prática Jurídica, elaborar semestralmente roteiro de atividades a serem desenvolvidas pelos alunos matriculados a partir do 7º semestre do curso.

§ 1º - As atividades, mencionadas no caput, consistem em visitas a órgãos públicos e administrativos com a finalidade de proporcionar ao aluno contato com as rotinas de atendimento daqueles órgãos e o desenvolvimento de suas atividades.

§ 2º - Para o cumprimento do estágio curricular, deverá o aluno, observado o roteiro divulgado pelo Núcleo de Prática Jurídica a cada semestre, participar de audiências relacionadas aos procedimentos cíveis, penais e do trabalho, na condição de ouvinte e efetuar visita aos órgãos determinados pelo roteiro.

Art. 8º - As atividades previstas no artigo anterior, podem ser substituídas:

I - pelo estágio do discente em escritórios conveniados com a Ordem dos Advogados do Brasil, comprovado mediante a apresentação de certidão atualizada emitida pela OAB e por declaração descritiva das atividades de estágio, firmada pelo profissional responsável, e

II - pelo estágio do discente em órgãos públicos tais como Magistratura, Ministério Público, Defensorias Públicas, Procuradoria e órgãos afins, comprovado por declaração descritiva das atividades, firmada pelo responsável pela atividade.

Parágrafo Único – A atividade mencionada no caput só poderá ser ratificada pelo Núcleo de Prática Jurídica mediante convênio firmado entre a instituição de ensino e o responsável pelo estágio, resguardada ao professor responsável pelo NPJ e aos professores orientadores o acompanhamento, mediante relatório periódico do responsável pelo estágio, atentando o desempenho do estagiário.

Art. 9º - Em todos os casos mencionados nos artigos 7º e 8º, a comprovação da atividade dar-se-á por meio de apresentação de assinatura e carimbo da autoridade receptora, em ficha própria, assim como pela confecção de relatório que descreva minuciosamente a atividade desenvolvida.

Do escritório de assistência jurídica

Art. 10º – O estágio supervisionado do Escritório de Assistência Jurídica tem a competência prevista no presente regulamento, cujo funcionamento se rege pelas disposições do regulamento interno do escritório.

Art. 11 - O Escritório de Assistência Jurídica e Judiciária atua gratuitamente no patrocínio dos interesses de seus assistidos, população carente de recursos financeiros, de acordo com regulamento interno do EAJ, com âmbito de competência delimitado pelo foro localizado na cidade de Matão, em razão da necessidade de locomoção dos estagiários para acompanhamento dos atos processuais correspondentes.

Art. 12 - Cabe ao professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica administrar o Escritório de Assistência Jurídica e Judiciária, com o auxílio da equipe de professores orientadores que têm, como competência principal, a orientação dos estagiários no desenvolvimento das atividades de estágio.

Da prática forense conveniada

Art. 13 - A atividade prática conveniada será desenvolvida por meio de convênios, firmados entre a Instituição de Ensino e órgãos judiciais e/ou administrativos, na forma da legislação vigente, e regem-se pelas disposições previstas no seu regimento.

Da unidade avançada

Art. 14 - Por força de convênio poderá ser firmado entre o IMMES e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a unidade avançada, estando os alunos conciliadores subordinados às disposições vigentes.

Art. 15 - O corpo de conciliadores será formado por alunos do curso de direito, regularmente matriculados, que serão selecionados por meio de concurso para provimento das respectivas vagas.

Art. 16 - Os alunos integrantes do quadro de conciliadores deverão estar devidamente matriculados no curso de direito do IMMES.

Art. 17 - Os alunos selecionados deverão cumprir um plantão semanal, em dia pré-determinado, de acordo com quadro elaborado pelo professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica, com a participação do professor orientador, considerada a conveniência da unidade.

Do escritório experimental

Das audiências e processos simulados

Art. 18 - A atividade prática simulada será desenvolvida por meio da realização de, no mínimo, uma audiência simulada por disciplina de prática forense, com conteúdo programático elaborado e atualizado periodicamente, em reuniões setoriais, pelos professores das respectivas disciplinas, aprovados pelo colegiado do curso, após parecer do professor responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica.

I – As audiências simuladas mencionadas no item anterior contam com a participação dos alunos regularmente matriculados nas disciplinas de prática forense, mediante a distribuição das funções pelos professores responsáveis pela disciplina.

II – O conteúdo da audiência será determinado pelo professor responsável pela disciplina, de acordo com a matriz curricular, podendo haver consenso entre este e o coordenador do NPJ.

III – Após a definição da situação fática e a distribuição das atribuições de cada aluno, caberá ao professor da disciplina coordenar os trabalhos no sentido da composição dos autos simulados referentes à audiência.

IV – Pode o professor da disciplina contar com o auxílio do NPJ para a autuação e certificação dos atos processuais que comporão os autos simulados.

V – Cabe ao professor da disciplina o agendamento da audiência simulada, podendo a mesma ocorrer nas dependências da sala de aula ou nas dependências do NPJ, mediante agendamento prévio.

VI – A audiência simulada deve contar com a presença de todos os alunos da disciplina, os quais deverão, obrigatoriamente, elaborar o relatório correspondente.

Do cartório de autos findos

Art. 19 – O Cartório de Autos Findos, instalado nas dependências do NPJ, tem como objetivo propiciar aos alunos o contato direto com processos extintos e já arquivados;

Da avaliação de desempenho

Art. 20 - A avaliação de desempenho do estagiário integrante do Núcleo de Prática Jurídica observará aos critérios de:

- I – frequência;
- II – pontualidade;
- III – dedicação;
- IV – conhecimentos teóricos e práticos assimilados no período;
- V – habilidade de trabalhar em equipe, e
- VI – comportamento ético.

Art. 21 – A avaliação de desempenho dos estagiários e conciliadores será procedida ao final de cada semestre pelo professor orientador, observando:

I – para a elaboração da avaliação mencionada no caput, são considerados os itens mencionados no art. 20, observando especialmente, assiduidade, pontualidade, postura, interesse, desenvolvimento das tarefas atribuídas, redação e pesquisa, atendimento aos assistidos;

II – a avaliação é elaborada por escrito, com fundamentação de cada item avaliado, em formulário próprio, por meio de parecer do professor orientador;

III – o conceito atribuído ao estagiário e conciliador se dá na forma suficiente ou insuficiente, acrescentando-se as horas correspondentes, e

VI – em se tratando de alunos matriculados entre o 1º e 6º semestres, em caso de conceito de suficiente, o estagiário ou conciliador receberá a atribuição de horas para o cumprimento das atividades de ensino e pesquisa, relativos às atividades complementares curriculares, de acordo com o aproveitamento do aluno, apurado na avaliação mencionada no caput.

Parágrafo Único – A exclusão do aluno conciliador prejudicará a atribuição do conceito referente ao semestre, independente da data do referido ato.

Disposições gerais

Art. 22 – Os estagiários e conciliadores ficam submetidos ao regime disciplinar, de conformidade com os dispositivos regimentais da Instituição.

Art. 23 – O presente regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelos órgãos colegiados da Instituição, revogadas as disposições em contrário.